

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

# REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**RIO DE JANEIRO – ANO 08 – Nº 24  
SETEMBRO/DEZEMBRO – 2004**

**R454**

**Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 8, nº 24, (set./dez. 2002) – Rio de Janeiro : CIFEFiL. 157 p.**

**Quadrimestral  
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.  
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

**CDU 801(05)**

# *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

## EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

### Editora

**Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL)**

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: [pereira@uerj.br](mailto:pereira@uerj.br) e [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)

**Diretor-Presidente:** Prof. Dr. José Pereira da Silva

**Vice-Diretora:** Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon

**1.º Secretário:** Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez

**2.º Secretário:** Prof. Dr. Ruy Magalhães de Araujo

**Diretor da Revista *Philologus*** Prof. Nataniel dos Santos Gomes

**Vice-Diretor da Revista *Philologus*** Prof. Me. Vito César de O. Manzolillo

### Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

**Redator-Chefe:** José Pereira da Silva

### Conselho Editorial

Afrânio da Silva Garcia

Aileda de Mattos Oliveira

Alfredo Maceira Rodríguez

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Amós Coêlho da Silva

Cristina Alves de Brito

**Diagramação, edição e editoração**

**Projeto de capa:**

José Pereira da Silva

Maria Lúcia Mexias Simon

Nataniel dos Santos Gomes

Ruy Magalhães de Araujo

Salatiel Ferreira Rodrigues

Vito Cesar de Oliveira Manzolillo

José Pereira da Silva

Emmanuel Macedo Tavares

### Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

## REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL

[www.filologia.org.br/revista](http://www.filologia.org.br/revista)

SUMÁRIO

0. EDITORIAL – *José Pereira da Silva* ..... 6
1. A contribuição de Celso Cunha para a edição de textos medievais – *Hilma Ranauro* ..... 8
2. A estilística da repetição no Iauaretê (I) – *Carlos Alberto Gonçalves Lopes* ..... 12
3. A flexão de concordância do sistema de pronomes e dos clíticos no processo de aquisição da linguagem – *Nataniel dos Santos Gomes* ..... 18
4. A morte das línguas – *João Bittencourt de Oliveira* ..... 31
5. Às margens dos sertões – *Maria Lucia Mexias Simon* ..... 42
6. Celso Cunha e Mário de Andrade: uma gramatiquinha no meio do caminho – *Ivan Russeff* ..... 47
7. Estruturas básicas da língua basca – *Alfredo Maceira Rodríguez* ..... 62
8. Frequências lexicais em Gregório de Mattos e Guerra – *Ruy Magalhães de Araujo* ..... 82
9. Gramática: pureza da língua – *Cristina Brito* ..... 89
10. Interação face a face em uma comunidade religiosa enquadrada religiosamente e socialmente – *Cleide Emília Faye Pedrosa* ..... 97
11. Jogos clássicos: um arquétipo no mundo ocidental – *Amós Coelho da Silva* ..... 111
12. O “eu” e o “outro” em diálogos simétricos (projetos NURC/SP e NURC/RJ – parte II) – *Paulo de Tarso Galembeck e Camila Bambozzi Veasey* ..... 117
13. Propostas de edição crítica de Celso Cunha – *José Pereira da Silva* ..... 126
14. Vogais semiabertas átonas no português do Brasil – *Afrânio da Silva Garcia* ..... 133
15. Uma leitura lexicográfica de duas cantigas de airas nunes: subsídios para uma revisão do quadro lírico do cotidiano medieval – *Clarice Zamonaro Cortez e Maria Regina Pante* 138

**RESENHAS**

1. Filólogos brasileiros – *José Pereira da Silva*..... 149
  2. Número da confluência em homenagem a Gladstone Chaves de Melo – *José Pereira da Silva*..... 152
  3. Miscelânea em homenagem ao prof. Dr. Gladstone Chaves de Melo – *José Pereira da Silva*..... 154
- INSTRUÇÕES EDITORIAIS..... 157

**EDITORIAL**

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o vigésimo quarto número de sua *Revista Philologus*, com quinze artigos e três resenhas, sendo estas todas de trabalhos em que participou ou foi homenageado Gladstone Chaves de Melo.

Escreveram para este número os seguintes associados: Afrânio da Silva Garcia (133-137), Alfredo Maceira Rodríguez (62-81), Amós Coelho da Silva (111-116), Camila Bambozzi Veasey (117-127), Carlos Alberto Gonçalves Lopes (12-17), Clarice Zamonaro Cortez (138-148), Cleide Emília Faye Pedrosa (97-110), Cristina Alves de Brito (89-96), Hilma Ranauro (8-11), Ivan Russeff (47-61), João Bittencourt de Oliveira (31-41), José Pereira da Silva (128-132 e 149-156), Maria Lucia Mexias Simon (42-46), Maria Regina Pante (138-148), Nataniel dos Santos Gomes (18-30), Paulo de Tarso Galembeck (117-127) e Ruy Magalhães de Araujo (82-88).

Assim como fizemos no número 23, alguns dos artigos aqui incluídos não foram apresentados, inicialmente, para serem publicados neste periódico e deveriam ser publicados nos *Cadernos do CNLF*, visto terem sido apresentados como palestras ou comunicações no VI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, no mês de agosto próximo passado.

Esta foi uma forma encontrada para não incluir num mesmo volume dos *Cadernos do CNLF* (que são organizados por critério temático), sem qualquer relação com os demais. Digamos que, deste ponto de vista, sejam trabalhos inadequados para aquele periódico. Outro motivo foi o fato de alguns trabalhos haverem sido entregues depois que já estavam editados os volumes em que deveriam ser inseridos.

Na seção de resenhas, foram apresentados três trabalhos recentes de relevante importância para a história da Filologia Brasileira: *Filólogos Brasileiros*, de João Alves Pereira Penha, publicado em 2002, com 175 páginas; *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, nº 22, correspondente ao segundo semestre de 2001, também publicado em 2002, com 268 páginas, e *Miscelânea em*

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*Homenagem ao Prof. Dr. Gladstone Chaves de Melo*, publicado em 1995, com 190 páginas.

A Direção da *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem desculpas aos colegas pelo atraso na edição deste número, por motivos que fugiram ao seu controle, e que contribuam com as críticas honestas e produtivas de sempre para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Este é o último número preparado sob a Direção dos professores Nataniel dos Santos Gomes e Vito César de Oliveira Manzolillo, visto que foi mudada a Diretoria da *Revista Philologus*, que passou a se denominar **Diretoria de Publicações**, na eleição de agosto de 2002, tendo assumido o cargo os professores doutores Claudio Cezar Henriques e Amós Coêlho da Silva, ambos do Instituto de Letras da UERJ e da Academia Brasileira de Filologia, atuantes também na rede particular de ensino superior do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, maio de 2003.

*José Pereira da Silva*

**A CONTRIBUIÇÃO DE CELSO CUNHA  
PARA A EDIÇÃO DE TEXTOS MEDIEVAIS**

*Hilma Ranauro (UFF e ABF)*

Para a fixação dos textos críticos da poesia trovadoresca, para edição crítica reconstrutiva de compilações e de autores singulares ressalta Celso Cunha (1985) a necessidade de um paciente trabalho de aproximação do original, precedido de um conhecimento aprofundado do caráter e do significado histórico das compilações, na busca, inclusive, da depreensão das técnicas editoriais da época, com especial atenção quanto à polissemia e à movência do texto medieval. Após considerar que todas as referências a códices trovadorescos anteriores aos apógrafos italianos localizam-nos em bibliotecas de nobres, conclui que naturalmente os autores dessas compilações se terão permitido reelaborar as cantigas segundo o registro linguístico culto, próximo ao do público refinado a que elas se destinavam. Com isso, muitas formas teriam sido neutralizadas, eliminando-se a maior parte dos efeitos das variações diatópicas, diastráticas e mesmo diafáticas, próprias de qualquer idioma.

Alerta para os problemas gerados pelos editores modernos a “calafetar” o verso para torná-lo regular. Estariam esses “editores-intérpretes” a retocar os textos até mesmo onde os primeiros compiladores, embora buscassem moldá-los a uma norma culta vigente, não lograram fazê-lo. Lembra que editores de textos medievais costumam confundir lição autêntica com lição exata ou correta, o que os leva à construção de arquétipos com a eliminação das variantes, substituindo o gosto e o saber do autor dos textos pelos seus, na negação do próprio conceito de arquétipo, pois que ele se justifica exatamente pelos erros conjuntivos que apresentam os manuscritos.

Para edição dos códices pelos quais se conservaram os textos medievais, recomenda a fac-similar, “que nos apresenta o livro medieval em sua concreta realidade”. (p.47). “O códice”, vem a considerar, “é o próprio original”. (p. 48). Lembra que uma edição crítica reconstrutiva é o coroamento de um paciente trabalho de aproximação do original. Essas compilações seriam, por excelência, o livro medieval. Estudá-las, em sua articulação e estrutura fundamental, é o caminho para a depreensão das técnicas editoriais da época, do funcionamento dos *scriptoria*, da correlação entre os manuscritos para o



estabelecimento dos dados codicológicos básicos com vistas a edições críticas de autores individuais.

Alerta sobre os cuidados na edição de uma obra a partir do quatro sentidos propostos por Dante (*Il Convivio*): *literal*, *alegórico*, *moral* (ou topológico) e *anagógico* (supersentido), partindo-se do primeiro (*literal*) para a apreensão dos demais. Lembra ainda Dante ao dizer ser o sentido da poesia *menzona*, coisa *ficta* pelo poeta. Lembremos Fernando Pessoa ao falar do poeta como um  *fingidor*.

Ressalta ser característica fundamental da cantiga de escarnho o fato de “ser construída sobre o equívoco e de permitir duas interpretações”, como se observa na *Arte de Trovar* do CBN. Apresenta textos medievais por meios dos quais pode-se apreender a preocupação de seus autores do autor em advertir o leitor sobre os vários sentidos que lhes subjazem. Assim sendo, conclui, não cabe atribuir à Nouvelle Critique francesa “a descoberta da polissemia do texto literário e a consequente legitimidade de qualquer interpretação ou leitura por ele sugerida”, como se veio a afirmar nos últimos tempos. (p. 24).

Chama a atenção para a ambigüidade polimórfica presente nos poetas trovadorescos. Cita Paay Gomes Charinho a comparar as inconstâncias do mar ao comportamento do Rei de Castela e Leon e Pero Meogo a representar o *namorado* e o *amigo* pelo *cervo*. Na realidade, alerta, não se estaria diante de um sentido alegórico, mas literal, visto ser o esperado pelos leitores e ouvintes da época. Ao filólogo caberia, preliminarmente, o estabelecimento do sentido literal, sabendo-o rico em suas potencialidades, e, ao editor, conhecer a cultura da época em que se situa o autor escolhido, para que não sejam interpretados como metáforas ou criações suas o que, na realidade, são *topus*, codificados.

O filólogo clássico trabalharia com a *tradição quiescente*, a dos *scriptoria*. Seu trabalho ecdótico se basearia numa relativa raridade de erros conjuntivos em nível de arquétipo. O filólogo românico trabalharia normalmente com a *tradição viva*. Seu trabalho ectódico se basearia numa relativa abundância de erros separativos, efeito natural da movência. Ambos, filólogo clássico e filólogo românico, se ateriam a problemas comuns, mas como/com? experiência diversa. Para tanto, há que atentar para os aspectos semânticos do léxi-

co, para a polissemia e movência do texto medieval, seu estudo genético, suas variações, geradas ou pela transmissão oral ou pela indiferença dos escritores medievais quanto à propriedade e à originalidade da obra, que alteravam.

Lembra que, durante 150 anos, a poesia trovadoresca viveu cantada, o que em muito terá aumentado sua tendência à movência, e que foi no séc. XIII que ela começou a ser coligida. Esse fato, pondera, a predispõe a outras variações, desta vez a cargo dos copistas. “A abundância de erros separativos”, afirma, é efeito natural da movência”. (p.58). Numa análise filológica sistemática e profunda, com base em minuciosos estudos scriptológicos e codicológicos, caberia detectar e resgatar, subjacente ao formalismo superficial, a língua livre, “no seu concreto operar”. ( p.60). Caberia atentar para o “permanente fazer-se da obra medieval”. (p.36). Só assim, alerta, ter-se-ia uma segurança maior na fixação dos textos críticos da nossa poesia trovadoresca.

Recomenda que igualmente se atente para os problemas gerados pela pontuação medieval. Lembra que sobre sua finalidade, até há bem pouco tempo, quase nada se sabia. E que ela não obedecia à sintaxe, como em nossos dias, mas ao ritmo. Ressalta a necessidade de atenção para os problemas que se relacionam à própria sintaxe, “a eterna filha abandonada da filologia medieval”. O estudo da versificação seria etapa essencial da investigação crítica, de modo a detectar fenômenos que, incidindo sobre o suporte fônico, possam ter contribuído para a modificação da estrutura do verso.

Caberia um estudo, prévio, das normas pelas quais se pautavam os encontros vocálicos, intra e interverbais, bem como das possibilidades de escolha dos poetas para resolver tais concorrências vocálicas. Para tanto, esclarece, é necessário que se pesquise, exaustivamente, o comportamento das sílabas átonas, certos fonetismos peculiares a determinados períodos do idioma. Lembra que certos trovadores e jograis declaravam não saber igualar o verso, nem rimá-los com perfeição, e que o ritmo dos versos por vezes se moldava ao ritmo da música pela qual se faziam acompanhar, o que interferia na distribuição dos acentos e da qualidade das sílabas, alongadas ou reduzidas, para igualar-se ao tempo musical, o que João de Barros já o documentava no séc. XVI.

Quanto às *questões scriptológicas*, levanta um outro problema, “crucial” segundo ele, a ser enfrentado por quantos intentem fazer um estudo de um texto medieval, qual seja, o de, partindo da análise do material grafemático, depreender o subsistema fonético-fonológico a que estaria obedecendo ao autor. Aí, pondera, um outro problema surgiria: que ortografia seguir na apresentação das cantigas trovadorescas, uma vez que nenhum acordo fora possível, até o momento, devido ao “radicalismo de certas posições”? (p.81).

Ressalta a necessidade da formação de uma equipe especializada para que se viesse a elaborar o *Grande Dicionário da Língua Medieval Galego-Portuguesa*. Para tanto, dever-se-ia buscar conciliar o aspecto científico com o econômico, num sistema tanto quanto possível maleável, para que se resguardem as variações fonológicas e se alcance uma superior unidade. Isso facilitaria a divulgação da lírica trovadoresca, que é, salienta, não um patrimônio da cultura medieval galego-portuguesa, mas um patrimônio da Humanidade. Recomenda que, assim como a crítica textual se beneficiou dos progressos da informática, também se busque fazê-lo com referência a algumas teorias e noções da Linguística, como a teoria da variação, os conceitos de norma, níveis de língua, registro, díassistema, geovariantes, cronovariantes, dentre outros. Tais conceitos, bem como a metodologia que pressupõem, aplicados à crítica textual, pondera, ajudariam a diminuir o campo do *ignoramus* da Filologia.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CUNHA, Celso Ferreira da. *Significância e Movência na poesia Trovadoresca*. Questões de Crítica Textual. Coleção Diagrama, n.º 12. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

## A ESTILÍSTICA DA REPETIÇÃO NO *IAUARETÊ* (I)

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB)

### RESUMO

O jogo repetitivo, apesar de possibilitar múltiplos recursos para o ato comunicativo, tem merecido pouca atenção dos estudiosos da estilística. Este trabalho demonstra a força enfática, persuasiva e expressiva da repetição, através da análise de uma das obras de Guimarães Rosa em que o autor recria esteticamente a língua oral.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa, Estilística, Literatura Brasileira.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a apreciar o valor estilístico da repetição em nossa língua através do estudo desse aspecto estilístico na novela *Meu Tio o Iauaretê*, de Guimarães Rosa.

Há algum tempo, não só temos constatado o fato de ser a repetição um recurso estilístico bastante expressivo na obra de alguns escritores brasileiros como também descoberto a grande vitalidade que ela proporciona à linguagem escrita e oral. Por último, lendo Guimarães Rosa, pudemos verificar que ele soube empregar muito bem a repetição e, assim, mostrar que ela, longe de ser um vício de linguagem na prosa, ou melhor, um defeito, pode se constituir num recurso muito útil, belo e expressivo, quando bem empregada. E é exatamente isso que tentaremos mostrar adiante.

É claro que não desejamos descer ao fundo do poço no exame da questão, levando-se em conta as limitações de espaço, dentre outros motivos. Sendo assim, o que pretendemos *a priori* será apenas um modesto ensaio e, quem sabe, ensaiando os primeiros passos, projetar para o futuro uma investigação mais arrojada e abrangente acerca desse palpitante tema.

Inicialmente trataremos de expor a teoria concernente à estilística da repetição para depois aplicá-la, mas não sem antes fazer uma apreciação do texto objeto de análise.

Quanto à escolha da novela *Meu Tio o Iauaretê*, inserida no livro póstumo *Estas Estórias*, de João Guimarães Rosa, ocorreu não só por considerarmos, de tudo que lemos do escritor mineiro, o estágio mais avançado de sua produção artística, dentre as novelas e os contos escritos por ele, sem esquecer as duas jóias literárias que são *A Terceira Margem do Rio* e *A Hora e Vez de Augusto Matraga*, mas também porque em *Meu Tio o Iauaretê*, a estilística da repetição, de forma clara e inequívoca, revela um dado importantíssimo, isto é, o de que a fala do narrador-personagem evidencia exatamente aquilo que ele é. E tal revelação é configurada e realçada pela repetição de certas palavras-chave que permeiam a novela do começo ao fim, como muito bem notou Haroldo de Campos (*apud* XISTO, 1970: 73) ao afirmar que a fala do narrador-personagem

é tematizada por um *Nhem?* intercorrente, quase sublimar, que envolve um expletivo-indagativo *Hein?* mas que como se vai verificando, é antes um *Nhenhem* (do tupi *Nhehê* ou *nheheng...*), significando simplesmente *falar*.

O objeto de nossas atenções se restringirá apenas à novela *Meu Tio o Iauaretê* e à repetição vocabular e sintagmática, visto ser a estilística da repetição muito abrangente, se considerarmos que, por repetição, entende-se também a aliteração (repetição de sons consonantais não homorgânicos), a rima (repetição de segmentos de vocábulos), o bordão (repetição de versos), o estribilho (repetição de estrofes), etc.

Finalmente, esclarecemos que, ao citarmos trechos da obra literária na exemplificação dos vários casos de repetição apreciados, apenas indicaremos a página do livro *Estas Estórias* mencionado na bibliografia do qual foi extraído o fragmento citado.

## A ESTILÍSTICA DA REPETIÇÃO

Dentre os vários recursos de estilo disponíveis, certamente a repetição tem o seu lugar de destaque em relação a alguns escritores brasileiros, como é o caso de J. Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Rui Barbosa e o Pe. Antônio Vieira.

Por meio da repetição os vocábulos adquirem um forte efeito sugestivo e são carregados de uma força emocional, estimulativa e semântica bem acentuada, porque ela resulta na multiplicação, ou

melhor, na amplificação do signo linguístico.

Na criação da linguagem poética a repetição tem uma importância que não passou despercebida a renomados escritores nossos. É que, através da repetição, conforme muito bem notou DA CAL (1969: 244), “podemos ver as mais cotidianas e simples palavras da língua ganharem uma intensa carga poética e converterem-se de imediato em focos de irradiação lírica, em agentes de poetização de estilo”.

A repetição, como processo expressivo, é um dos mais eficazes processos intensificadores da linguagem, sendo, conseqüentemente, objeto da Estilística.

Aristóteles foi, talvez, o primeiro estudioso a tratar da repetição. Para ele, a repetição nada mais era do que um recurso oratório. Por outro lado, consultando CÍCERO (1930: 85-86), constatamos que ele reconhece serem as figuras de palavras (dentre as quais ele inclui a repetição) uma arma útil pela sua ameaça, por seus golpes, e agrada em conseqüência da maneira particular pela qual é manejada. Para ele,

la répétition d'un mot a parfois de la force, ailleurs du charme; de même rapprocher des mots qui offrent entre eux de légères différences dans les lettres ou dans la flexion; reprendre plusieurs fois le même mot au commencement, ou le ramener plusieurs fois à la fin de membres de phrases; user du retour vif et animé mêmes mots; rattacher à un seul mot plusieurs compléments; procéder par gradation ascendante, employer plusieurs fois le même mot avec ce que j'appellerai des nuances de sens différentes; placer le même mot à la fin d'un membre de phrase et au début du suivant; employer soit des termes qui ont même désinence casuelle ou même terminaison, soit des membres de phrases symétriques ou de même longueur.

Na literatura portuguesa é no Trovadorismo que vamos encontrar a repetição como uma característica peculiar à poesia trovadoresca medieval, mediante o recurso do *paralelismo*, artifício expressivo caracterizado por um refinado sistema de repetições. A poesia moderna, por sua vez, encontrou na repetição uma força dinamizadora do discurso, assim como um meio para dizer o indizível. Já, nos cânticos cívicos e sacros, a repetição de versos e estrofes é algo muito comum e tem um efeito expressivo muito grande, por imprimir na mente do indivíduo o conteúdo da mensagem que expressa.

Refletindo sobre a repetição pode-se observar facilmente que o seu objetivo é o de ativar a imaginação, sustentar uma idéia ou pensamento por um determinado tempo, imprimir uma imagem na mente mediante o martelar constante de determinadas palavras ou frases e até, conforme o caso, persuadir o destinatário, envolvendo-o emocionalmente.

É importante observar ainda que a repetição não é inócua, isto é, a palavra que se repete não é exatamente igual à primeira palavra da série reiterativa. Não fosse assim, a repetição num discurso político, por exemplo, não seria uma fórmula patética, não comoveria ninguém. O certo é que a segunda palavra repetida tem uma carga afetiva que contribui inclusive para modificar a prosódia do vocábulo, sendo pronunciada com mais altura e ênfase. Seguindo essa linha de pensamento BOUSOÑO (1956: 120–121), tomando como exemplo a frase: *Antônio é pobre, pobre, pobre, pobre*, diz que o último enunciado do vocábulo *pobre* não tem o mesmo significado do primeiro, pois “al repetir-se, la significación asciende hasta un grado rigurosamente superlativo, cuya intensidad desdobra a la del próprio calificativo pobrísimo”. E explica que assim se verifica porque o primeiro adjetivo destila no segundo boa parte de seu conteúdo, e este, já enriquecido, golpeia, por sua vez, com todo o seu volume aumentado, o terceiro, ao qual insufla mais ainda o seu caudal de qualificação. Assim, “al terminar la serie, el adjetivo postrero se halla denso, pletórico de sustancia heredada”. Acrescenta depois que “lo que acabamos de mostrar para el adjetivo vale para toda palabra”, pois se alguém diz que, do alto, vê *flores, flores, flores, flores*, o sintagma já não se refere vagamente a *flores*, “sino concretamente a una gran cantidad de ellas, a un inmenso jardín. Llegaremos a deducir, de este modo, que toda reiteración posee e virtudes intensificadoras del significado”.

Em outro ponto BOUSOÑO (*Id.*: 206) volta a tratar da reiteração dizendo que a intensificação obtida ao repetir-se a palavra é individualizadora, isto é, tem a particularidade de modificar a língua, dando-lhe fins poéticos. Para ele a repetição gera um substituinte, ou seja, o elemento que vai atuar na modificação da língua, pois “sin sustitución, no hay poesía, aunque a veces los procedimientos se disimulan de muy variadas formas y parezcan no existir”.

Pelo exposto, não há dúvida de que não são exatamente idênticos os significantes e os significados de uma cadeia repetitiva. Do

contrário, perderia a reiteração sua função estilística e deixaria de ser expressiva para se tornar num mero vício tautológico. Se eu digo: “o menino *rola rola rola*”, o primeiro vocábulo da série reiterativa comunica normalmente o ato de rolar, isto é, dar voltas em torno de si; o segundo vocábulo, dito noutra entoação e movimento, acrescenta logo ao primeiro uma carga afetiva bem mais intensa; por último, no terceiro vocábulo, tanto a informação lingüística quanto o traço afetivo são levados ao máximo da cadeia, quase superlativo, traduzindo intensamente a ação de quem está girando em torno de si num movimento ininterrupto e muito rápido, marcado pela ausência de vírgula entre os elementos da série reiterativa.

### MEU TIO O IAUARETÊ

A novela objeto de nosso estudo se destaca do conjunto de novelas do livro póstumo *Estas Estórias*. MACEDO (1988: 28) revela, porém, que, de acordo com

indicação manuscrita pelo autor no original datilografado, o conto [sic] teria sido escrito anteriormente a *Grande Sertão: Veredas* e, portanto, poderia ser considerado como uma espécie de matriz do romance, já que a técnica narrativa é a mesma: uma longa conversa entre um narrador iletrado e um interlocutor culto cujas perguntas e réplicas não são transcritas diretamente no texto.

Mais adiante, revela um dado importante que nos possibilita melhor aquilatarmos a importância da estilística da repetição nessa obra rosiana, ao reconhecer a extrema elaboração da linguagem, “cruzando-se palavras em tupi e neologismos criados a partir dessa língua, bem como numerosas onomatopéias” (*Id.*: 28).

Não é por acaso que o próprio título já revela a natureza do personagem (mestiço de índia e branco) pois a epígrafe da estória é híbrida: *Meu Tio* (português) + *o Iauaretê* (tupi), significando, *iauaretê*, onça verdadeira.

O narrador-personagem vivendo num mundo selvagem, para o fim específico de matar onças, acaba metamorfoseando-se em animal selvagem também. O processo de identificação entre homem e animal atinge o seu clímax com o encontro de Maria-Maria, a onça com a qual o mestiço dorme e, de matador de onça, ele se transforma em matador de gente. Nesse ponto o ciclo da metamorfose se com-



pleta. Mas o mais significativo disso tudo é o alto grau de elaboração lingüística com que Guimarães Rosa narra a sua estória, a qual revela “o desenraizamento cultural e conseqüente desagregação mental de um homem colocado entre duas ordens de valores: os ancestrais da tribo de sua mãe — que cultuava as onças — os do mundo branco do pai em que, para sobreviver, o mestiço tem que inserir-se” (*Id.*: 29).

O certo é que o nosso narrador-personagem (um ser inadaptado ao mundo e marginalizado pela civilização que lhe negou um lugar ao Sol) constitui uma das personagens magistrais de Guimarães Rosa.

Nessa estória, a novela conta a si mesma, não algo que lhe é estranho e externo. Observa FLUSSER (1967: 140) que

o Lobo não está somente dentro da avó, mas está dentro de toda palavra e dentro de toda forma. A partir da primeira palavra do conto o Lobo já está lá (...), e a avó, a partir da primeira palavra do conto, já não está mais lá. O conto todo não faz mais do que desenvolver o seu próprio projeto, já contido no seu título, brota organicamente qual semente que se desenvolve em planta. O próprio estilo é o conteúdo do conto, e o conteúdo do conto é o seu estilo. É por isto que toda palavra e toda forma do conto já são o conto todo, e é por isso que o conto todo pode ser considerado como uma única palavra: em breve, um mito.

Não resta dúvida que a luta do Bem com o Mal, um dos motivos centrais da criação roseana, é a pedra angular do *Iauaretê*. E esse conflito antitético é expresso através de um estilo próprio no qual é bastante significativo o jogo reiterativo contrastivo.

**A FLEXÃO DE CONCORDÂNCIA  
DO SISTEMA DE PRONOMES E DOS CLÍTICOS  
NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

*Nataniel dos Santos Gomes (UFRJ, UNESA e UNAM)*

RESUMO:

Este trabalho pretende observar a aquisição da linguagem, mais especificamente, dos sistemas de concordância, de pronomes e clíticos, de acordo com as propostas do gerativismo. Apontaremos as diversas hipóteses sobre o processo de aquisição e mostraremos porque escolhemos o inatismo.

Palavras-chave: 1. Linguística; 2. Gerativismo; 3. Aquisição da Linguagem;

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem o objetivo de estudar a aquisição da flexão de concordância, do sistema de pronomes e os clíticos através dos enunciados de um aprendiz do Português, à luz do quadro teórico da Gramática Gerativa.

De acordo com Radford (1987), como a criança nos estágios iniciais ainda não tem a categoria *Inflection* (AgrsP, AgroP e TP), ela não domina o sistema de concordância verbal de sua língua. Segundo o autor, nos estágios iniciais da gramática só se verifica a camada lexical, ou seja, ela possui a projeção de núcleos lexicais, mas não possui as chamadas categorias funcionais (*Inflection* e *Comp*). Vinculado à ausência de *Inflection* está o não domínio do sistema de pronomes. Daí o uso de sintagmas nominais no lugar dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas.

De acordo com essa hipótese, as construções que dependem da presença das categorias funcionais não são observadas nos enunciados das crianças entre dezenove e vinte e cinco meses. É só a partir dos dois anos e meio que essas categorias começam a surgir.

Com base nos dados coletados de Mariana, uma criança na faixa etária entre um ano e nove meses e dois anos e onze meses, vamos tentar verificar a proposta de Radford, que tem como base a *hipótese da maturação*. Essa proposta afirma que as categorias funcionais não estão disponíveis nos estágios iniciais da aquisição, desenvolvendo-se com o tempo em períodos determinados da matura-

ção. Para tal, é preciso observar quando a flexão de concordância é adquirida (quando é usada quase que sistematicamente) e se essa aquisição está vinculada ou não ao uso produtivo dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas. É necessário observar se na fase em que a concordância é usada mais produtivamente pela criança, aparecem outros fenômenos interligados: (i) maior ou menor frequência de ocorrência de sujeito nulo; (ii) maior ou menor frequência de inversão da ordem do sujeito, etc.

E quanto aos pronomes clíticos *me* e *te*? Quando começam a ser mais sistematicamente usados? Depois que flexão de concordância já está dominada? Paralelamente ao surgimento do uso produtivo da concordância?

Segundo observações feitas durante o curso de Introdução à Psicolinguística, alguns investigadores propõem que os clíticos são movidos de sua posição de complemento para o núcleo de uma categoria funcional (provavelmente, AgroP). Assim, o aparecimento dos clíticos nos enunciados de uma criança em fase inicial da aquisição indicaria a presença de uma determinada categoria funcional na estrutura oracional.

Passaremos agora a apresentar as várias teorias sobre a aquisição da linguagem para mostrar o que nos levou a adotar a hipótese do inatismo neste trabalho.

## AS TEORIAS SOBRE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Kato (1986) comenta sobre as várias teorias de aquisição da linguagem. Passaremos rapidamente por cada uma delas, sempre com a pergunta em mente se a língua é inata ao homem ou se ela é adquirida culturalmente.

### *A tese inatista*

Essa primeira tese foi proposta por Noam Chomsky (1957). Para ele, o homem já vem programado biologicamente para desenvolver determinados tipos de gramática.

Nascemos com uma faculdade de linguagem ou *gramática*

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*universal*, que subjaz a qualquer gramática. Assim, cada língua seria apenas uma realização concreta desse esquema.

A proposta de Chomsky realmente faz sentido, afinal a criança atinge gramáticas perfeitas quando o estímulo ambiental é falho e fragmentado.

Nessa teoria, usa-se com muita frequência o termo *competência* para designar o conhecimento que o falante tem da gramática de sua língua, e o termo *desempenho* para indicar o uso que o falante faz desse conhecimento. O conhecimento e o comportamento linguístico são geneticamente determinados nesta teoria.

Lenneberg aponta para uma visão biológica da linguagem e de sua aquisição. Seu argumento principal é que essa capacidade não apresenta variação intra-espécie.

Bickerton já tem uma visão evolucionista do processo, para ele há um bioprograma linguístico. A língua culturalmente adquirida não pode distanciar-se de forma imprevisível da língua primitiva, programada biologicamente. Há uma evolução da fala que pode ser comprovada pelo desenvolvimento dos *pidgins* em *crioulos*, que tem gramáticas mais elaboradas. A mesma coisa acontece com a aquisição da linguagem pela criança.

### *A tese funcionalista*

Essa tese enfoca os fatores culturais funcionais na aquisição, seus principais proponentes são Laberge e Sankoff e Brown. Já Bickerton se concentra nos aspectos invariantes do desenvolvimento das línguas.

Ao contrário da visão inatista, essa proposta deseja demonstrar que a gramática é culturalmente determinada, e não geneticamente.

As inovações que aparecem são justificadas a partir de necessidades comunicacionais, o que permite estudar a relação entre forma e função.

### *A tese cognitiva-funcionalista de Bever*

Para Bever só podemos compreender ou produzir o que é aprendível, portanto gramatical. O que vai determinar a gramaticalidade não são as regras gramaticais autônomas, mas a nossa capacidade de processamento e de produção.

### *A tese construtivista de Piaget*

Segundo Piaget, existem programas que criam esquemas de comportamento que vão nos orientar a adquirir a língua. O que vai diferir a teoria de Chomsky da de Piaget é que, a segunda sugere que o comportamento é a base para o conhecimento, o desempenho determina as formas geráveis pela nossa competência.

Piaget não nega a relevância dos dados ambientais para a aquisição, enfatizando a interação do organismo com o ambiente, da criança com a língua.

### *A tese associacionista*

Para os adeptos dessa corrente, os processos que nos levam à aquisição são a generalização indutiva e a abstração. Os associacionistas reconhecem que o significado de sentenças não pode ser aprendido por resposta automática e que o significado de palavras também pode ser aprendido por dedução.

Assim, boa parte do que se aprende é feito através de análise e síntese, o mesmo da compreensão e da produção.

### *Críticas às diversas teses de aquisição*

Conforme vimos na tese do behaviorismo, a associacionista, não há uma teoria específica sobre aquisição, o aprendiz entra para o processo de aquisição como *tabula rasa*. Há uma ênfase muito forte no processo de estímulo-resposta. Para se aprender uma língua, utiliza-se de processos de imitação e memorização. A língua é um conjunto de hábitos adquiridos por condicionamento. A necessidade de um reforço é vital no processo de aprendizagem. Mas com todas essas características, de um modo geral, essa tese não leva em conta o aspecto criativo da linguagem.

A proposta de Piaget levanta a bandeira de que a criança constrói o conhecimento através da ação, mas tem um problema com as chamadas crianças-lobo, que têm a cognição, mas não possuem a gramática.

A tese funcionalista propõe que a gramática é culturalmente determinada, que existe uma correlação entre forma e função, que tanto o desenvolvimento lingüístico da criança quanto a evolução das línguas são determinadas por fatores culturais funcionais.

O inatismo possui vários enfoques. A visão biológica defendida por Lenneberg afirma que há uma correlação entre a aquisição de atividades biologicamente determinadas e a aquisição das línguas. As línguas, portanto, não são ensinadas, ocorrem em um período pré-determinados, não tem variação inter-espécie. Para os inatistas, o cérebro / mente é constituído por vários sistemas cognitivos mentais com seus próprios princípios e funções e que interagem entre si. A faculdade da linguagem é um desses sistemas – gramática formal. Da interação entre estes vários módulos resulta o sistema lingüístico complexo.

Com todas essas teorias, podemos perceber que a teoria chomskiana é a que mais se aproxima dos fatos observados na aquisição. Afinal, podemos perceber que a criança é exposta a dados da língua como qualquer outro falante. Ela é exposta a dados degenerados, de toda natureza, truncadas, entremeadas e que não incluem todos os tipos de dados possíveis sobre a Gramática da língua.

Quando aprendemos uma língua num curso, por exemplo, somos corrigidos por quem a está ensinando, mas o mesmo não acontece na aquisição de L1 por uma criança. No processo de aquisição da criança quase não fazemos correções. Quando o fazemos, não é de forma sistemática, e é quase sempre referente ao conteúdo e não à forma. E muitas vezes a criança se comporta como se fosse “surda” à correção da forma empregada.

O *input* lingüístico (dados aos quais a criança é exposta) é truncado, desorganizado, em outras palavras, são dados imperfeitos. E mesmo assim, a criança adquire a língua de forma rápida e homogênea.

Portanto, parece-nos que a Gramática Universal representa

uma previsão daquilo que é comum a todas línguas. Ela é descrita no modelo através dos *princípios*, além da variação que pode ser encontrada entre elas, os *parâmetros*.

Entendemos que os parâmetros devem ser fixados, determinados pelas evidências positivas do *input*.

A teoria baseava-se num sistema de regras, e hoje, num sistema princípios e parâmetros que fazem parte da faculdade da linguagem. O estado inicial da faculdade da linguagem é denominado de Gramática Universal. Através dos dados do *input*, a criança fixa os valores dos parâmetros da língua a qual está exposta e através da aprendizagem do vocabulário ela chega ao estado final.

Vejamos as possíveis hipóteses sobre a aquisição da linguagem dentro do modelo gerativo.

## HIPÓTESES SOBRE A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM DENTRO DO GERATIVISMO

### *A hipótese da continuidade*

Hyams (1986) afirma que os princípios que as crianças possuem já estão lá desde o início e permanecem durante todo o processo de aquisição. A criança fica sujeita igualmente durante a fase do desenvolvimento gramatical aos princípios da Gramática Universal. Assim, esses princípios já estariam disponíveis em todos os estágios da gramática.

A hipótese de continuidade tem duas versões: a hipótese da continuidade forte e a hipótese da continuidade fraca.

A hipótese da continuidade forte afirma que as crianças têm todos os princípios da Gramática Universal desde o início na forma usada na língua alvo.

Na hipótese da continuidade fraca afirma-se que as gramáticas das crianças estão de acordo com a Gramática Universal, mas não necessariamente com a língua que está sendo aprendida, tanto para L1 quanto de L2.

Em suma, a gramática das crianças são essencialmente as mesmas em termos de princípios e parâmetros, tal como a gramática

dos adultos.

### *A hipótese da descontinuidade*

De acordo com esta hipótese, os princípios são diferentes nos diferentes estágios da aquisição. Assim, a gramática das crianças, em um determinado estágio, talvez corresponda à Gramática Universal, e deve mudar completamente. O desenvolvimento gramatical não é contínuo e vai se reestruturando de um estágio para o outro.

Nesta hipótese, a gramática do adulto e a da criança tem poucas relações entre si. Os princípios organizacionais da gramática da criança são totalmente diferentes dos princípios do falante adulto.

### *A hipótese da maturação*

Certos princípios emergem da mente do falante em tempos determinados. Nessa hipótese, a mente da criança não possui as categorias funcionais até certo estágio da aquisição da linguagem. As categorias vão se desenvolvendo em um estágio particular da maturação.

Para Radford (1986), que segue esta hipótese, as crianças conhecem apenas os núcleos lexicais, ou seja, as projeções das categorias: N, V, A e P (são as chamadas *cláusulas pequenas*). As categorias funcionais DP, IP e CP são gradualmente adquiridas, por serem biologicamente determinadas para emergir em um determinado momento do desenvolvimento da linguagem, após o aparecimento das categorias lexicais.

Passaremos à proposta de Radford (1986).



## A PROPOSTA DE RADFORD

Por volta dos 10 meses, muitas crianças produzem suas primeiras palavras, sendo o início do período do enunciado de simples palavras holofrástico. Por volta dos dois anos, entre dezenove e vinte e cinco meses, começam a surgir estruturas mais complexas, resultado da combinação de palavras em frases, formando sintagmas que começam a se assemelhar ao modelo dos adultos.

A hipótese de Radford é que as primeiras estruturas oracionais produzidas pelas crianças são semelhantes às pequenas cláusulas ou *small clause* dos adultos, embora existam algumas diferenças importantes entre as produzidas por estes e as produzidas por crianças.

Radford mostra, em seu trabalho, que nos enunciados dos adultos as orações são expansões de categorias gramaticais, mas coexistem com as *small clauses* que têm a estrutura sujeito-predicado do tipo [NP XP], com NP sendo o sujeito, e o XP, podendo ser AP, PP, NP e VP.

Segundo o autor, nos estágios iniciais do desenvolvimento da linguagem, a criança ainda não domina os sistemas funcionais, ou seja, faltam as categorias Comp e Flex.

Para Radford, é por volta dos dois anos e meio que começam a aparecer as categorias funcionais.

A ausência de Comp faz com que Radford formule as seguintes generalizações:

- 1 – nas cláusulas das crianças faltam complementizadores.
- 2 – as cláusulas das crianças não possuem auxiliares antepostos.
- 3 – as cláusulas das crianças não têm movimento de QU.

Ainda, segundo o autor, com a ausência de *Flex*, podemos observar as seguintes características das cláusulas das crianças em estado inicial da aquisição:

I – ausência do infinitivo *to* (no inglês):

Want [teddy drink] (Daniel 19.1)

II – Ausência de auxiliares modais:

I will read the book                      read book

Sentença modal                              sentença da criança

A ausência de verbos modais no enunciado da criança é explicada pelo fato de que os modais serem gerados no núcleo de Infl.

III – Ocorrência de partícula de negação.

Wayne not cating it (Daniel 23)

IV – Ausência de marcas temporais.

Hayley want that (Hayley 20)

V – Ausência de concordância.

Jem have it (Jem 23.0)

VI – Ausência de formas pronominais nominativas.

Me talk (Stephen 19.2)

VII – Ausência de sujeito.

VIII – Ausência de VP.

IX – As cláusulas independentes são não-finitas.

Passemos aos dados.

## ANÁLISE DOS DADOS

Analisaremos agora os dados de uma criança aprendiz da língua portuguesa entre um ano e nove meses e dois anos e onze meses para investigarmos a aquisição da flexão de concordância, do sistema de pronomes e dos clíticos.

Podemos perceber, com base nos dados disponíveis, que nos estágios iniciais da aquisição da linguagem, Mariana não domina a morfologia de concordância nem a temporal.

(1) É eu nu zadim, né? (2;5.2)

(2) eu qué falá pô (2;3.0)

As desinências de concordância número / pessoal começam a ser estruturadas por volta dos dois anos. Já a marca de tempo já está

sendo usada de forma sistemática para expressar presente, passado e futuro.

(3) eu *fiz* injeção [+t; +c] (2;0.1)

(4) olha! Intão conta a istória *dessis porquinhos* aqui. Essi poquinho *tão* pulandu [+t, +c] (2,0.8)

(5) eu num *fazê* [-c] (2,5.2)

Os dados acima ilustram a que Mariana ainda não tem o domínio completo do traço de concordância. No dado (1) a forma verbal deveria ser *sou eu...* e no (2) *eu quero falar...*

(6) Mariana falandu fazenda/du vovô Zezinhu (2;3.0)

(7) Voxe vova (1.11)

Note que no dado (6) a aprendiz omite o verbo auxiliar *estar*. Nesta fase, Mariana ainda omite verbos (veja o dado 7).A aprendiz também não costuma utilizar os verbos modais, como *pode* e *deve*.

Mariana, no início da aquisição, não usa o pronome *eu*, mas seu próprio nome para se referir a ela mesma (5). Para Radford há uma relação íntima entre o sistema de pronomes e a aquisição de Flex. A ausência de Flex implica na ausência pronominal, porque estes envolvem traços de pessoa e número. Por isso, o verbo não ocorre flexionado, nem ocorrem verbos auxiliares.

(8) Mariana tá falando ele babo (1.11)

No início do processo, Mariana não usava clíticos. Afinal, os clíticos dependem de uma determinada categoria funcional que faz com que eles se movam para o núcleo dela. Portanto, a ausência dessa categoria implica na ausência de clíticos.

(9) qué vê eu cantandu essa música (2;3.0)

(10) grava eu (2;0.1)

As orações encaixadas que são introduzidas por *que* são as últimas que a aparecem nos enunciados de Mariana, aos dois anos e oito meses. Nelas já percebemos o uso do pronome, ao invés de seu próprio nome.

(11) eu num queru qui ninguém pega essis. (2,8.1)

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

É por volta dos dois anos e nove meses que Mariana começa a usar o verbo flexionado de forma mais sistemática. O uso do verbo flexionado ocorre em paralelo com o sistema de pronomes.

(12) tô fazendu denheirinho (2,9,7)

(13) quando eu fui lá na fazenda du meu vô (2,9,7)

(14) tinha uma piquena quando eu fui na casa du otru faustu  
(2,9,7)

O maior uso dos verbos auxiliares também começa por volta dos dois anos e nove meses.

(15) Qui tá falandu (2,9,16.)

(16) fala pra eli isperá um pocu Qui u carru tá passandu  
(2,9,16.)

O uso sistemático da concordância, dos pronomes e dos clíticos é consolidado aos dois anos e onze meses. Vejamos o uso do clítico em (17) abaixo:

(17) Me dá meu revolvi (2;11.12)

(18) Eu vô comprá u sadeiz (2;11.12)

Em (18), notamos que, no mesmo período, Mariana também está utilizando verbos auxiliares.

(19) Eu i a minha prima (2;11.12)

Em (19), a aprendiz também já está utilizando o pronome.

Portanto, é aos dois anos e onze meses que a flexão, os pronomes e os auxiliares são usados mais sistematicamente. Isso significa que ela já adquiriu a categoria de Flex. Ao mesmo tempo surgem os clíticos, que parecem indicar que há alguma relação entre o seu surgimento e o domínio do Flex.

Os clíticos são movidos de sua posição de complemento para se adjungirem ao núcleo de uma categoria funcional, segundo Radford (1987). A categoria que recebe os clíticos é a de AgroP, depois do uso sistemático da flexão, dos auxiliares e dos pronomes. Isso parece indicar que o AgroP surge depois do aparecimento de AgrsP.

## CONCLUSÃO

Nosso trabalho teve objetivo de investigar o processo de aquisição da flexão de concordância, o sistema de pronomes e dos clíticos a partir dos dados de uma aprendiz do português, na faixa etária entre um ano e nove meses e dois anos e onze meses, com base na hipótese de Radford (1986), *Small clauses hypothesis*. Essa hipótese afirma que nos estágios iniciais da gramática só se verifica a projeção de núcleos lexicais, estando ausentes as categorias funcionais.

É a partir de 1;9.24 que já estão presentes em processos de maturação as categorias flexionais. E quanto ao sistema flexional, percebe-se que em alguns exemplos estão presentes todos os traços característicos dessa categoria, [+t, +c], ao passo que em outros exemplos somente o traço [+t] ou [+C] está presente.

Aos dois anos e onze meses a flexão, os pronomes e os auxiliares são usados de forma plena, significando que a aprendiz já adquiriu a categoria de Flex. É nesse mesmo tempo que surgem os clíticos. O traço de concordância já está solidificado.

A categoria que recebe os clíticos é a de AgroP, após o uso sistemático da flexão, dos auxiliares e dos pronomes, indicando que o AgroP surge depois do aparecimento de AgrsP. Parece-nos que a hipótese de Radford é correta, através da ausência de estruturas que dependem da presença da categoria de Flex: concordância, pronomes e clíticos.

## BIBLIOGRAFIA

DEPREZ, Viviane. PIERCE, Amy. Crosslinguistic evidence for functional projections in early child grammar. In.: HOEKSTRA, Teun. SCHWARTZ, Bonnie D. *Language acquisition studies in generative grammar*. Amsterdan / Philadelphia: John Benjamins, 1994.

HYAMS, N. *Language Acquisition and the Theory of Parameters*. Dordrecht: Foris, 1986.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

———. Raízes não finitas na criança e a construção do sujeito. In.: *Cadernos de Estudos da Linguagem*. Campinas: Unicamp, 1995.

LANGACKER, Ronald W. *A linguagem e sua estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1972.

MIOTO, Carlos. SILVA, Maria Cristina Figueiredo. LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.

PEREIRA, Maria Cristina C. *Levantamento das gravações de Mariana Rodrigues da Cunha*. 4 vol. [s.n.e.], 1976.

RADFORD, A. Small children's small clauses, Research Papers. In *Linguistics*, 2:55-76. Bangor: University College of North Wales, 1986.

VAINIKKA, Anne; YOUNG-SCHOLTEN, Martha. Direct access to X'theory: evidence from Korean and Turkish adults learning German. In.: HOEKSTRA, Teun. SCHWARTZ, Bonnie D. *Language acquisition studies in generative grammar*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1994.

## A MORTE DAS LÍNGUAS

João Bittencourt de Oliveira (UERJ)

### INTRODUÇÃO

A morte ou o desaparecimento de línguas sempre ocorreu ao longo da história da humanidade. Do mesmo modo que muitas culturas atingiram sua mais alta forma de expressão e, posteriormente, por várias razões, entraram num processo de decadência, as línguas que lhes serviram de suporte acompanharam essa trajetória e também sucumbiram.

Algumas línguas do período clássico nos legaram alguns registros, como inscrições em pedra, tábuas de barro, documentos manuscritos, etc. É o caso, por exemplo, do *frígio* (língua indo-européia antiga, conhecida por uma série de inscrições em caracteres gregos); do *etrusco* (língua falada pelos etruscos, povo que surgiu no final do século VIII a.C., na Toscana, e cuja origem é discutida); do *sumério* (língua falada na Suméria antes da invasão dos semitas, desaparecida no II milênio a.C.); do *hitita* (língua falada pelos hititas, na Anatólia central, cuja queda data dos séculos XIII-XII a.C.).

Gira em torno de 75 o número de línguas que se falavam na Europa e na Ásia Menor e que deixaram algum registro. Porém, esse número constitui apenas uma fração de um universo de línguas de que não se tem nenhum registro.

Nesse trabalho, pretendemos, de maneira sucinta, com base nas pesquisas do linguísta David Crystal, da University College of North Wales, formular para reflexão e debate as seguintes perguntas:

- 1) Quantas línguas existem atualmente no mundo?
- 2) A que proporção estão as línguas desaparecendo?
- 3) Quantas línguas ainda são faladas por um número inferior a 1.000 pessoas?
- 4) Quais são as causas da morte ou extinção de uma língua?
- 5) O que pode ser feito para revitalização das línguas ameaçadas?

## COMO SE DÁ A MORTE DE UMA LÍNGUA?

Afirmar que uma língua está morta é o mesmo que dizer que uma pessoa está morta, pois uma língua só morre quando não há mais ninguém que a fale.

### *Estatísticas*

- 1) Estimativas recentes dão conta da existência de no mínimo 3.000 e no máximo 10.000 línguas em todo o globo terrestre. Se, porém, nos limitarmos a definições mais rigorosas de 'língua', em oposição a 'dialeto', 'falares', 'regionalismos', etc., essa cifra cairá para 6.000.
- 2) No decorrer do século XXI, calcula-se que duas línguas morrerão a cada mês, em alguma parte do mundo.
- 3) Um quarto das línguas existentes no mundo atual é falado por menos de 1.000 pessoas.
- 4) Embora as estatísticas sejam bastante controversas, calcula-se que ainda existam em torno de 200 línguas indígenas somente na América do Norte. Um outro tanto deve existir na América do Sul.<sup>1</sup>

Até quando?

### *As dimensões do problema*

Quantos falantes são necessários para garantir a vida de uma língua?

A edição de fevereiro de 1999 de *Ethnologue*, do Summer Institute of Linguistics (SIL), com sede em Dallas, Estados Unidos, reconhece a existência de 6.059 línguas devidamente catalogadas. Eis alguns dados:

---

<sup>1</sup> Para a descrição das populações indígenas brasileiras, sua localização geográfica e sua classificação cultural e linguística, ver RIBEIRO (1977).



## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

- 1) As 8 línguas com mais de 100 milhões de falantes (o *mandarim*, o *espanhol*, o *inglês*, o *bengali*, o *hindi*, o *português*, o *russo*, o *japonês*) totalizam aproximadamente 2.4 bilhões de falantes;
- 2) As 20 línguas mais faladas englobam mais da metade da população mundial;
- 3) 96% das línguas do mundo são faladas por apenas 4% da população;
- 4) Havia, até a data da publicação desses dados, 51 línguas com um só falante, assim distribuídas: 28 na Austrália, 8 nos Estados Unidos, 3 na América do Sul, 3 na África, 6 na Ásia, 3 nas ilhas do Pacífico.

No de falantes línguas descendente	Nº de	%	Percentual cumulativo	Percentual cumulativo ascendente
Mais de 100 milhões	8	0,13	---	99,9
10 a 99,9 milhões	72	1,2	1,3	99,8
1 a 9,9 milhões	239	3,9	5,2	98,6
100.000 a 999.999	795	13,1	18,3	94,7
10.000 a 99.999	1.605	26,5	44,8	81,6
1.000 a 9.999	1.782	29,4	74,2	55,1
100 a 999	1.075	17,7	91,9	25,7
10 a 99	302	5,0	96,9	8,0
1 a 9	181	3,0	99,9	---

### *Os níveis de perigo*

Na tentativa de identificar os níveis de perigo de extinção a que uma língua pode estar exposta, os lingüistas têm apresentado diversas classificações, todas, a nosso juízo, igualmente válidas. Procurando conciliar essas diferentes visões, sem prejuízo de sua abrangência e para fins de divulgação, como é o nosso caso, podemos destacar cinco níveis:

- (a) **Línguas potencialmente ameaçadas.** — São as línguas social e economicamente em desvantagem, sob forte pressão de uma língua dominante, e que começam a perder os falantes da ca-

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

mada mais jovem, principalmente as crianças. Sua sobrevivência ainda é possível.

- (b) **Línguas ameaçadas.** — São as línguas cujos bons falantes que restam são todos adultos e que não são mais ensinadas na escola. As poucas crianças que ainda as falam só as utilizam no convívio familiar.
- (c) **Línguas seriamente ameaçadas.** — São as línguas cujos falantes têm acima de 50 anos de idade.
- (d) **Línguas quase extintas (ou moribundas).** — São as línguas que possuem apenas algumas dezenas de falantes, a maioria já bastante idosos.
- (e) **Línguas extintas.** — São línguas que não possuem mais nenhum falante vivo, e conseqüentemente não há possibilidade de sua revitalização.

São exemplos clássicos de línguas que desapareceram com a morte de seu último falante:

O *dalmático*. — Língua românica falada outrora na Dalmácia, região litorânea do Adriático, na Atual Iugoslávia. Tendo ficado como uma ilha lingüística, sem um sentimento nacional que o sustentasse, foi perdendo terreno para o eslavo, até que as novas gerações não mais aprendessem a língua românica. O último dono do idioma, Udina, faleceu em 10 de junho de 1898, com 77 anos, levando com ele os segredos, as visões de mundo e as belezas de uma dos rebentos do velho Lácio.

O *ubuh*. — Língua do Cáucaso Ocidental desaparecida em 8 de outubro de 1992, quando seu último falante, Tevfik Esenç, deu seu derradeiro suspiro.

O *kasabe*. — Língua falada em Mambila, região de Camarões, na África, desaparecida em 5 de novembro de 1995, com a morte de seu último falante conhecido como Bogon. Esse falante deixou uma irmã sobrevivente, que, segundo informações, compreendia o kasabe, porém não o falava, além de vários filhos e netos, que nada sabem da língua.

O *Katawba*. — Língua da família Sioux<sup>2</sup> que deixou de existir quando seu último falante, Red Thundercloud, faleceu em janeiro de 1996. Ele chegou a gravar exemplos de hinos e canções no idioma para o Smithsonian Museum. Sua morte foi noticiada no *London Time*.

### POR QUE NOS PREOCUPARMOS COM AS LÍNGUAS AMEAÇADAS?

David Crystal (2000: 32-67) aponta, com bastante propriedade, cinco argumentos que justificam uma preocupação cada vez mais crescente entre lingüistas, sociólogos, antropólogos e outros estudiosos da linguagem com o destino das línguas ameaçadas:

- 1) Porque precisamos da diversidade;
- 2) Porque as línguas exprimem identidade;
- 3) Porque as línguas são repositórios da história;
- 4) Porque as línguas contribuem para soma do conhecimento humano;
- 5) Porque as línguas são interessantes em si mesmas.

Cada língua, por mais 'primitiva' que seja, possui sua própria riqueza e visões de mundo. (Ver MOUNIN (1963: 191-223).) Há palavras e expressões que designam noções peculiares a uma civilização, sem correspondente nos demais ambientes culturais. Disto seriam exemplos em alemão *Weltanschauung*; em inglês britânico *understatement*; em inglês norte-americano *know-how* e *marketing*; em francês *savoir-faire* e *toilette*; em italiano *máfia*; em português *sau-dade* e *sertão*.

Nas línguas de certas tribos primitivas não há palavras para "peixe". Há ilhas em que os indígenas não possuem uma noção equivalente a 'pai'. O húngaro tem termos especiais para "irmão mais velho" e "irmão mais moço", como para "irmã mais velha" e "irmã

---

<sup>2</sup> Conjunto de índios da América do Norte que constituem uma grande família lingüística e que vive nas grandes planícies que vão do Arkansas (a oeste do Mississippi) às montanhas Rochosas.

mais moça". Muitos povos ignoram a neve. Em compensação os esquimós possuem vários termos para designá-la: "neve caindo", "neve ao sol", "neve endurecida", "neve mole", "neve fina", etc. Os árabes possuem várias palavras para designar diferentes tipos de palmeira, de camelo, de deserto e de mel.

Por fim, uma das tarefas da lingüística moderna é buscar generalizações de como funcionam as línguas. As generalizações são uma palavra-chave para se saber como a mente humana funciona, e as línguas ameaçadas muito podem contribuir para o conhecimento científico desse intrincado mistério.

### COMO E POR QUE AS LÍNGUAS MORREM?

Ao longo dos milênios, muitas línguas têm sido sempre ofuscadas ou extintas, porém nos últimos séculos temos presenciado uma aceleração desse processo. Entre 1490 e 1900 cerca da metade das línguas do mundo desapareceu. Há diversos fatores que contribuem para o desaparecimento de uma língua. Merecem destaque os fatores físicos e os culturais.

#### *Fatores físicos*

Muitas línguas têm se tornado ameaçadas, moribundas, ou extintas como resultado de fatores que têm tido um efeito dramático no bem-estar físico de seus falantes. Eis alguns exemplos:

- tremores de terra, furacões, inundações, erupções vulcânicas e outros cataclismos;
- combinação de condições climáticas e econômicas desfavoráveis (fome e estiagens).

Mais freqüentemente, tribos inteiras têm sucumbido a doenças e epidemias do ocidente; o alcoolismo é endêmico entre algumas populações indígenas norte-americanas e o vício em cocaína está se difundindo em aldeias da Amazônia. À medida que grupos tribais desaparecem ou são exterminados, suas línguas naturalmente desaparecem com eles.

Em muitas partes do mundo onde os recursos naturais indígenas têm sido objeto de exploração externa, o efeito sobre o povo local tem sido devastador, como já foi documentado por organizações dos direitos humanos. O tratamento das comunidades da floresta tropical amazônica continua sendo alvo da condenação internacional. Apesar de décadas de esforços para assegurar o direito a terras para os povos indígenas e dar-lhes proteção contra a agressão de fazendeiros, mineradores e madeireiros, ainda são frequentes os relatórios denunciando assassinatos e expulsão de comunidades indígenas, muitas vezes com a conivência de autoridades de todas as esferas.

### ***Fatores culturais***

A principal causa da extinção de uma língua, entretanto, é menos dramática e talvez mais traiçoeira. Uma cultura tende a ser influenciada por outra mais dominante, e começar a perder seus traços característicos como resultado da adoção (= assimilação) de novos comportamentos e costumes. Nesse processo podemos identificar três estágios:

1º) Forte pressão sobre a população dominada para falar a língua dominante.

Essa pressão pode ser exercida por fatores políticos, sociais ou econômicos. Pode vir sob a forma de incentivos, recomendações ou leis introduzidas por um governo ou organismo nacional; pode vir sob a forma de tendências da moda ou das pressões dos pares do seio da sociedade de que fazem parte; pode ainda não apresentar uma tendência clara, emergindo como o resultado de uma interação entre os fatores sociopolíticos e socioeconômicos, apenas parcialmente reconhecidos e compreendidos.

2º) Bilingüismo emergente.

Nesse estágio verifica-se o aumento progressivo da competência dos falantes na nova língua sem, entretanto, perderem totalmente a competência na língua materna. Em seguida, quase sempre de maneira breve, esse bilingüismo começa a declinar, com a velha língua cedendo espaço à nova.

3º) As novas gerações se tornam progressivamente proficien-

tes na nova língua.

Essa atitude vem freqüentemente acompanhada de um sentimento de vergonha em usar a língua materna, tanto pelos pais quanto pelos filhos. As oportunidades de usar a língua materna vão se reduzindo cada vez mais à medida que a nova língua vai ganhando força, até que dentro de algumas décadas pouco ou nada permaneça para documentação.

Exemplos típicos desses fatores, que vêm se verificando há três gerações, são os hispânicos e outros imigrantes nos Estados Unidos da América. A primeira geração é monolíngüe e aprende pouco da língua dominante. A segunda geração se torna bilíngüe, aprendendo a língua ancestral com os pais e a língua dominante no lar e na comunidade adjacente. A terceira geração aprende somente a língua dominante no lar e na comunidade. Em algumas famílias asiático-americanas as crianças não podem se comunicar com os avós, porque elas só sabem o inglês e seus avós só sabem o *chinês*, o *coreano* ou o *vietnamita*. Igualmente lamentável é o caso de filhos já adultos de terceira geração que culpam os pais por não lhes terem transmitido a língua de seus ancestrais, pois, se eles começarem a re-aprender essas línguas na infância, pelo menos poderão se tornar falantes de uma segunda língua.

No último estágio desse processo, podemos encontrar "semi-falantes", que embora consigam entender bem a língua, não são capazes de falar essa língua fluentemente, misturando elementos da língua dominante.

#### O QUE PODE SER FEITO PARA A REVITALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS AMEAÇADAS?

Das mais de 6.000 línguas do mundo, a metade pode estar correndo o risco de desaparecer dentro de poucas décadas. Em algumas regiões, comunidades lingüísticas inteiras têm sido devastadas pela guerra ou por doenças. Outras línguas estão morrendo porque os pais, por razões econômicas, estão ensinando aos filhos o inglês, o francês ou o espanhol. Qualquer que seja a causa, estas estão entre as línguas ameaçadas, do mesmo modo que se encontram ameaçadas algumas espécies de animais e de plantas. Só que as línguas são invi-

síveis.

Quando uma língua deixa de ser transmitida às crianças, esta passa a ser considerada como moribunda e em vias de extinção, a menos que alguma intervenção possa reverter esse processo.

No País de Gales, após a formação da Sociedade da Língua Galesa (*Cymdeithas yr Iaith Gymraeg*) em 1962, a educação bilíngüe significa que muitas crianças falam o *galês* mais fluentemente que seus pais. Nesse caso houve uma percepção consciente, por parte da comunidade, dos valores dessa língua e seu declínio pôde ser revertido. Já na Bretanha, não houve política semelhante de apoio ao *bretão*, cujo status e qualidade de transmissão às crianças são baixos. O *galês* é atualmente a única língua céltica cujo futuro parece bastante promissor.

Às vezes o ressurgimento de uma língua decorre de um forte desejo de seus falantes pela conquista de um maior status político ou autonomia, como no caso do *basco*, do *catalão* e do *galego* na Espanha.

O exemplo mais bem sucedido de renascimento de uma língua ainda é o *hebraico*, impulsionado pelo retorno do povo judeu a Israel após a Primeira Guerra Mundial. Língua original de grande parte do Velho Testamento, durante séculos o hebraico não era falado na comunicação diária, porém foi preservado vivo pelos eruditos e nos rituais sagrados. A partir do século XIX, o hebraico começou a ser falado novamente na Palestina, graças aos esforços do filólogo judeu Eliézer Ben-Yehuda (Luzhky, Lituânia, 1858 - Palestina, 1922). Em 1910 iniciou a publicação de um *Dicionário completo do hebraico antigo e moderno*, em 17 volumes, completado em 1959 após seu falecimento por sua esposa e pelo filho Ehud, e que enriqueceu com neologismos para tornar o hebraico uma língua viva e atual. Com a criação do Estado de Israel em 1948, o hebraico passou a ser ensinado nas escolas israelitas, e os imigrantes, que antes falavam línguas de base cultural judaica como o *íidiche* e o *reto-ladino*, adotaram o hebraico.

A exemplo do hebraico, esforços recentes têm sido implementados para o ressurgimento de línguas moribundas como o *occitânico* (remanescente dos dialetos da língua de *oc*, e sobretudo do an-

tigo *provençal*, ou língua dos trovadores), o *gascão* (entre a França e a Espanha), e até mesmo de línguas já extintas como o *manx* (na ilha de Man) e o *córnico* (na Cornualha).

Ainda com base em David Crystal (2000) e outros, podemos apontar seis fatores significativos que contribuem para a formulação de uma teoria de preservação das línguas ameaçadas:

- 1) Uma língua ameaçada só progredirá se seus falantes aumentarem seu prestígio dentro da comunidade dominante.
- 2) Uma língua ameaçada só progredirá se seus falantes aumentarem sua riqueza relativa à comunidade dominante.
- 3) Uma língua ameaçada só progredirá se seus falantes aumentarem seu poder legítimo aos olhos da comunidade dominante.
- 4) Uma língua ameaçada só progredirá se seus falantes tiverem uma forte presença no sistema educacional.
- 5) Uma língua ameaçada só progredirá se seus falantes souberem escrever sua própria língua.
- 6) Uma língua ameaçada só progredirá se seus falantes souberem fazer uso da tecnologia eletrônica.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As línguas necessitam das comunidades para sobreviver. Por isso, somente o empenho de uma comunidade pode salvar uma língua ameaçada.

O salvamento de uma língua demanda compromisso, um senso compartilhado de responsabilidade, um senso claro de orientação e um alto nível de habilidades especiais.

Esforços combinados devem ser implementados para catalogar essas línguas, avaliar sua vitalidade, facilitar seu desenvolvimento e, à medida do possível, impedir seu desaparecimento.

A ameaça de extermínio de línguas minoritárias é real e preocupante. Investigar e combater suas causas é dever de todos, pois to-



da língua, com sua respectiva cultura, é parte integrante de um mosaico da humanidade.

#### BIBLIOGRAFIA

BODMER, Frederick. *The loom of language*. London: Allen and Unwin, 1944.

CHAMBERS, J. K, and P. Trudgill. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *Iniciação à lingüística e à filologia portuguesa*. (Quarta edição, melhorada e aumentada, de Iniciação à Filologia Portuguesa). Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

COMRIE, Bernard, Stephen Matthews, and Maria Polinsky (consultant editors). *The atlas of languages*. New York: Facts on File, 1996.

CRYSTAL, David. *Cambridge Encyclopedia of language*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

———. *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

———. *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DIXON, R. M. W. *The rise and fall of languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MOUNIN, Georges. *Les roblèmes théoriques de la traduction*. Paris: Gallimard, 1963.

NIDA, Eugene A. *Towards a science of translating*. Leiden: E. J. Briel, 1964.

PEI, Mario. *The story of language*. London: Allen and Unwin, 1952.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização; estudos de antropologia da civilização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

VICENTE ZAMORA, Alonso. *Dialectologia española* (segunda edición muy aumentada). Madrid: Gredos, 1970.

## ÀS MARGENS DOS SERTÕES

Maria Lucia Mexias Simon (USS e UVA)

### RESUMO

Levantamento parcial do vocabulário constante da obra “Os sertões”, nos seus aspectos arcaizantes, científicos e literários, com vistas à elaboração de um glossário, para uma leitura sociolinguística.

**Palavras-chave:** literatura brasileira; diacronia; lexicologia.

No ano em curso, lembramos o centenário da grandiosa obra de Euclides da Cunha. Publicado cinco anos depois dos episódios descritos (a guerra dos Canudos), permanece como monumento, obra fundamental para que deseje “sentir” o Brasil e os brasileiros. Ainda mais: diante do cenário de violência em que se encontram as grandes cidades brasileiras, é impossível não traçar paralelo entre os “excluídos” urbanos de hoje e os “desvalidos” sertanejos de Euclides. Nos últimos momentos da luta, na terra arrasada, com a definitiva recusa de rendição, quando os Canudenses eram capturados aos montes, não restava outra solução a não ser abatê-los sumariamente. Para isso, procurava-se um local mais ou menos afastado e “agarravam a vítima pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargando-lhe o pescoço e, francamente exposta a garganta, degolavam-na”. Podia ocorrer também falta de tempo para muitos preparativos. Nesse caso “o processo era mais expedito: varavam a vítima a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido (...) aquilo não era uma campanha, era uma charqueada.” se o *mal* estava com os canudenses, viu-se o mal ser extirpado, não importa à custa de quantas vidas humanas, não se sabendo mais por que tanto *mal*.

Se a execução sumária, com requintes de crueldade não foi privilégio do episódio de Canudos, a indignação do autor vem do fato que os agentes da lei, que lá foram enviados para manter a ordem, comportavam-se como tomados da volúpia de matar, como assassinos desenfreados. Assim agiam na certeza de que “a história não chegaria lá”. Se não houvesse Euclides, com sua pena mais do que inspirada, provavelmente saberíamos pouco desse furor homicida, como pouco sabemos de outros episódios. Também nos porões da Ditadura, acreditava-se que *a história não chegaria lá*.

O sertão, ainda hoje inóspito, em 1897 o era muito mais. A localidade de Canudos, árida, difícil, pobre, distante, rodeada de montanhas era o perfeito couto. Os canudenses, na sua vida modesta, severa, pouco teriam despertado atenção, não se tivessem de alguma forma organizado, se não tivessem um líder reconhecido, acatado e um arremedo de governo constituído.

A fusão e confusão entre as forças da lei e aqueles que devem ser por elas tolhidos não é fato novo. A execução tanto cruel quanto desnecessária a mutilação a tortura não são fatos novos. Partem de vários pontos. São mais apavorantes quando seus atores se organizam, têm uma hierarquia, uma tática e, até mesmo, um linguajar próprio.

A literatura tem, com frequência, passado por esse tema. Victor Hugo transformou para sempre em referenciais os seus Quasímodo e Jean Valjean. Também o fizeram Dostoievsky e tantos outros. A abordagem, porém muito difere. Não é em vão o protesto dos indivíduos da raça negra contra *Pai Tomás*. O *homem simples* é apresentado por demais simples. O homem-objeto foi por demais coisificado, mostrado como nulamente senhor do seu destino e, ainda mais, apresentado como padrão de *boa conduta*.

No Brasil, também tem-se discorrido sobre os “excluídos”, com diversas abordagens:

- o pobre de Aluísio de Azevedo é produto, é predestinado;
- o pobre de Graciliano Ramos é petrificado;
- o pobre de Monteiro Lobato é apático;
- o pobre de Lima Barreto é ressentido, desenvolve uma ira patológica;
- o pobre de Guimarães Rosa é, sobretudo, poético;
- o pobre de João Antonio é boêmio.

Ainda teríamos a considerar a visão de José Lins do Rego, Simões Lopes Neto e tantos outros. Em geral, falam os autores *sobre* o desvalido, numa visão externa; seja por destino, seja pela maldade dos homens, seja pela própria incompetência, a pobreza é tida com irremediável, não se apontam soluções. Visando à indignação, visan-

do à simples descrição, não se apontam causas removíveis para as situações apresentadas. São ficções românticas, com alguma base verídica, mas sempre românticas.

Outro enfoque é o *falar de dentro* como o fez Euclides. Dentro geograficamente, por estar a escrever no próprio cenário dos acontecimentos; dentro historicamente, por estar a escrever ao mesmo tempo em que os fatos ocorrem. Dentro socialmente, pela sua fascinação claramente assumida, ante a natureza-cenário, e o homem-ator. Depois de Euclides, expressões como *estouro da boiada*, *sertões* nunca mais tiveram a mesma carga de expressividade, tornando-se até intraduzíveis pelo que representam social, econômica e mesmo afetivamente.

Nascida como série de reportagens para *O Estado de São Paulo*, a obra despertou interesse desde o lançamento, por seu estilo imaginoso, brilhante e pelo assunto. No momento, não podemos considerá-la sucesso de vendas nem de público. Uma das razões apresentadas para tão importante trabalho ter, atualmente, pequeno número de leitores é ser a obra quase tão inacessível, tão impenetrável, quanto o próprio sertão. Foi acusada de pomposa e grandiloquente, até mesmo pedante. Grandiloquente o foi, para fazer-se ouvir em meio ao vozerio do litoral. Rebuscada também o foi, como meio de atingir a exatidão narrativa.

Euclides é exceção no panorama da literatura brasileira por ser um *nomeador*. Os elementos da fauna e da flora, os utensílios recebem seu nome específico, onde outros autores diriam, simplesmente, *árvore, pássaro, arma, sacola*.

Enquanto o discurso do narrador é “uma combinação do vazio vozeante do litoral e do silêncio clamoroso dos sertões”, o discurso dos personagens raramente se mostra; nessas raras aparições vem reduzido a monossílabos:

- Sei não.
- É lá.

Neste falar lacônico, Euclides encontra energia a par de altivez, indiferença. O leitor encontra forte contraste entre a concisão extrema do sertanejo e o luxo vocabular do autor. Na obra aparecem o eufemismo ao lado do termo técnico, o regionalismo ao lado do ar-

caísmo. O uso de termos científicos torna a linguagem concisa, precisa, confere maior veracidade à narrativa, torna a obra multidisciplinar. Euclides tem formação científica singular. Coursou Escola de Engenharia, depois Escola Militar. Por esses caminhos e por suas múltiplas leituras, chegou às idéias de Comte, primeiramente, e, a seguir, Darwin, Marx, Lombroso e Taine. Era, enfim, um homem do seu tempo, com a visão de seu tempo, o que pode explicar algumas posições que hoje seriam tidas como “politicamente incorretas”.

Na intenção de oferecermos ao leitor trilhas para penetrar ‘Os sertões’ (de Euclides e outros), estamos empenhados, no momento, na elaboração de glossário, visando à definição de termos constantes da obra, que, como já se disse, envolvem arcaísmos, regionalismos e tecnicismos e mesmo criações do autor.

Utilizamos a edição Ática, São Paulo, 2000, com revisão e notas de Walnice Nogueira Galvão. Dessa edição constam, também, variantes, o histórico das edições anteriores, com suas discrepâncias e os critérios de uniformização ortográfica. Trata-se, portanto de edição cuidada, de interesse filológico.

Citamos aqui um pequeno trecho, como exemplo do trabalho desenvolvido:

Correra nos sertões um toque de chamada...

Dia a dia chegavam ao arraial singulares recém-vindos, absolutamente desconhecidos. Vinham ‘debaixo do cangaço’: a capanga atestada de balas e o polvarinho cheio; a garrucha de dous canos atravessada à cinta, de onde pendia a *parnaíba* inseparável; à bandoleira, o clavinote de boca de sino. Nada mais. Entravam pelo largo, sem que lhes indagassem a procedência, como se fossem antigos conhecidos. Recebia-os o astuto João Abade que, pleiteando-lhes parselhas na turbulência, tinha a ascendência de uma argúcia rara e uns laivos de superioridade mental, graças talvez à circunstância de haver estudado no liceu de uma das capitais do Norte, de onde fugira após haver assassinado a noiva, seu primeiro crime. O certo é que os dominava e disciplinava. ‘Comandante da rua’, título inexplicável naquele labirinto de bitesgas, sem abandonar o povoado exercia-lhe absoluto domínio que estendia pela redondeza, num raio de cinco léguas em volta, percorrida continuamente pelas rondas velozes dos piquetes. (p. 259).

Observamos o uso de *singulares*, por *pessoa só*; os nomes das armas, específicos ou por metonímia (garrucha, Parnaíba, clavinote); *bitesgas* (de etimologia não localizada) por *trilhas*.

No decorrer das 486 páginas da obra, nessa edição, não falta material a garimpar. Espera-se não prejudicar a fruição de sua primeira leitura, aos leitores emocionados. “No relevo de suas circunvoluções expressivas estão as linhas essenciais do crime e da loucura. Que a ciência diga a última palavra”. (p.498).

#### BIBLIOGRAFIA

BOSI, Alfredo. “A escrita e os excluídos”. On-line.

COUTINHO Afrânio do Santos. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

———. Universidade de Brasília, 1963.

———. Rio: Francisco Alves, 1968.

———. 1979.

DANTAS, Paulo. *Os sertões de Euclides e outros sertões*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, [s./ d.].

FORTES, Herbert Parentes. *Euclides, a espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PINTO, Pedro A. *Brasileirismos e supostos brasileirismos*. Rio de Janeiro: Tip. S. Benedito, 1931.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. “‘Os Sertões’ e o caso Tim Lopes”. *Veja*. 31/07/2002. p. 114.

**CELSO CUNHA E MÁRIO DE ANDRADE  
UMA GRAMATIQUINHA NO MEIO DO CAMINHO.**

*Ivan Russeff* (UCDB-MS)

**O que desejamos é que, através do ensino se resguarde a atual unidade superior da língua portuguesa, os traços essenciais que ainda permitem a compreensão entre os seus usuários. (Celso Cunha)**

INTRODUÇÃO

O recente debate em torno das teses de um parlamentar brasileiro<sup>3</sup> indisposto com a invasão da língua portuguesa por palavras e expressões estrangeiras reacendeu os ânimos nacionais em defesa do idioma, despertando antigas pendengas gramaticais e motivando debates acalorados. Não fugindo à regra de tantos “Policarpos Quaresmas” que nos freqüentam a história, no ímpeto nativista de preservar a identidade lingüística da expressão nacional, o parlamentar nos obriga a retomar uma antiga – e nem por isso ultrapassada – advertência do filólogo brasileiro Celso Cunha: a de nos situarmos, os professores de Língua Portuguesa, criticamente entre os extremos do *reacionarismo historicista* e do *jacobinismo nacionalista*. (CUNHA, 1968: 16.) Assim, para o autor, enquanto este último advoga o rompimento radical com as convenções prescritas pela Gramática Normativa, na vã expectativa de consolidar uma nova língua, mais adequada ao temperamento nacional, aquele outro extremo apregoa a sujeição dos falantes ao puritanismo das tradições clássicas do idioma.

Ora, o objetivo da presente exposição é o de tomar como referência esse ponto médio defendido por Celso Cunha e avaliar o quanto permanece atual a sua preocupação com a unidade lingüística brasileira e, por extensão, portuguesa, resultante da interação dinâmica e contínua da norma culta, não só com os inevitáveis estrangei-

---

<sup>3</sup> Trata-se do deputado federal Aldo Rebelo que, em recente proposta contida no Projeto de Lei nº 1676/99, dispoendo sobre “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”, destaca a necessidade de medidas que estimulem o uso da língua portuguesa e inibam “todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira...” (artº 4º)

rismos, mas também com suas variantes dialetais.<sup>4</sup> Mais ainda é pretendido nesta reflexão: reafirmar o princípio que orienta o nosso autor, ao traçar uma “política do idioma” voltada para a consolidação de uma comunidade linguística lusófona – como costumava exemplificar com a comunidade hispano-americana –, no mais amplo sentido cultural e político. Só esse empreendimento integrador, visando à superação das barreiras impostas à intercomunicação interna e externa dos países de língua portuguesa, obstinadamente perseguido por Celso Cunha ao longo de sua vida de intelectual e homem público, já o destaca no cenário da filologia mundial.

Para não confinar o autor em estudo à referência solitária dessa discussão, foi convidado para a tertúlia um “Quaresma” contemporâneo, o escritor Mário de Andrade, que aqui comparece na discreta condição de “leigo na matéria”. Modéstia à parte, não escondia a sua ambição de contribuir, por meio de estudos linguísticos e da sua própria obra literária, com a renovação da expressão artística nacional, estilizando o brasileiro vulgar.

Evitando a vala comum da patriotada e o pedantismo da “inflexão portuguesa”, Mário também se posicionou entre os extremos, muito embora, como verificaremos mais à frente, tenha ousado com uma inacabada *Gramatiquinha da fala nacional*.

Concluindo esta introdução com a epígrafe que lhe deu o mote, é possível afirmar que tanto o filólogo Celso Cunha quanto o “leigo” Mário de Andrade, procuraram valorizar a superior unidade linguística portuguesa,<sup>5</sup> sem renegar a sua variante brasileira, porque, afinal, como observou o poeta, a língua é a manifestação concreta do temperamento psicológico e cultural de um povo.

---

<sup>4</sup> É curioso como Celso Cunha trata do fenômeno da variante dialetal: ora apostando na sua força expressiva, como “(...)utilização particular de algumas das múltiplas possibilidades da língua(...)normas que podem conviver harmonicamente, dentro da língua portuguesa, com outras normas, peculiares a distintos ambientes sociais, culturais ou regionais.” *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Op. cit. p. 26-7; ora prevenindo-nos dos seus riscos de dissolução idiomática: “Devemos combater, pelo ensino, o vulgarismo e o dialetalismo, que, antes de fracionarem a comunidade idiomática supranacional, fracionam a unidade linguística da própria nação...” *Idem*, ib. p. 75.

<sup>5</sup> Para Celso Cunha: “É essa unidade superior da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade que nos cabe preservar como fator interno de unidade nacional do Brasil e Portugal e como o elo mais forte da comunidade luso-brasileira.” CUNHA, Celso. *Uma Política do Idioma*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p.43.



UNIDADE NA VARIEDADE  
UMA OBSESSÃO DE CELSO CUNHA

Dentre os temas tratados com mais ênfase na *brigada ligeira*<sup>6</sup> de Celso Cunha, destaca-se o da unidade da língua portuguesa. Uma análise mais atenta revela que, mesmo ao discorrer sobre questões tão aparentemente disparatadas, como o seu estimado Projeto Nurc (Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Linguística Oral Culta de Cinco das Principais Capitais Brasileiras), ou, então, as conseqüências da aplicação de uma metodologia dialetológica tradicional aos estudos lingüísticos, o autor sempre se permitia uma incursão no tema da unidade lingüística; e concluía, invariavelmente, com a pretensão, para ele legítima e possível, de se garantir a inteireza do idioma, sem renunciar à sua pluralidade, perceptível nas variantes regionais e nacionais.

Citando com freqüência o lingüista Eugênio Coseriu,<sup>7</sup> a tese em que se sustenta a argumentação do filólogo brasileiro é a de que a tensão entre a variedade expressiva individual e a unidade normativa gramatical não se resolve unilateralmente, devendo, antes, ser estimulada pois é sintoma da vitalidade do idioma.

Para além das fronteiras nacionais, o raciocínio – e a defesa da unidade – não se altera. Ao alertar para o caos da babelização comunicativa, inevitável se brasileiros e portugueses insistirem em suas idiossincrasias, Celso Cunha lembra que os prejuízos advindos dessa divergência idiomática são incalculáveis “num mundo compelido a ampliar, cada vez mais, o intercurso das idéias.” (CUNHA, 1968: 67)

Em vista disso, pode-se afirmar que a força e atualidade do pensamento de Celso Cunha não se evidenciam apenas na indisposição com o emparelamento da língua pelos muitas vezes inexequíveis

---

<sup>6</sup> Por *brigada ligeira*, ficam aqui compreendidas principalmente as produções de Celso Cunha mais voltadas para o debate público sobre uma política do idioma, com destaque para: *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira* (1968); *Uma Política do Idioma* (1975) e *A Questão da Norma Culta Brasileira* (1981).

<sup>7</sup> “(...)na conceituação de Coseriu, uma norma não é superior nem inferior a outra; é apenas igual ou diferente. Pode, portanto, sem nenhum rótulo valorativo, variar no seio de uma comunidade idiomática, seja do ponto de vista diatrópico (...) diastrático (...) ou diafático.” CUNHA, Celso. *A Questão da Norma Culta Brasileira*. *Op. cit.* p. 54.

parâmetros gramaticais; e emparedar a língua significa para o autor confinar a esses limites estreitos e oficiais o pensamento e o sentimento de uma coletividade. Contra isso, e aqui está mais uma evidência do vigor de suas idéias, propunha “medidas práticas, baseadas na realidade lingüística dos dois países”, (*Id. ib.* p. 68) entendendo como prática, a medida do ensino e da literatura – para ele fatores dinâmicos de persuasão normativa –, e tendo por real, a língua efetivamente utilizada pelos meios cultos de cada país da grande comunidade idiomática portuguesa.

Daí ser de toda a conveniência que se propiciem condições ao educando para que ele se assenhereie progressivamente do dialeto prestigioso sem que seja violentado com a desorganização ou a destruição do seu vernáculo, do qual continuará a servir-se nas situações mais íntimas. (CUNHA, 1985: 47)

Feitas essas digressões, pode-se concluir que o ponto médio propugnado por Celso Cunha, situando-se entre puristas reacionários e nacionalistas jacobinos, constitui-se nessa unidade superior do idioma: sem desprezar as convenções codificadas da língua, mas também acolhendo as suas possibilidades expressivas não convencionais, em âmbito regional, nacional e até individual, o autor acredita em que tal flexibilização normativa, desde que constantemente regulamentada, ampliaria a intercomunicação dos falantes da língua portuguesa, em direção a uma ampla comunidade lusófona. Como é possível constatar, para não se incorrer nos freqüentes emparedamentos da uniformização normativa, Celso Cunha deixa entrever ao longo de sua proposição a relevância da dinâmica pendular entre unidade e variedade da língua portuguesa, em todos os níveis, a ser permanentemente sintonizada pelos esforços codificadores dos lingüistas de cada país. E a nenhuma das modalidades nacionais da língua portuguesa Celso Cunha considerava um “falar dialetal” ou um *patois*, desvirtuados do português europeu. Porque, afinal, na condição de “condôminos do idioma” todos os países da comunidade lingüística portuguesa detêm a mesma porção ideal da propriedade do idioma e “a capital da Língua Portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura” (CUNHA, 1975: 47), arrematava.

MÁRIO DE ANDRADE E OS “ILUMINADOS DE 1922”

Ao se referir à inoperância do então chamado ensino de 1º e 2º graus – “um longo curso de onze anos” – cujos alunos tornavam-se usuários de uma língua que não funcionava, Celso Cunha lamentava o quanto esse quadro de ineficiência não fazia jus aos empenhos revolucionários dos artistas do Modernismo que procuraram revitalizar a expressão artística nacional. Apenas na arte se consolidou o ideal dos “iluminados de 1922 – a antecipação do verdadeiro artista à sua época...” (*Idem, ibidem*, p. 30) Ora tratados como *radicais* em relação à pasmaceira lingüística de sua época, ora como *iluminados* pela clareza de suas proposições, os moços da Semana de Arte Moderna colecionaram elogios por parte do filólogo, também ele um irrequieto crítico a tudo que comprometesse a eficácia comunicativa da língua portuguesa, como já foi observado.

O trato lisonjeiro, entretanto, não era no atacado. Celso Cunha não esconde algumas preferências em relação aos modernistas, e no que o apraz, ou seja, nas questões lingüísticas, não é de estranhar a eleição de Mário de Andrade como interlocutor, ainda que de forma reticenciosa e restrita às ousadias gramaticais do poeta. Tratando-o por “chefe incontestado do movimento modernista de 1922”, lamenta que o pai de Macunaíma não nos tivesse brindado com a tão anunciada *Gramatiquinha da Fala Brasileira*. Pelo que já conhecemos de Celso Cunha, pode-se dizer que o filólogo não ficou nem um pouco frustrado com o descompromisso de Mário, aproveitando para reafirmar as suas convicções sobre as evidências da unidade do idioma, na sua natural diversidade. Para o filólogo, Mário de Andrade não conseguiu o seu intento porque

(...) é de presumir, é quase certo – poderíamos adiantar – haver ele desistido do projeto por não ter encontrado na sua obra, nem na de seus companheiros, os elementos indispensáveis para provar a existência de um sistema lingüístico diferente do português europeu, o que, a rigor, justificaria uma *língua brasileira*. (CUNHA, 1968: 26).

Apesar da discreta inflexão desafiadora que perpassa a crítica, como que a saborear, satisfeito, a carência de provas para sustentar o projeto emancipador do poeta modernista, Celso Cunha não despreza os ganhos da empreitada daquela geração de rebeldes, valorizando o manancial de informações trazidas pela pesquisa que desenvolveram no campo da linguagem. Assim,

Se o Movimento de 1922 não nos deu – nem nos podia dar – uma *língua brasileira* ele incitou os nossos escritores a concederem primazia

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

absoluta aos temas essencialmente brasileiros, com suas formas culturais próprias e a enunciarem de maneira adequada esses temas, ou seja, a preferirem sempre palavras e construções vivas do português do Brasil. (*Id. Ib.*)

Dentro dos propósitos comparativos anunciados nesta exposição, conviria compreender melhor o frustrado projeto mariodeandradiano que ficou no meio do caminho da jornada emancipadora de uma suposta *língua brasileira*.

Para Mário de Andrade, essa afirmação da identidade linguística brasileira estava também dirigida poeticamente à conquista da expressividade do discurso literário, fruto da estilização culta da fala corrente. Tamanho esforço, é preciso convir, está longe de se constituir num derivativo neo-parnasiano, como se depreende da consciência que teve dos prejuízos da retórica para a comunicação dos homens: “-Com muito prazer. Mas que se conserve a eloquência, filha legítima da vida. Ao redescobrimto da Eloquência (...) - Abaixo a retórica!”(ANDRADE, 1960: 220) berraria ele na *Escrava que não é Isaura*, em nome da liberdade de expressão e a favor da insubmissão “à ronda sintática” exercida pela Retórica.

No esforço para conseguir aquela “maior verdade e exatidão de expressão” postuladas pelos modernistas, Mário se meteu na aventura de abraçar a expressão culta do seu tempo, ou de estilizar o brasileiro vulgar, sublinhando o quanto esse propósito exigia o concurso de muitos, por várias gerações, cada qual contribuindo com as suas soluções particulares, como solitariamente vinha fazendo com a sua:

Você compreende, Manuel, a tentativa em que me lancei é uma coisa imensa, enorme, nunca foi pra um homem só. E você sabe muito bem que não sou indivíduo de gabinete. Não posso ir fazendo no silêncio e no trabalho oculto toda um gramática brasileira pra depois atirar com isso na cabeça do pessoal. (...) Careço que os outros me ajudem pra que eu realize a minha intenção: ajudar a formação literária, isto é, culta da língua brasileira. (ANDRADE, [s/d.] 66.)

O intento de colaborar na formação culta da “língua brasileira”, confidenciado a Manuel Bandeira, em 1925, já vinha de longa data, culminando no final da década com a publicação de *Macunaíma*; com essa obra, Mário de Andrade prova a eloquência da fala popular estilizada, consagrando a expressividade que sempre buscou trazer para o seu estilo.

Os intrincados itinerários de Macunaíma, narrados numa ex-cêntrica fabulação de aedo tropical e primitivo, demonstram um meticoloso trabalho de estilização da “língua boçal” que passou despercebido a grande parte da crítica e à totalidade dos leitores da época.<sup>8</sup> A propósito, a observação do filólogo João Ribeiro de que, por mais que Mário forçasse a nota do seu brasileiroismo, acabava nas malhas da língua portuguesa, contribuiu para um oportuno esclarecimento da questão, junto ao amigo Manuel Bandeira:

Pouco me incomoda agora que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal: o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser língua minha, a língua de meu país, a língua que hoje representa no mundo muito mais o Brasil que Portugal; enfim: a língua do Brasil.(ANDRADE, [s.d.]: 157-8)

A resistência de João Ribeiro ao brasileiroismo de Mário de Andrade lembra, guardadas as diferenças de motivação, a ojeriza de Tristão de Athayde com a língua de candomblé de Macunaíma, menosprezada como invencionices lingüísticas de poeta desordeiro. Mas o poeta não abrasileirava a sua linguagem só para “inquizilá” os defensores da norma culta; a sua desordem gramatical estava orientada por um princípio normativo que ele entrevia na fala brasileira, sob a rígida carapaça da língua portuguesa oficial.

Mesmo na sua produção mais vanguardista, inspirada nas teorias européias em evidência na sua época, Mário imprime o tom de brasilidade ao seu discurso; demonstra com isso que a mudança de

---

<sup>8</sup> As fichas que resumem as notas de pesquisa referentes ao livro trazem os cabeçalhos: *Macunaíma/usado* e *Macunaíma*, evidenciando o quanto Mário de Andrade foi rigoroso no trabalho de investigação a que se dedicou no preparo da rapsódia, escrita, como dizia, *num zás de seis dias na chakra dum tio em Araraquara*. Assim, reuniu não só detalhes ligados a motivos do texto: *terminar a história da índia que casou com a Papaceia, com o final da lenda idêntica dos Apinagé em Boletim do Museu Nacional, vol.IV, nº 2, p. 88*; como também estudos sobre a cultura popular: *Ditado/ passar manteiga em ventre de gato...* Além disso, sua curiosidade e rigor obrigaram-no a levantamentos filológicos de caráter morfológico que aproveitavam desde as denominações de animais, minerais e vegetação, até acidentes geográficos e *denominação para dinheiro*. Por exemplo: *dinheiro: bicha, 511, 41. Na Bibliografia 511 – Visc. de Taunay “Inocência” 18ª ed. C. Melhoramentos de S.Paulo – S.Paulo. Calcáreo:dinheiro/ vol. Nº 441. Na Bibliografia: 441 – Rodolpho Garcia. Dicionário de Brasileiroismos (peculiaridades pernambucanas) Separata da Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro. Cf. PINTO, E. Pimentel. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e Contexto. São Paulo: Duas Cidades, 1990,*

assunto e a sintonização com a modernidade, não impediam o seu ambicioso projeto de transcodificar a língua portuguesa para afirmar a expressão nacional. A expressão brasileira não estava restrita aos terreiros de candomblé, nem apenas aos cafundós do sertão, expandindo-se para a vida esufiante das metrópoles.

Abrindo a Paulicéia Desvairada, o poema Inspiração toma a cidade pelo contraste dinâmico de sua modernidade cosmopolita que confirma, por ironia, a tradição longínqua de seu clima, feito de ventos temperados por ventos e frios de crudelíssimo inverno, conforme a epígrafe de Frei Luís de Sousa. O poema se constrói na fusão do antigo com o novo, na busca daquela pretendida dicção poética brasileira, defendida pelos modernistas, a partir de suas bases ancestrais. A tensão entre tradição e ruptura – arcaico e moderno – dá a têmpera do brasileiro vulgar estilizado pela intervenção culta da literatura, eis a máxima pretensão de Mário de Andrade. Afinal, diria ele: “Sou um tupi tangendo um alaúde!”

O experimentalismo lingüístico e a sintonia com as vanguardas européias, portanto, não comprometem o abraqueamento da expressão mariodeandradiana e muito menos o seu entendimento de que a palavra, ao se libertar de sua camisa-de-força, poderia contribuir com a afirmação da própria identidade nacional.

Artesanato oco? Ingenuidade romântico-nacionalista? Primitivismo boçal? Irresponsabilidade poética e falastronice teórica? Com esses mimos, a crítica de oposição e até os amigos da situação reagiram à permanente preocupação de Mário de Andrade com a expressividade literária, resultante da pesquisa formal e da imersão na cultura brasileira; com a mesma resistência, os críticos também não lhe perdoaram a utopia da língua brasileira<sup>9</sup> que pretendia material-

---

<sup>9</sup> As referências condoídas de Mário de Andrade aos seus detratores estão espalhadas em quanta carta escreveu e conversa desfiou, restando na lembrança dos amigos e correspondentes o sofrimento que as críticas lhe causavam, mesmo justas. Quanto ao seu projeto da gramatiquinha da língua nacional, não seria diferente a reação da crítica, mormente se se considerar o que havia de folclore em torno disso, aqulando mais ainda os espíritos menos cultivados nas utopias mariodeandradianas. Reagindo como podia - e sempre podia bem, nas suas reações públicas – Mário ia terçando as suas armas, resultando disso verdadeiras pérolas de argumentação e de apaixonada defesa de suas teses. No posfácio da gramatiquinha, o último movimento de sua explanação, em que rebatia a crítica apressada de que pretendeu *criar* uma língua brasileira, Mário as-

zar, inicialmente, com a consolidação de uma Gramática, que a modestia e o pudor transformaram em “gramatiquinha”. Mesmo agastado com as incompreensões – “Manu, o procedimento dos meus amigos daqui não digo que me ofenda por enquanto mas me magoa e sobretudo me inquieta. Julgo perceber neles a intenção de me magoar e me diminuir”-, prosseguia no intento de abrigar a expressão culta nacional, e não por pruridos patrióticos, mas por entender claramente que para emancipar a inteligência do país era necessária a universalização da língua utilizada pela maioria dos brasileiros, dando-lhe um estatuto normativo. Ao afirmar o prestígio social da fala brasileira, Mário pretendia desmontar o poder secular exercido pela norma lusofônica, desencalacrando a consciência nacional para que pudesse intervir ativamente na realidade do país, contribuindo com a sua cultura e civilização.

Ao evitar a via bem mais cômoda – e também mais escandalosa - da transposição imediata da fala corrente para a norma culta, ou, dos ritmos folclóricos para a música erudita, Mário de Andrade reafirma uma positiva tensão que sempre ocorreu independentemente das vontades pessoais, entre a cultura erudita e a popular, resolvendo-se em influências recíprocas; de sua iniciativa, e de alguns poucos em toda história da cultura brasileira, resultou, entretanto, o combate ao ranço elitista de subalternização que as opunha entre si e as diferenciava em valor. Percebendo a força criadora resultante da circularidade das culturas, fosse com as estrangeiras ou entre as nacionais, Mário de Andrade insistia na estilização culta de todas as formas de expressão do povo brasileiro – “(...) não se deve crer que se trata de uma forma inferior de linguagem...”-, entendendo-a como um processo mais universalizante e enriquecedor do idioma e das várias manifestações artísticas:

O que carece, pois, é que o músico artista assunte bem a realidade da

---

sesta suas baterias contra os que não o entenderam no projeto: *Ninguém me tirará a convicção, arraigada já entre muitos dissabores, brinquedinhos depreciativos de amigos, os dizques e falar mal por trás e injustiças, que si muitos tentarem também o que eu tento (note-se que não digo “como eu tento”) muito brevemente se organizará uma maneira brasileira de expressar, muito pitoresca, psicológicaíssima na sua lentidão, nova doçura e variedade, novas melodias bem nascidas da terra e da raça do Brasil.* ANDRADE, M. Gramatiquinha. Apud PINTO, E. Pimentel. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e Contexto. Op. cit. p. 422.*

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

execução popular e a desenvolva(...) Si de fato agora que é período de formação devemos empregar com freqüência e abuso o elemento direto fornecido pelo folclore, carece que a gente não esqueça que música artística não é fenômeno popular, porém desenvolvimento deste. (ANDRADE, 1962: 37)

Mais ousados na afirmação artística e linguística do caráter nacional, os modernistas também repugnaram a retórica de seu tempo, mas procuravam intervir no âmbito da expressão, em seu largo sentido semiológico; a construção de um discurso persuasivo implicava, para alguns poucos como Mário de Andrade, o estudo metuciloso dos vários códigos de comunicação da sociedade brasileira. Nos seus esparsos da gramatiquinha, aconselhava a auscultação paciente de todos os fatos relevantes, ou não, da fala brasileira, considerando não só as motivações subjetivas do falante, como também a situação da fala. Assim, recomendava, a par do conhecimento da Gramática Normativa oficial, a recolha dos “modismos esporádicos colhidos das pessoas que escuto, cartas que recebo, livros, jornais, anúncios, etc. que leio (...)” chegando a ficar “bem uns seis meses freguês dum barbeirinho ruim das Perdizes só pra escutar a fala dele que era uma gostosura imprevista com seus sodisfeito, quatros dia, etc. etc.” (PINTO, 1990: 65)

Todo esse esforço de pesquisa era dirigido, como se vem demonstrando, para a sistematização das generalidades e constâncias<sup>10</sup> da fala brasileira de maneira que fosse possível, com o tempo, se escrever e falar naturalmente o brasileiro. O repúdio ao cabotinismo lírico também se verificava na busca da expressão verdadeira da cultura nacional, conquistável por meio da sistematização culta de seus fatos esparsos, nas artes e no idioma; é o que observa ao amigo Ma-

---

<sup>10</sup> Preocupado, como já foi observado, com a possível incompreensão de seus contemporâneos às teses linguísticas que defendeu, Mário de Andrade começou a rever os seus conceitos de codificação e sistematização da língua brasileira, cuidando para que não soassem como uma bizarra lusofobia, transformando uma questão linguística num embate de patriotadas. Como ele sempre reiterava: *Falei, “sem se amolar com a gramática de Lisboa”* e não *“se opondo à gramática de Lisboa”*. E concluiu em outro excerto, muito criteriosamente, sobre o que o deve orientar na elaboração da gramatiquinha: *Não falar nem uma vez em “regras”. Nem tão pouco (sic) em “normas” si possível. Falar só em “Constâncias”*. ANDRADE, M. Gramatiquinha. Apud PINTO, E. Pimentel. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e Contexto. Op. cit. p. 336.*



nu, em carta do início de 1925: “Prás idéias modernistas essa sistematização não pode ser sinão dirigida prá maior verdade e exatidão de expressão. É o que estou fazendo.”(ANDRADE, [s.d.]: 72)

E o fazer mariodeandradiano procurava materializar aquela idéia obsessiva que perpassa os seus estudos sobre o idioma e a música: identificar e normalizar os caracteres étnicos permanentes da cultura brasileira, contribuindo, desta forma, para a afirmação de sua identidade e, conseqüentemente, para a emancipação da consciência nacional.

Procurando evitar qualquer dúvida quanto aos seus procedimentos normalizadores em relação à língua nacional, o autor antecipa logo na Introdução à gramatiquinha as razões de ordem prática, mas de enormes conseqüências políticas e culturais, que o levaram a defender uma expressão que pudesse facilitar e ampliar o relacionamento de seus falantes com a realidade em que vivem:

Com exceção duns trinta ou quarenta, os doutores não falam a língua oficial nem nenhuma língua. Língua é o instrumento mais ou menos plausível com que a gente matuta. Língua é uma expressão espontânea dos homens e ordenada unicamente pelas precisões inconscientes da fisiopsicologia humana.(PINTO, 1990: 322)

Mas é preciso convir que, mesmo não falando língua nenhuma, os doutores se estabelecem em prestígios, apesar do simulacro apontado por Mário de Andrade; e não seria a estilização culta daquela tão desprezada “língua de candomblé”, por ele anunciada como trabalho de várias gerações de escritores, a melhor opção para se afirmar a língua brasileira com distinções gramaticais. O empenho em universalizar a variante lingüística brasileira, significava, pois, além de todas as razões étnicas e psicológicas que a justificam, ampliar o acesso à cultura e à informação e combater a vaidadezinha de dominar uma língua reservada só para falantes distintos. Esse risco da elitização lingüística poderia ocorrer também com a “língua brasileira”, devendo ser, por suposto, evitado pela consciência alargada do seu sentido social: “O importante não é, aliás, a vaidadezinha de ter língua diferente, o importante é se adaptar, ser lógico com sua terra e o seu povo.”(PINTO, 1990: 422.)

Nesse contexto, a gramatiquinha acabou ficando no meio do caminho, no duplo sentido: primeiro, por não ter sido concluída, con-

forme as razões já expostas; mas também ficou no meio do caminho, feito uma pedra de tropeço, incomodando os que não viam na língua brasileira um imperativo lógico de comunicação entre falantes identificados pela mesma cultura e temperamento. Exageros nacionalistas do “chefe incontestado do modernismo”?

A despeito disso, as lições da gramatiquinha – que não conheceram página de livro – ganharam as consciências dos leitores de Mário de Andrade pelas crônicas, artigos de jornal e, principalmente, pelas cartas. E nas lições que ficaram da gramatiquinha, Mário de Andrade vai cumprir alguns postulados estabelecidos na concepção do projeto: livrar a gramatiquinha do peso de obra técnica e referencial em matéria normativa; para a sua formulação *sui generis* de obra de ficção - “Este é um livro de ficção, e ninguém não aprende gramática nele, é lógico.”- não dispensa, entretanto, o rigor da pesquisa, inclusive a de campo, que deve ser abrangente quanto à condição social dos falantes<sup>11</sup> e quanto às regiões geográficas, distinguindo-se, aí, o meio rural e urbano.

Do conjunto do trabalho, o que ressalta é a enunciação do pesquisador, ora conciso no apontamento de um fato lingüístico não registrado pelos gramáticos, ora mais enfático ao discorrer sobre uma tendência nativa na fonética ou na sintaxe, demorando-se na exemplificação e no comentário crítico de teor invariavelmente histórico-cultural. Mas em tudo, nota-se o tom apressado de quem esperava depois arrematar com mais consistência e didatismo, consultando melhor as fontes anotadas entre parênteses. Assim, comenta, por exemplo, as diferenças orais de pronúncia entre o brasileiro e o português:

Abóbora = abobra / Chácara = chacra (Martins nº 134-I-150 escreve “chacra”) Os portugueses também dizem (e escrevem) “jacra”

---

<sup>11</sup> Contrariando uma possível expectativa popularesca quanto à recolha dos fatos lingüísticos a serem aproveitados na elaboração da gramatiquinha, Mário de Andrade argumenta sobre a importância da contribuição de todos os estratos sociais para a pesquisa: *As observações e pesquisas sobre a língua nacional não devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo os cultos, mas sempre na sua linguagem desleixadamente espontânea e natural*. ANDRADE, Mário de. A Concepção. Apud Pinto, E. Pimentel. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e Contexto*. Op. cit. p. 64.

por xácara. Conf. 534-II-252 (PINTO, 1990: 343)

No léxico, os seus exemplos e comentários seguem o mesmo método: “Mário Barreto nega “Através do Dicionário” p. 233 e seguintes, que o emprego do particípio presente seja particularidade brasileira. Está certo. O que porém caracteriza a fala brasileira é que ninguém aqui diz “Fulano estava a fumar” ao passo que pros portuguesas essa é a constância embora falem também “Fulano estava fumando.” (*Id. ib.* p. 390)

E por aí tratou da Sintaxe e da Estilística, apontando as diferenças que davam consistência normativa, pela constância e generalidade, à pretendida “língua brasileira”. Evitando o descritivismo árido das Gramáticas oficiais, também repeliu o autoritarismo prescritivo das regras do bom falar - mesmo que fosse o brasileiro -, preferindo sempre que possível sondar a língua na sua intimidade psicológica:

Caracteres psicológicos do brasileiro: carinho, pegafocismo, sensualidade, calor na sonoridade (escrito) verdadeira musicalidade no oral que nem com as crianças. O caipira quando fala, sobretudo o mulato canta que nem criança. Comodismo lentidão escarrapachada e acocorada. Fazer considerações sobre isso em solução da rapidez moderna. (PINTO, 1990: 416).

Sem qualquer pretensão técnica mais abalizada, e situando-se nos amplos e flexíveis contornos da ficção, a gramatiquinha constituiu-se para Mário de Andrade numa tentativa; e como em tudo que fazia, não descuroou do rigor do estudo e da pesquisa, procurando com o seu sacrifício fazer desse arremedo um tributo à cultura de seu povo: “Minha tentativa é útil e humana porque eu generalizo numa só, universal, sem classes, unitária e única e unânime a alma do meu povo.” (PINTO, 1990: 46).

## CONCLUSÃO.

Para concluir esta exposição, conviria reiterar o sentido do seu título, centrado na análise comparativa do pensamento de Celso Cunha e de Mário de Andrade em relação à língua portuguesa. O que se procurou sustentar é que tanto o filólogo quanto o artista comungam do mesmo propósito de garantir, em nome da intercomunicação efe-

tiva de seus falantes, a unidade do idioma, mas sem enfraquecer-lhe a expressividade.

A defesa desse ponto médio entre os extremos do sectarismo reacionário de puristas e nacionalistas não os impediu de tergiversarem, ora favoravelmente às exigências da normatização culta da língua, ora contra essas mesmas exigências, quando entorpeciam o temperamento lingüístico do homem brasileiro. A coerência lhes vinha do claro e abalizado posicionamento crítico; daí porque a resistência de Celso Cunha ao relaxamento da expressão provocado pela “vulgarização e dialetalização” do idioma não o estigmatizava como purista, assim como a utopia da “língua brasileira” acalentada por Mário de Andrade, em nenhum momento pode confundi-lo com as hostes do jacobinismo nacionalista. Ambos souberam posicionar-se com o bom senso dos “iluminados”, no dizer de Celso Cunha, sem perderem a radicalidade crítica que os projetou entre os intelectuais brasileiros mais ilustres. Tocados pelo mesmo anseio de ampliar as possibilidades comunicativas do povo brasileiro – Celso Cunha, mais ambiciosamente, investindo numa ampla comunidade lusófona –, viraram, também, à sintonização do nosso pensamento com o movimento universal das idéias de seu tempo, que tão bem defenderem na tribuna em que transformaram sua obra mais publicística.<sup>12</sup> Se Mário de Andrade investiu mais na estilização culta da fala brasileira por meio da Literatura e Celso Cunha na aceitabilidade social da norma culta pela educação escolar, essas diferentes opções práticas não os distanciam; antes os reafirmam como intelectuais orgânicos brasileiros que entenderam o valor da cultura como processo de persuasão coletiva e de consolidação do *ethos* nacional.

A repercussão social e política do pensamento de Celso Cunha e Mário de Andrade, no campo das questões lingüísticas atuais, talvez ainda não tenha demonstrado a contundência esperada; entretanto, é de boa herança o fato de um Projeto de Lei como o referido na introdução deste estudo assinalar, no seu artº 2º, ao lado da intransigência com os estrangeirismos, a incumbência do poder público e da sociedade de “( I ) Melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da

---

<sup>12</sup> A propósito, merecem registro as ações “panfletárias” de Mário de Andrade na imprensa paulista (Táxi e Crônicas, ambos publicados no Diário Nacional) e a “brigada ligeira” de Celso Cunha, sobre a qual vimos discutindo nesta exposição.

língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional.” e “( II ) Incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro.”( REBELO, 1999)

Finalizando, seria elegante deixá-los falar num fictício diálogo entre citações verdadeiras:

– Com efeito, por cima de todos os critérios de correção – aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros – paira o da aceitabilidade social, a *consuetudo* de Varrão, o único válido em qualquer circunstância. (CUNHA, 1970: 14).

– Porém eu me expresso pros outros e não pra mim mesmo. E tem por isso pra mim a obrigação moral de me sujeitar aos caminhos que minha gente segue. (PINTO, 1990: 376)

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. *Obra Imatura*. São Paulo: Martins, 1960.

———. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d.]

———. *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo: Martins Editora, 1962.

CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

———. *Uma Política do Idioma*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

———. *A Questão da Norma Culta Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

———. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.

PINTO, E. Pimentel. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e Contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

REBELO, Aldo. *Projeto de Lei nº 1676/99*.

## ESTRUTURAS BÁSICAS DA LÍNGUA BASCA

Alfredo Maceira Rodríguez (UCB)

### INTRODUÇÃO

#### *A língua basca*

O basco, também chamado eusquera, euskero, euskara ou euscaro é uma língua ao que parece única, pois, a pesar de muitas tentativas e de hipóteses diversas não se pôde relacionar com qualquer outra língua viva ou extinta ou filia-la a alguma família lingüística conhecida. Sabe-se que é muito antiga e que seu território parece ter-se estendido por regiões vizinhas, mas seu território tem diminuído nos últimos séculos. Atualmente há um forte movimento de valorização dessa língua por servir de suporte a uma antiga aspiração separatista.

#### *O domínio*

Calcula-se que o basco seja falado por uma comunidade lingüística que oscila entre 600.000 a 700.000 indivíduos, que se denominam *euskaldun* (falante de basco). A maior parte desta comunidade lingüística reside no País Basco (Euskal Herria). Esta comunidade autônoma do Estado Espanhol é composta de três províncias: Álava, Guipúscoa e Biscaia, no entanto o domínio da língua basca, por um lado não cobre totalmente o País Basco e por outro estende se por parte da vizinha comunidade autônoma de Navarra, também no Estado Espanhol e pelo departamento dos Pirineus Ocidentais, na França, conhecido também como País Basco francês. A área da língua basca cobre total ou parcialmente sete territórios. De oeste para leste, esta área inclui no Estado Espanhol: a província de Biscaia (exceto o canto ao ocidente de Bilbao e a própria cidade); a parte norte da província de Álava; a província de Guipúscoa, e a área noroeste da comunidade autônoma de Navarra. Na França: o território de Lebourd (exceto as áreas urbanas de Baiona, Anglet e Biarritz); a Baixa Navarra e o território de Soule.

#### *História*

Parece que o basco sempre foi falado por uma pequena comunidade que nunca iria além de 700.000 pessoas. Na Idade Média, a área cobria todo o País Basco, menos a ponta ocidental de Biscaia e

a ponta mais ao sul de Navarra e Álava. Durante séculos, esta área se expandiu além do País Basco para o sul, partes da região da Rioja, e para o norte de Burgos. Possivelmente tenha havido variedades dialetais.

A partir da Idade Média, a área em que o euscaro era a língua de comunicação dominante tem encolhido continuamente. No século XVIII perdeu grande parte da província de Álava e, no século XIX, grandes partes de Navarra. Por outro lado, as fronteiras do norte permaneceram estáveis porque a língua em contato não era o francês e sim o gascão, uma variedade remota do ocitânico. Hoje, o território do euscaro está reduzido a Biscaia (menos a ponta ocidental e a cidade de Bilbao), Guipúscoa, a área noroeste de Navarra e o País Basco do Norte (na França), exceto as áreas urbanas. Hoje, na área do basco, só um quarto dos habitantes do País Basco e pouco mais da metade de todo o território do domínio conhecem a língua basca. Atualmente, o número está aumentando devido às novas gerações que têm o basco na escola, assim como a muitos adultos que o estudaram ou estão estudando. (Fonte: Intxausti, 1990.)

### *Traços antigos da língua*

Aparecem nomes próprios em inscrições romanas na Aquitânia (antropônimos e nomes de divindades). Há também alguns adjetivos e sufixos. Os primeiros traços escritos pertencem aos primeiros séculos da nossa era.

### *O basco não é língua indo-européia*

Como vimos, o basco não pertence a qualquer família lingüística conhecida. Constitui uma ilha lingüística, pois todas as línguas de seu entorno têm origem indo-européia, contudo, historicamente vem recebendo empréstimos do latim e de outras línguas.

O basco está dividido em vários dialetos, mas a língua que se estuda atualmente é uma espécie de coiné chamada **Euskara Batua**.

**Presente do indicativo do verbo IZAN (ser, estar),  
comparado com outras línguas**

Português	Basco	Sânscrito	Grego clássico	Latim
OU	NAIZ	ASMI	EIMI	SUM
ÉS	HAIZ (ZARA)	ASI	EI	ES
É	DA	ASTI	ESTI	EST
SOMOS	GARA	SMAH	ESMEN	SUMUS
SOIS	ZARETE	STHA	ESTE	ESTIS
SÃO	DIRA	SAUTI	EISI(N)	SUNT

**Comparação de algum vocabulário do basco  
com o de outras línguas:**

Português	Basco	Sânscrito	Latim	Russo
EU	NI	AHAM	EGO	JA
TU	HI	TVAM	TU	TY
NÓS	GU	VAYAM	NOS	MY
VOCÊS	ZUEK	YU: YAM	VOS	VY
QUEM?	NOR	KA-	QUIS	KTO
OUVIDO	BELARRI	KARUA	AURIS	UXO
LÍNGUA	MIHI	JHVVA	LINGUA	JAZYK
CORAÇÃO	BIHOTZ	HRD-	COR, CORD-	SERDCE
PÉ	OIN	PA: DA	PES, PED-	NOGA
UM	BAT	EKA	UNUS	ODIN
DOIS	BI	DVA	DUO	DVA
TRÊS	HIRU	TRI	TRES	TRI
QUATRO	LAU	CATVA:R	QUATTUOR	CHETYRE
ÁGUA	UR	UDAKA	AQUA	VODA
FOGO	SU	AGNI-	IGNIS	AGON

***Formação do vocabulário***

O vocabulário basco é formado de palavras bascas antigas e de empréstimos indo-europeus, porém os elementos gramaticais não têm qualquer relação com o indo-europeu. A flexão nominal e verbal do basco é completamente diferente. Uma de suas características mais importantes é o caso **ergativo**. Neste caso encontram-se os sujeitos dos verbos transitivos, marcados com o morfema sufixal **k**.

O basco teria tido relações históricas com o caucásico do norte, do sul ou com ambos. Nunca foi uma língua homogênea. Nele parecem encontrar-se traços que remontariam ao paleolítico.



## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

As inscrições pré-romanas da Aquitânia são o mais antigo testemunho do basco.

O ibero era uma língua não-indo-européia com a qual o basco deve ter estado em contato, mas os textos iberos encontrados não puderam ser decifrados com o auxílio do basco.

### *Empréstimos*

Através da história, o basco tomou empréstimos não só do latim, castelhano e francês, mas também do céltico: *zilar* (prata); do árabe; *azoka* (mercado), *gutuna* (letra). Por outro lado, palavras como o espanhol **izquierdo**, o português **esquerdo**, o catalão e o gascão **esquerre** têm origem no basco **esquerra**, **ezker**, assim como as palavras espanholas **chatarra** (sucata, ferro-velho) e **chapparro** (mata rasteira), se originam respectivamente nas palavras bascas **txatarra** e **txapparro**.

A língua basca não foi escrita até o século XVI, o que não foi obstáculo para o desenvolvimento de uma rica literatura oral, que se mantém viva até hoje. Curiosamente, os primeiros textos em língua basca aparecem nas *Glosas Emilianenses* do século X. O *Codex Calixtinus* do século XII contém algum vocabulário basco dos peregrinos que faziam sua peregrinação a Santiago de Compostela, mas o primeiro livro escrito em basco por Bernard Dechepare, *Linguae Vasconum Primitiae*, não foi publicado até 1545.

Um movimento importante para o basco foi a recente abertura de escolas chamadas *ikastolas*. Uma rede paralela de escolas foi organizada para satisfazer o ensino do basco. Hoje estas escolas estão fazendo parte da rede escolar da Comunidade Autônoma, mas no País Basco Francês e em algumas partes de Navarra, as *ikastolas* são as únicas que oferecem ensino da língua.

O Príncipe Luis Luciano Bonaparte publicou em 1883 sua *Carta Lingüística*. Nesta obra considera o basco dividido em sete dialetos principais (o roncalês, o 8º, já estava morto), e vários subdialetos. O motivo de tanta diversificação é a situação geográfica e o fato de que até recentemente o basco era falado principalmente em áreas

rurais. Com a finalidade de modernizar a língua, a partir de 1964, passou a pensar-se em uma língua unificada. A *Euskaltzaindia* (Academia da Língua Basca), fundada em 1918, encarregou-se dessa tarefa a partir de 1968. A língua unificada basca recebeu o nome de *Euskara Batua* e está baseada principalmente na variedade de dialetos desde Leburde (com maior tradição literária) até Guipúscoa. Apesar de controvérsias, o *Euskara Batua* é atualmente a variedade de basco usado na mídia, na literatura e no ensino.

### ***Pronúncia do basco***

A pronúncia do basco não oferece grandes dificuldades:

Existem apenas cinco fonemas vocálicos, como no castelhano, embora a sílaba tônica seja flutuante. A palavra isolada é pronunciada como oxítone.

### ***Alguns fonemas consonantais:***

**g:** *ge* e *gi* como em castelhano e português *gue* e *gui*, respectivamente;

**tx:** como *ch* em castelhano em *coche*;

**ts:** semelhante a *tx*, porém mais suave;

**tz:** semelhante ao italiano *zz* em *pizza*.

**x:** semelhante ao *sh* em inglês em *show*;

**z:** *s* sibilante.

## PRIMEIRA LIÇÃO = LEHENENGO IKASGAIA

**Saudações = Agurrak**

**Kaixo!** (Oi, alô). **Arratsaldeon!** (Boa tarde!)

**Ni Mikel naiz.** (Eu sou Mikel) **Nor zara zu?** (Quem é você?) **Ni Nerea naiz.** (Eu sou Nerea.)

**Eta zu? Zu Txomin zara?** (E você? Você é Txomin?) **Ez, ni ez naiz Txomin.** (Não, eu não sou Txomin.) **Ni Gorka naiz.** (Eu sou

Gorka.)

**Bera Txomin da.** (Ele é Txomin.)

**Eskerrik asko!** (Muito obrigado!) **Ez horregatik.** (De nada!)

**Frases = Esaldiak**

**Zer da hau?** – O que é isto? **Zer da hori?** – O que é isso? **Zer da hura?** – O que é aquilo?

**Hau emakumea da.** –Esta é uma mulher. **Hori gizona da.** – Esse é um homem. **Hura etxea da.** – Aquela é uma casa.

**Ni Bilbokoa naiz.** (Eu sou de Bilbao.) **Nongoa zara zu?** (De onde são vocês?)

**Gu Texasekoak gara.** (Nós somos de Texas.) **Zuek Europakoak zarete?** (São vocês da Europa?)

**Bera Errusiakoa da.** (Ele / ela é da Rússia.) **Haiek Txinakoak dira.** (Eles são da China.)

**O Verbo = Aditza**

**Ser, estar = Izan**

Eu sou, estou ----- <b>ni naiz</b>	Tu es, estás, você é ----- <b>hi haiz</b>
Ele é, ela é ----- <b>hura da; bera da</b>	Nós somos, estamos----- <b>gu gara</b>
Vós sois, estais----- <b>zu zara</b>	Vocês são, estão----- <b>zuek zarete</b>
Eles são, estão ----- <b>haiek dira</b>	

**Números = Zenbakiak**

O sistema numeral do basco é vigesimal. Aqui apresentamos os números mais baixos e uma amostra representativa dos demais.

1 bat	2 bi, biga	3 hiru, hirur
4 lau, laur	5 bost, bortz	6 sei
7 zazpi	8 zortzi	9 bederatzi
10 hamar	11 hamaika, hameka	12 hamabi
13 hamahiru, hamahirur	14 hamalau, hamalaur	15 hamabost, hamabortz
16 hamasei	17 hamazazpi	18 hemezortzi
19 hemeretzi	20 hogeí, hogoi	21 hogeitabat
22 hogeitabi	23 hogeitahiru	24 hogeitalau
25 hogeitabost	26 hogeitasei	27 hogeitazazpi
28 hogeitazortzi	29 hogeitabederatzi	30 hogeitahamar

31 hogeitahamaika	32 hogeitahamabi	33 hogeitahamahiru
40 berrogei	41 berrogeitabat	50 berrogeitahamar
51 berrogeitahamaika	60 hirurogei	70 hirurogeitahamar
80 laurogei	90 laurogeitahamar	100 ehun
1000 mila		

Assim, por exemplo, 637 é escrito seirehun (ta) hogeitahamazpi, enquanto 2429 é escrito bi mila laurehun (ta) hogeitabederatzi.

1 casa-- etxe bat; 2 casas-- bi etxe (observe a mudança na ordem vocabular); 3 casas -- hiru etxe; 4 casas -- lau etxe

### *Nomes dos dias da semana*

Segunda-feira: <b>astelehen</b>	Terça-feira: <b>astearte</b>
Quarta-feira: <b>asteazken</b>	Quinta-feira: <b>ortzegun, ostegun</b>
Sexta-feira: <b>ortzirale, ortzilare, ostiral (a)</b>	Sábado: <b>larunbat</b>
Domingo: <b>igande</b>	

Os três primeiros são compostos de **aste** (semana) com **lehen** (primeiro), **arte** (intervalo, entre) e **azken** (último). Estas formações transparentes não encontram paralelo em qualquer outro lugar.

## MORFOLOGIA NOMINAL

A morfologia nominal é predominantemente aglutinante, assim como a verbal, mas esta, ao mesmo tempo, exibe um alto grau analítico. A língua é exclusivamente sufixal, com exceção de alguns prefixos na morfologia verbal. A derivação prefixal só se encontra em neologismos. O processo de composição é produtivo para substantivos, verbos e para alguns adjetivos.

### *Gênero*

O basco não marca o gênero gramatical. Só há gênero no tratamento familiar na morfologia verbal. Nos substantivos e adjetivos só pode aparecer como empréstimo do espanhol, fenômeno moderno. O sexo só se marca quando se relaciona com o pronome da segunda pessoa do singular. Às vezes é marcado no verbo.

Os substantivos não são flexionados diretamente: somente os sintagmas nominais são flexionados no final. Com raras exceções, o

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

sintagma nominal contém um determinante. Os determinantes são de dois tipos: definidos e indefinidos.

### *Pronomes e Demonstrativos*

Os pronomes pessoais são:

**ni** (eu), **hi** (tu, você), **gu** (nós), **zu** (vós), **zuek** (vocês).

**Hi** é de uso muito restrito, somente se usa entre familiares ou pessoas íntimas. Geralmente se usa **zu** (vós), mesmo para uma pessoa só.

Em geral, não há pronomes de terceira pessoa. Em seu lugar usam-se os demonstrativos **hau** (este); **hori** (aí), e **hura** (lá). Estes três demonstrativos suprem a falta dos pronomes de terceira pessoa. Algumas variedades ocidentais criaram recentemente os pronomes de terceira pessoa **bera** (ele / ela) e **berak** ou **eurak** (eles / elas). Estas formas eram usadas historicamente como pronomes enfáticos (ele mesmo, etc.)

### *Número*

O singular é indicado pelo determinante **-a** (o, a) e o plural é formado com a adição do morfema **-k** a este determinante. Às vezes ocorre mudança **a > e** por motivos fonéticos. Quando há numeral, demonstrativo ou quantificador na sentença não se usa morfema de plural.

Há quatro determinantes definidos: os três demonstrativos: **hau** (este); **hori** (aí); **hura** (lá), e o artigo definido: o sufixo **a** (o, a). Estes quatro determinantes diferenciam o número (singular e plural). Todos os outros determinantes são indefinidos e não podem fazer distinção de número.

Vejamos alguns exemplos com o uso de **etxe** (casa):

**etxea** (a casa); **etxeak** (as casas); **etxe zuria** (a casa branca); **etxe zuriak** (as casas brancas); **etxe bat** (uma casa ou uma certa casa, dependendo da acentuação prosódica); **etxe zuri bat** (uma casa branca); **bi etxe** (duas casas); **bi etxe zuri** (duas casas brancas); **etxe asko**

(muitas casas); etxe **hau** (esta casa); etxe **hauek** (estas casas); etxe zuri **hau** (esta casa branca)

### *Casos*

Existe mais de uma dúzia de casos marcados com sufixos. Com somente algumas complicações fonológicas triviais, todos os sintagmas nominais da língua flexionam de maneira idêntica, exceto os animados, que formam seus casos de maneira algo diferente dos inanimados.

A morfologia nominal é **ergativa**. O sujeito de verbo intransitivo e o objeto direto de verbo transitivo pertencem ao caso **absolutivo** (sufixo zero). O sujeito de um verbo transitivo pertence ao caso **ergativo** (sufixo **k**). A marcação do caso **ergativo** aplica-se a todos os tipos de combinações de sintagmas nominais, em todos os tempos, aspectos e modos e em todo tipo de orações.

- **Absolutivo: zero** (sujeitos intransitivos, objetos diretos)
- **Ergativo: -k** (sujeitos transitivos)
- **Dativo: -i** (objetos indiretos, dativos éticos)
- **Genitivo: -ren,-ko** (possuidores), (**-ko** funciona como genitivo quando se refere a local)
- **Instrumental: -z** (instrumentos; usos diversos)
- **Comitativo: -ekin** (acompanhamento, companhia - com)
- **Locativo: -n** (lugar de permanência – em, a; movimento - para)
- **Ablativo: -tik** (origem do movimento – de)
- **Alativo: -ra** (objetivo do movimento – para, a)
- **Terminativo: -raino** (terminação – até)
- **Direcional: -rantz** (direção do movimento - para)
- **Benefactivo: -entzat** (beneficiário – para uma pessoa)

- **Destinativo: -rako** (destinação inanimada – para uma coisa)

Há outros dois sufixos que às vezes são tratados como casos, mas eles não podem ser adicionados a sintagmas nominais que contenham um determinante.

- **Partitivo: -ik** (objeto direto de verbos de negação; sujeito de negativo existencial; indefinido de cujo todo é expressa uma parte)
- **Essivo /Translativo: -tzat** (capacidade na qual alguém funciona ou para a qual alguém é transferido – como, para, zero)

O **absolutivo** caracteriza-se pela ausência de morfema marcador. Sua marca é zero.

O **ergativo** é marcado com **k** no final do morfema nominal. O ergativo marca o sujeito dos verbos transitivos.

O **dativo** corresponde aproximadamente ao dativo do latim, representado no português pelo objeto indireto. O basco marca o dativo no final do sintagma nominal com **i**.

---

**Abreviaturas:** absolutivo –**A**; dativo –**D**; determinante –**det**; ergativo –**E**; genitivo –**gen**; locativo –**loc**; partitivo –**part**

---

Alguns exemplos de casos:

### **Absolutivo**

*otsoa etorri da.*

*otso* (lobo)-det *etorri* (chegado) *da* (forma do auxiliar **izan** = ser, estar)

O lobo é chegado (chegou). O sintagma nominal **otso** está no absolutivo.

### *Ergativo*

*ehistariak otsoa harrapatu du.*

*ehistariak*-det-E (caçador) *otsoa*-det (lobo) *harrapatu* (pegado) *du*

(forma do aux. **ukan** = ter)

O caçador tem pegado (pegou) o lobo.

*Dativo*

*zazpi gizoni eman diet lana*

sete homem-D dar eles eu trabalho (**diet** aux 3ª pl + 1ª sing).

Eu tenho dado trabalho a sete homens.

*Partitivo*

O partitivo pode ser marcado no absolutivo. Discute-se se o partitivo é um caso ou um determinante. Poderia ser considerado um pronome indefinido, com o significado aproximado de **qualquer**. Exemplo:

*zazpi gizoni ez diet lanik eman.*

sete homem-D não têm eles-eu trabalho-part dar (**ik** é o morfema partitivo)

Eu não tenho dado qualquer trabalho aos sete homens.

### **Morfema *ga* e morfema *ta***

Quando uma posposição locacional tem um sintagma nominal animado, coloca-se **ga** entre o animado e seu complemento, mas, quando é inanimado, o morfema é **ta**. Exemplos:

a) *gure amaren gan*

nossa mãe-gen *ga* loc *n* (gen. -ren + *ga* + -en, locativa com perda do **e**)

em de nossa mãe

b) *adidiske leialaren gan*

amigo leal-det-gen *ga-n*-loc

em o do amigo leal (no do amigo leal)

Nos inanimados distingue-se entre os que têm determinantes singulares e os que não têm:

a) *adiskedearen argazkian*

amigo-gen foto-det-loc



na foto do amigo

b) *Pirinioko mendio tan*

Pirineus-gen *mendi-pl ta-loc n*

nas montanhas dos Pirineus

**Quantificadores ordinais.** São formados com o sufixo **-garren** acrescentado ao cardinal, menos *bat* (um), cujo ordinal é **lehen** (primeiro):

a) *zapigarren etxea* (a sétima casa)

b) *hirugarren leihoa* (a terceira janela)

### MORFOLOGIA VERBAL

A morfologia verbal é quase toda perifrástica. A grande maioria dos verbos só possui formas perifrásticas, que consistem numa forma não finita, marcada quando muito no aspecto, e um auxiliar finito. O auxiliar está marcado para tempo e modo e contém a concordância completa. A concordância é extensa: um verbo finito geralmente concorda em pessoa e número com seu sujeito e com seu objeto direto (se houver). A concordância com a 3ª pessoa é zero, exceto para objetos indiretos e para o plural, que normalmente se marcam. A concordância é normalmente ergativa: prefixos para os absolutivos e sufixos para os ergativos. Algumas formas do passado são excepcionais por terem ergativos marcados por prefixos. Os objetos indiretos são marcados por sufixos precedidos por morfemas abertos, assinalando-os como dativos.

Os verbos intransitivos são conjugados com o auxiliar **izan** (ser, estar), que também funciona como verbo independente. Os verbos transitivos são conjugados com o auxiliar **ukan** (ter).

As variedades de basco espanhol têm dois verbos de ligação: **izan** (ser) e **egon** (estar). O verbo **izan** é um verbo muito irregular.

#### Verbo IZAN (ser, estar)

Presente		Passado	
ni naiz	eu sou	ni nintzen	eu fui
hi haiz	tu és, você é	hi hintzen	tu foste

hura da	ele / ela é	hura zen	ele / ela foi
gu gara	nós somos	gu ginen	nós fomos
zu zara	vós sois	zu zinen	vós fostes (para uma pessoa só)
zuek zarete	vocês são	zuek zineten	vocês foram
haiek dira	eles / elas são	haiek ziren	eles /elas foram

### Verbo UKAN (ter)

Presente		Passado	
nik dut	eu tenho isso	nik nuen	eu tinha isso
hik duk	tu (M) tens isso	hik huen	tu tinhas isso
hik dun	tu (F) tens isso		
hark du	ele/ela tem isso	hark zuen	ele / ela tinha isso
guk dugu	nós temos isso	guk genuen	nós tínhamos isso
zuk duzu	vós tendes isso	zuk zenuen	vós tínheis isso
zuek duzue	vocês têm isso	zuek zenuten	vocês tinham isso
haiek dute	eles têm isso	haiek zuten	eles tinham isso
nik ditut	eu tenho eles	nik nituen	eu tinha eles /elas/as coisas
hik dituk	tu (M) tens eles	hik hituen	tu tinhas eles
hik ditun	tu (F) tens eles		
hark ditu	ele / ela tem eles	hark zituen	ele / ela tinha eles
guk ditugu	nós temos eles	guk genituen	nós tínhamos eles
zuk dituzu	vós tendes eles	zuk zenituen	vós tínheis eles
zuek dituzue	vocês tendes eles	zuek zenituzten	vocês tinham eles
haiek dituzte	eles têm eles	haiek zituzten	eles tinham eles

## 4. SINTAXE

O basco é basicamente uma língua SOV (sujeito – objeto – verbo), mas esta ordem não é rígida.

Vejamos alguns exemplos:

*umea kalean erori da*

criança-det rua-loc caída é

A criança é caída na rua

*emakumeak gizona ikuri du*

mulher-det-E homem-det visto tem

A mulher tem visto o homem.

*gizonak umeari liburua eman do*

homem-det-E criança-det-D livro-det dado tem

O homem tem dado o livro à criança.

Os principais sintagmas de uma oração, incluindo o verbo, podem se permitir alguma liberdade, porém a ordem vocabular dentro dos principais sintagmas é rígida.

O basco é uma língua que se inicia pelo final: todos os modificadores (exceto adjetivos lexicais) precedem seu elemento principal; isto inclui os modificadores complexos como as orações de relativo. A língua é exclusivamente posposicional.

O artigo indefinido é um sufixo, **-a**, no singular e **-ak**, no plural. O artigo indefinido **bat** e de uso restrito. Geralmente equivale a **um certo**. Exemplos:

**etxe** (casa), **etxea** (a casa), **etxeak** (as casas); **etxe bat** (uma certa casa); **etxe zuria** (a casa branca); **etxe zuriak** (as casas brancas); **etxe zuri bat** (uma casa branca).

De **etxean** (na casa), temos **etxeko** (quem / o que está na casa); isto é usado para formar sintagmas como **etxeko atea** (a porta da casa), **etxeko andrea** (a senhora da casa), **etxeko giltza** (a chave da casa), e **etxeokak** (as pessoas da casa).

Comparemos com o caso genitivo comum **etxearen** (da casa), como em **etxearen izena** (o nome da casa) e **etxearen historia** (a história da casa).

## LÉXICO

O basco esteve em contato intenso com o latim e com o romance durante 2.000 anos, por isso recebeu milhares de empréstimos das línguas vizinhas.

Aqui estão alguns dos empréstimos mais antigos do latim:

**liburu** (livro); **harea** (areia); **diru** (dinheiro); **katea** (cadeia, corrente); **ahate** (pato); **errege** (rei); **lege** (lei); **gerezi** (cereja); **ziape**

(mostarda); **mila** (mil) **porru** (alho-porro); **eztainu** (estanho, zinco); **bago**, **pago** (praia); **aditu** (ouvir, entender); **bedeinkatu** (benção); **laket** (agradar).

Entre os empréstimos posteriores do romance se encontram **zeru** (céu); **putzu** (poço); **leku** (lugar); **berde** (verde); **motz** (curto); **oilo** (galinha); **horma** (muro); **kantu**, **kanta** (canção); **gustatu** (agradar, gostar); **pintza** (membrana); **mulo** (meda, monte de feno); **kobratu** (coletar, cobrar); **kotxe** ou **boitura** (carro). Algumas palavras podem ser empréstimos muito antigos de línguas célticas, entre elas **mando** (mulo); **maite** (amado, a), e **adar** (chifre). Há um ou dois empréstimos do árabe, incluindo **gutun** (letra) e **atorra** (camisa).

Apesar dos empréstimos, o núcleo do vocabulário consiste de palavras indígenas.

Exemplos:

**gizon** (homem); **emakume** (mulher); **alaba** (filha); **seme** (filho); **neska** (moça); **mutil** (garoto); **gazte** (jovem); **haur** (criança); **ama** (mãe); **taita** (pai); **osaba** (tio); **iseka** (tia); **amama** (avó); **aitite** (avô); **adiskide** (amigo); **ehistari** (caçador); **buru** (cabeça); **mihi** (língua); **esku** (mão); **oin** (pé); **belarri** (ouvido); **bihotz** (coração); **zaldi** (cavalo); **urde**, **zerri** (porco); **otso** (lobo); **gure** (nosso); **bada** (sim); **ez** (não); **on** (bom); **eta** (e); **ongi** (bem); **txar** (mau, ruim); **handi** (grande); **zuri** (branco); **beltz** (preto); **mendi** (montanha); **ibai** (rio); **argi** (luz, brilho); **hotz** (frio); **ur** (água); **su** (fogo); **burdina** (ferro); **lur** (terra); **lana** (trabalho); **iturri** (primavera); **aste** (semana); **zembaki** (número); **izan** (ser, estar); **ukan** (ter); **etorri** (vir, chegar); **joan** (ir); **hartu** (tomar, pegar); **jaio** (nascer); **egin** (fazer); **eman** (dar); **harrapati** (pegar, agarrar, caçar).

No século XIX, o nacionalista Sabino de Arana cunhou muitas centenas de neologismos, a maioria deles muito mal formados. Somente alguns encontraram lugar na língua: **Euskadi** (País Basco); **idatzi** (escrever); **eratorri** (derivar); **ikurrin** (bandeira basca); **gudari** (soldado basco); **aberri** (terra natal); **abertzale** (patriota). A maior parte de suas outras excêntricas criações são hoje peças de museu.

Nos últimos anos, o uso do basco para fins políticos, culturais

e técnicos exigiu a cunhagem de milhares de neologismos como os seguintes: **hozkaile** (geladeira); **hauteskunde** (eleição); **lagunkide** (simpatizante); **sudurkari** (nasal); **harremanak** (relações); **biderkatu** (multiplicar); **ikerketa** (pesquisa); **ortzune** (cosmos); **izenlagun** (modificador adjetival complexo). Além destes, muitas palavras arcaicas e regionais foram postas em circulação, tais como **be-rezkuntza** (distinção) e **etorki** (origem, fonte). É de se notar o uso de palavras independentes como prefixos na criação de neologismos. O uso de prefixos é completamente novo no basco. Exemplos: **gain-jarri** (sobrepôr) de **gain** (topo) + **jarri** (pôr); **aurrehistoria** (pré-história) de **aurre** (frente); **kontrajardun** (opor) de **kontra** (contra) + **jardun** (atarefado). A palavra indígena **irauli** (virar, capotar) oferece bons exemplos de formação vocabular moderna. Seu significado foi ampliado para *revolta, rebelde*. A partir daí, formou-se **iraultza** (revolução), com o sufixo nativo **-tza**, que forma substantivos abstratos de ação e **iraultzaile** (revolucionário), com o sufixo nativo **-tzaile** (alguém que age). Este último produziu **kontrairaultzaile** (contra-revolucionário), com o novo prefixo **kontra** (contra), que é um empréstimo da proposição românica **contra**.

Amostra de um texto tirado de um artigo sobre educação da revista **Argia**. (A Luz)

Eusko Jaurlaritzako Hezkuntza Sailak aste honetan aurkeztuko duen eskola mapari buruz hainbat kezka zabaldu da. Sare publiko ordezkarietara ez zaiela inolako informazioerik eman haizatu du EILAS sindikatuak. ARGIAK jakin duenez, sare pribatuan geratu diren ikas-tolek osatu duten partaide kooperatibak eta Eneko Oregik berriki izandako bilera modu txarrean amaitu zen.

Analisemos a primeira sentença:

*Eusko Jaurlaritza* (o Governo Basco). O sufixo **-ko** marca o sintagma como possessivo, modificando *Hezkuntza Saila* (o Departamento de Educação). Este, por sua vez, recebe o sufixo ergativo **-k**, marcando-o como sujeito de verbo transitivo. A seguir, *aste* (semana) e *hon-*, radical de *hau* (este); com a terminação locativa **-n**, (nesta semana). O morfema **-ta-** é uma anomalia encontrada em certas formas locais de caso; *aurkeztu* (apresentar), com o sufixo **-ko**, e **du**, forma do auxiliar transitivo; a terminação **-en** indica que é oração de relativo; *eskola mapa* (mapa escolar). A terminação de dativo é mar-

cada com **-i** porque *buruz* (a respeito) rege o caso dativo; *hainbat* (muitos) e *kezka* (problema) não levam artigo nem plural porque o quantificador *hainbat* não os aceita; *zabaldu* é o particípio perfectivo do verbo espalhar e **da** é o auxiliar intransitivo porque o verbo está sendo usado passivamente.

Tradução: Surgiram muitas dificuldades com o mapa escolar que será apresentado esta semana pelo Departamento de Educação do Governo Basco.

Segunda sentença:

*Sare* (rede), *publiko* (público); *ordezkari* (representante), com a terminação de dativo plural **-ei**; *ez* (não). A forma auxiliar *zaielan* é intransitiva marcada como dativo na 3ª. pessoa do plural; este auxiliar também leva o sufixo **-la** (aquele), que indica que a oração é subordinada. *Inolako* (de qualquer maneira) é um sintagma **-ko** do advérbio *inola* (de qualquer maneira). *Informazio* (informação) leva o afixo partitivo **-(r) ik** porque é o objeto lógico do verbo de negação que segue, que está na passiva, assim *informaziorik* é tecnicamente seu sujeito. Esse verbo é *eman* (dar); a forma perifrástica *eman zaie* significa que tem sido dado a eles, mas a forma completa aqui é *ez zaiela ... eman*, significando que alguma coisa não tem sido dada a eles. *Haizatu* (soprar) está sendo usado metaforicamente para significar protesto, reclamação e **du** é a forma auxiliar transitiva. Finalmente, EILAS *sindikatu* (o sindicato EILAS) o **-k** marca-o como sujeito do verbo transitivo *haizatu du*.

Tradução: O sindicato EILAS lamenta que não tenha sido dado qualquer tipo de informação aos representantes do sistema escolar público.

A terceira sentença é um pouco mais complexa:

*Argia* (nome de uma revista) aparece com o sufixo ergativo **-k**. *Jakin* (conhecer) quando é imperfectivo, mas (descobrir) quando está em forma perfectiva, como aqui. O auxiliar **du** leva dois sufixos: **-en**, para indicar oração subordinada, e o instrumental **-z** para indicar como, de que modo. *Sare pribatu* (rede privada), com o determinante **-a** e o sufixo do caso locativo **-n**, (em). *Geratu* (permanecer, estar) e o auxiliar **dira**, intransitivo é marcado como sujeito na 3ª. pessoa do plural; e **-en**, indicando que é uma oração de relativo. *Ikastola* (esco-

la de língua basca), aqui recebe a marca do ergativo plural **-ek**. *Osatu* (completar), aqui deve ser lido como juntar, formar; o auxiliar transitivo é **dute**, marcado como sujeito de 3ª pessoa do plural, e este auxiliar também leva o sufixo **-en** de relativo. O sintagma *partaide kooperatiba* (cooperativa de sócios), também com sufixo de ergativo. *Eta* (e), *Eneko Oregi* (nome de um homem), marcado como ergativo. Advérbio *berriki* (recentemente). O verbo *izan* (ser, estar), usa-se supletivamente como particípio perfectivo com o significado de *ter*. O sufixo **-ta**, aqui **-da** que por motivos fonológicos muda o particípio em advérbio e assim pode receber o sufixo **-ko** para produzir um sintagma **-ko**. Este sintagma **-ko** é a seqüência completa que começa com *sare pribatuan*, uma seqüência completa começando com um verbo não finito que se tornou advérbio participial. O que tudo isto modifica é simplesmente *bilera* (encontro). *Modu* (maneira) e *txar* (ruim); novamente o artigo **-a** e a terminação locativa **-n**, com pequena complicação fonológica. *Amaitu* é o particípio perfectivo de terminar, e *zené* a forma auxiliar intransitiva do passado, levando a forma verbal completa para o passado.

Tradução: Como **Argia** tinha descoberto, o encontro mantido recentemente entre a cooperativa de associados formada pelas escolas de língua basca que permaneceram no sistema particular e Eneko Oregi terminou mal.

#### ALGUMAS INDICAÇÕES PARA CONSULTA OU ESTUDO

Há dois bons livros de texto sobre o basco em inglês:

Estes dois livros ensinam a variedade guipuscoana de Donostia (San Sebastian); o segundo vem acompanhado de fita cassete.

Existe uma excelente gramática das variedades de Labourd e Baixa Navarra do basco francês:

INTXAUSTI, J. *Euskara, la lengua de los vascos*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco (Uma história geral da cultura e literatura basca. Sociolinguística. Em espanhol. Também em basco e francês. Disponível em CD-ROM, 1990.

KING, Alan R. and Begotxu Elordi Olaizola. *Colloquial Basque*. London: Routledge, 1996.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

KING, Alan R. *The Basque Language: A Practical Introduction*. Reno: University of Nevada Press, 1994.

LAFFITE, Pierre. *Grammaire basque (navarro-labourdin littéraire)*, Donostia: ELKAR, 1944. Reimp.em 1979

SALTARELLI, Mario. *Basque*. London: Croom Helm, 1988.

DICIONÁRIOS:

AULESTIA, Gorka.. *Basque-English Dictionary*. Reno: University of Nevada Press, 1989.

AULESTIA, Gorka and Linda White. *English-Basque Dictionary*. Reno: University of Nevada Press, 1990.

AZKUE, R. M. de. *Diccionario Vasco-Español-Francés*. 2 vols. 1905 Reimp, Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 1969

School of Cognitive and Computing Sciences University of Sussex  
Brighton BN1 9QH England – [larryt@cogs.susx.ac.uk](mailto:larryt@cogs.susx.ac.uk)

This page is part of Buber's Basque Page and is maintained by Blas Uberuaga ([buber@buber.net](mailto:buber@buber.net)). It was last modified on Sun, Jun 3, 2001. Please report any problems or suggestions to Blas.

**Eskerrik asko!** (Muito obrigado!)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E VIRTUAIS

Obs.: Grande parte de nossas fontes foram páginas da internet que se dedicam ao estudo da língua e história do basco, algumas das quais relacionamos a seguir. Podem ser facilmente consultadas. Existem páginas em basco, espanhol, francês e, em maior número, em inglês. Geralmente estão vinculadas a universidades.

ENTWISTLE, William J. *Las lenguas de España: castellano, catalán, Vasco y Gallego-Portugués*. Madrid: Istmo, 1969.

LAKA, Itziar. *A brief grammar of Euskara, the Basque Language*. Euskal Herriko Unibertsitatea / University of the Basque Country. [feplamui@lgdx04.lg.ehu.es](mailto:feplamui@lgdx04.lg.ehu.es).



*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

OWSTROWSKI, Manfred. *History of the Basque Language*. Reno: University of Nevada.

TRASH, Larry. COGS. University of Sussex. Brighton, BN1 9 QH - England [larryt@cogs.susx.ac.uk](mailto:larryt@cogs.susx.ac.uk).

TRASH, R. L. *The history of the Basque*. London: Routledge, 1996.

**FREQÜÊNCIAS LEXICAIS  
EM GREGÓRIO DE MATTOS E GUERRA**

*Ruy Magalhães de Araujo (UERJ)*

Trata o presente trabalho de apresentar um estudo filológico a respeito das freqüências lexicais ocorridas nas poesias atribuídas a Gregório de Mattos e Guerra, poesias essas denominadas maldizentes, fesceninas, encomiásticas, sacras e líricas.

As ocorrências lexicais abrangem tanto palavras quanto locuções e expressões, configurando um vocabulário atípico, eivado de latinismos, helenismos, arcaísmos, espanholismos, arabismos, africanismos, tupinismos, brasileirismos e neologismos, os quais no-lo dão a conhecer o pluriforme contingente expressional do poeta e também nos mostram facetas importantes da política, da sociedade, da estrutura jurídica, econômica e ideológica, do acendrado espírito religioso daquele Brasil seiscentista, além de aspectos peculiares ao nosso barroco literário.

Pautamos nossas pesquisas nas obras de alguns autores sobre Gregório de Mattos e Guerra, dentre os quais citamos:

James Amado: *Obras Completas de Gregório de Matos*. Crônica do Viver Baiano Seiscentista. Salvador (BA): Janaína, 1969, 7 volumes, bem como: James Amado: *Gregório de Matos*. Obra Poética. Rio de Janeiro: Record, 1990, 2 volumes.

José Miguel Wisnik: *Poemas Escolhidos de Gregório de Matos*. São Paulo: Cultrix, 1975.

Higino Barros: *Escritos de Gregório de Matos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

**OCORRÊNCIAS**

Foram verificadas as seguintes ocorrências:

**A**

**Adônis:** 5. JA: 4. JMW: 1  
**Adrede:** 5. JA: 5  
**Adredemente:** 1. JA: 1  
**Aganipe:** 2. JA: 2  
**Alarve(s):** 2. JMW: 2  
**Alcatifa:** 2. JA: 2  
**Aleivosia(s):** 3. JA: 3  
**Aleivoso(s):** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Alfenique:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Algália:** 2. HB: 2  
**Alimária:** 3. JMW: 1 JA: 2  
**Aljôfa(es):** 4. JA: 4  
**Almude(s):** 2. JA: 2  
**Alvedrio(s):** JMW: 1 JA: 4  
**Alveitar(es):** 4. HB: 1 JA: 3 JA: 3  
**Apolegada:** 1. JA: 1  
**Apolegar:** 1. JA: 1  
**Apolegava:** 1. JA: 1  
**Apolego:** 1. JA: 1  
**Apoleguei:** 1. JA: 1  
**Aretusa(s):** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Arganaz:** 2. JA: 28  
**Aricobé:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Arta(s):** 1. JA: 1  
**Arto(s):** 1. JA: 1  
**Asnaval:** 2. JA: 2  
**Asnia:** 2. JA: 2  
**Áspide:** 2. JMW: 2  
**Atroa:** 2. JA: 2  
**Atroadora:** 1. JA: 1

**B**

**Babu:** 3. JA: 2. JMW: 1  
**Baeta(s):** 5. JMW: 1 JA: 4  
**Baetinha:** 1. JA: 1  
**Baiacu(s):** 2. JA: 2  
**Bambolha:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Bandarra(s):** 3. JA: 2 HB: 1  
**Barbicacho:** 2. JA: 2  
**Basalisco:** 3. JMW: 1 JA: 2  
**Bazaruco:** 2. JA: 1 HB: 1  
**Beleta:** 4. JA: 4  
**Berbigão:** 2. JA: 2  
**Berzabu:** 5. JA: 2. HB: 1 JMW: 1  
**Bética:** 11. JA: 11  
**Bioco:** 3. JA: 2 JMW: 1  
**Brásia:** 2. JA: 2  
**Brichote(s):** 5. JA: 6 JMW: 1

**Brites:** 5. JA: 4 JMW: 1  
**Bugio(s):** 2. JA: 2  
**Burel:** 3. JA: 3b

**C**

**Caca:** 8. JA: 8  
**Caco:** 2. HB: 1 JMW: 1  
**Cajaíba(s):** 11. JA: 11  
**Calepino:** 2. JA: 2  
**Camena:** 2. JA: 2  
**Caquinha:** 1. JA: 1  
**Carimá:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Carocha:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Cascais:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Cascar:** 2. JA: 2  
**Cascara:** 1. JA: 1  
**Cascastes:** 1. JA: 1  
**Cascou:** 1. JA: 1  
**Catala:** 3. JA: 3  
**Catão:** 1. JA: 1  
**Catona:** 14. JA: 14  
**Cataprós:** 5. JMW: 2 JA: 3  
**Catuge:** 2. JA: 2  
**Cavilha:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Ceit(is):** 3. JA: 3  
**Chanca(s):** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Chasco:** 2. JA: 2  
**Chuça:** 1. JA: 1  
**Chuçada:** 1. JA: 1  
**Cipião:** 2. JA: 2  
**Có:** 3. JA: 3  
**Cobé:** 2. JMW: 1 HB: 1  
**Cobepá:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Colomim:** 2. HB: 1 JA: 1  
**Comua(s):** 2. JA: 2  
**Cona(s):** 3. JA: 3  
**Conana:** 2. JA: 2  
**Conigibundas:** 1. JMW: 1  
**Conigibus:** 1. JMW: 1  
**Cono:** 8. JA: 8  
**Cornadura:** 2. JA: 2  
**Corrença(s):** 3. JA: 2  
**Corrilho(s):** 6. JA: 3 JMW: 3  
**Cotó(s):** 2. JMW: 2  
**Crica(s):** 5. JMW: 1 JA: 4  
**Crist(éis):** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Cururupeba:** 2. JA: 2

**D**

**De contino:** 2. JA: 1 HB: 1  
**Demo:** 24. JMW: 2 JA: 22  
**Demo (do priapo):** 1. JA: 1  
**Derrenga:** 1. JA: 1  
**Derrengo:** 1. JA: 1  
**Desar(res):** 6. JA: 6  
**Donaire(s):** 4. JA: 4

**E**

**Entoje:** 8. JA: 7. JMW: 1  
**Entremez(es):** 4. JA: 3 JMW: 1  
**Enxovia:** 5. JMW: 2. HB: 1. JA: 2  
**Escarmentar:** 2. JA: 2  
**Escarmento:** 2. JA: 2  
**Escorva:** 2. JA: 2  
**Escuma:** 3. JMW: 2. JA: 1  
**Escumar o vaso:** 1. JMW: 1  
**Esopo:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Esquivança(s):** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Estoraque:** 3. JA: 2. JMW: 1

**F**

**Fanchono:** 3. JMW: 3  
**Farfante:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Fementido:** 3. HB: 1 JA: 2  
**Figadal:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Fodaz:** 1. JA: 1  
**Fodença:** 1. JA: 1  
**Fodenga:** 3. JA: 3  
**Fodengaria:** 1. JA: 1  
**Fodinchão:** 2. JA: 2  
**Fornica:** 1. JA: 1  
**Fornicação:** 2. JA: 2  
**Fornicais:** 1. JA: 1  
**Fornicando:** 2. JA: 2  
**Fornicar:** 2. JA: 2  
**Fornicário:** 1. JA: 1  
**Fornicasse:** 1. JA: 1  
**Fornicou:** 1. JA: 1  
**Fornique:** 1. JA: 1  
**Frágua:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Fr. Fodaz:** 1. JA: 1  
**Fr. Porráz:** 1. JA: 1  
**Frei Azar ou Frei Piorno:** 1. JA: 1  
**Frei Burro de Lançamento:** 1. JA: 1  
**Frei Carqueja:** 1. JA: 1  
**Frei Caziqui:** 1. JA: 1  
**Frei Foderibus:** 1. JA: 1

**Frei Garrafa:** 1 JA: 1  
**Frei Jalapa:** 1 JA: 1  
**Frei Mixo:** 1. JA: 1  
**Frei Pirtigo:** 1. JA: 1  
**Frei Sarna, ou Frei Bertoeja:** 1. JA: 1  
**Frisão:** 5. JMW: 1 JA: 4

**G**

**Gafa:** 4. JA: 4  
**Gafeira:** 1. JA: 1  
**Galeno:** 2. JA: 2  
**Galicada:** 1. HB: 1  
**Gálico:** 1. JA: 1  
**Garavato:** 1. JA: 1  
**Garavato de certo candil:** 1. JMW: 1  
**Giba:** JMW: 1 JA: 3  
**Giboso:** 1. JMW: 1  
**Gilvaz:** 1. JA: 1  
**Gilvazada:** 1. JA: 1  
**Guante(s):** 3. JMW: JA: 2

**H**

**Harpia:** JMW: 1 JA: 2

**I**

**Ícária perdição:** 1. JA: 1  
**Ícaro:** 1. JA: 1

**J**

**Jaratacaca(s)** 3. JA: 3  
**Jelu:** 2. JA: 2  
**Jeribita:** 4. JA: 4  
**Jimbo:** 5. JMW: 2 JA: 3  
**Jucundo:** 2. JA: 2

**L**

**Lazeira:** %. JA: 5  
**Lazéria:** 2. JA: 2  
**Louçã:** 2. JA: 2

**M**

**Madraço:** 3. JMW: 1 JA: 2  
**Mafona:** 3 JMW: 1 JA: 2  
**Magano:** 13. JMW: 2 HB: 1 JA: 10  
**Mal maridadas:** 2. JA: 2  
**Mandu:** 2. JA: 2  
**Mangalaça:** 2. JA: 2  
**Mangará:** 4. JA: 4  
**Mangaz:** 2. JA: 2

**Manqueira(s):** 3. JMW: 1 JA: 2  
**Maquia(s):** 3. JA: 3  
**Marapé:** 3. JA: 3  
**Marau(s):** 3. JMW: 3 JA: 1  
**Maravedi:** 3. JMW: 2 JA: 1  
**Matachim:** 2. JMW: 1 JA: 2  
**Mazombo(s):** 2. HB: 1 JA: 1  
**Mazumbaia:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Meirinho(s):** JMW: 1 JA: 1  
**Meizinha:** JA: 3  
**Menoscabo(s):** JA: 3  
**Moçorongo:** JA: 2  
**Mondongo:** JA: 2 HB: 1  
**Moteja:** JMW: 1  
**Motejam:** JMW: 1  
**Moxinga:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Muchacha:** 2. JMW: 2  
**Muchacho:** JMW: 1  
**Muchíssima(s):** JMW: 1 JA: 1

**N**

**Narciso:** 2. JA: 2  
**Néscia:** 2. JA: 2  
**Néscio(s):** 5. JMW: 2 JA: 3  
**Nise:** JMW: 1 JA: 4

**O**

**Olha(s) podrida(s):** 3. JMW: 2. JA: 1

**P**

**Paiaia:** JMW: 2 JA: 3  
**Pai carumbá:** 2. HB: 2  
**Papança:** 3. JA: 3  
**Partazana:** 1. JA: 1  
**Partezaina:** 1. JA: 1  
**Pasguate(s):** 3. JMW: 2 JA: 1  
**Passarete:** 1. JMW: 1  
**Passarinnha:** 1. JA: 1  
**Passé:** 2. JA: 1 JMW: 1  
**Patarata(s):** 5. JMW: 2 JA: 3  
**Panha(s):** 2. HB: 1 JA: 1  
**Pegaso (por Pégaso):** 4. JMW: 1 JA: 3  
**Pegureiro:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Pejado:** 1. JA: 1  
**Pejara:** 1 JA: 1  
**Pejo:** 1. JMW: 1  
**Pelica:** 2. JA: 2  
**Peralvilhar:** 1. JA: 1  
**Peralvilho(s):** 3. JA: 2 JMW: 1

**Pernamerim:** 6. JA: 6  
**Perra:** 2. JA: 2  
**Perro:** 3. JMW: 1 JA: 2  
**Pês (Pese):** 2. JA: 2  
**Pespega:** 2. JA: 2  
**Pespegar:** 1; JA: 1  
**Pespegas:** 1. JA: 1  
**Pespego:** 1. JA: 1  
**Pica:** 2. JA: 1 HB: 1  
**Piçalho:** 1. JA: 1  
**Pícaro(s):** 3. JMW: 3  
**Pismão:** 3. JA: 3  
**Podengo(s):** 3. JA: 3  
**Polifemo(s):** 3. JA: 2 HB: 1  
**Potosi(s):** 2. JMW: 1 HB: 1  
**Priapo:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Pronosticar (Prognosticar):** 1. JA: 1  
**Pronóstico (Prognóstico):** 1. JA: 1  
**Pronosticou (Prognosticou):** 1. JA: 1  
**Pronostiquei (Prognostiquei):** 1. JA: 1  
**Prosápia:** 3. JMW: 1 JA: 2  
**Pundonor:** 4 JA: 4  
**Puta Andresona:** 1. JA: 1  
**Puta cagajosa:** 1. JA: 1  
**Puta cambaia:** 1. JA: 1  
**Puta Jacutinga:** 1. JA: 1  
**Puta velhaca:** 1. JA: 1  
**Putaina:** 1. JA: 1  
**Putaria anciana:** 1. JA: 1

**Q**

**Quita:** 3. JA: 3

**R**

**Resfestela:** 3. JMW: 1 JA: 2  
**Remangue:** 2. JA: 2  
**Remoque:** 2. JA: 2  
**Rifão:** 3. JA: 3  
**Roçagante(s):** 2. JA: 2  
**Roc(íns):** 10. JMW: 2. JA: 8  
**Rocinante:** 1. JA: 1  
**Ruça:** 1. JA: 1  
**Rucina:** 1. JA: 1  
**Ruço:** 1. JA: 1

**S**

**Sandeu:** 5. JMW: 2 JA: 3  
**Sarambeque(s):** 3. JA: 3  
**Simonia(s):** 2. JA: 2

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

**Sobejar-lhe-á:** 1 JA: 1  
**Sobejo(s):** 1. JA: 1  
**Sobejou:** 1. JA: 1  
**Socrócio:** 3. JMW: 1 JA: 2  
**Sodoma:** 4. JMW: 1 JA: 3  
**Sodomia:** 3. JA: 3  
**Sodomita:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Sojorno:** 4. JA: 4  
**Sundo:** 3 JA: 3

**T**

**Tabaréu:** 1. JA: 1  
**Tabaroa:** 1. JA: 1  
**Tabor:** 2. JA: 2  
**Talia:** 4. JA: 4  
**Tapanhuno(s):** JA: 1 HB: 1  
**Tartamuda(s):** 2. JA: 2  
**Teatino(s):** 3. JA: 3  
**Tebaiba:** 2. JA: 2  
**Tinelo:** 2. JA: 2  
**Tonilho:** 2. JA: 1 HB: 1  
**Trampa:** 2. JMW: 1 JA: 1  
**Trampas e maranhas:** 1. JMW: 1  
**Tramposo:** 1  
**Tresanda:** 3. JMW: JA: 2  
**Tresandais:** 1. JA: 1  
**Tresandava:** 1. JA: 1  
**Treta(s):** 2. JMW: 2  
**Trique zapete zapete:** 1. JA: 1  
**Trique(s):** 1. JA: 1  
**Tudesco:** 6. JMW: 1 JA: 5

**V**

**Vaganau(s):** 5. JA: 4 HB: 1  
**Val:** 2. JA: 2  
**Vaso:** 7. JA: 7  
**Verbi gratia:** 2. JA: 1 JMW: 1

**X**

**Xesmeninês:** 4. JA: 4  
**Xisgaravis:** 2. JA: 2

**Z**

**Zote(s):** 3. JMW: 2 JA: 1

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

1) JA (James Amado); JMW (José Miguel Wisnik); HB (Higino Barros).

2) As ocorrências listadas encontram-se nas obras respectivas dos autores citados e a indicação dos mesmos corresponde às iniciais dos seus nomes.

Ex. **Adônis** teve 5 ocorrências, sendo 4 em JA - James Amado (Obras Completas de Gregório de Matos – Crônica do viver baiano seiscentista. Salvador (BA): Janaína, 1969) e 1 em JMW – José Miguel Wisnik (Poemas Escolhidos de Gregório de Matos. São Paulo: Cultrix, 1976). **Tapanhuno(s)** teve 2 ocorrências, sendo 1 em JA – James Amado (Obras Completas de Gregório de Matos – Crônica do viver baiano seiscentista. Salvador (BA): Janaína, 1969) e 1 em HB – Higino Barros (Escritos de Gregório de Matos). Porto Alegre, L&PM Editores, 1986.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, James. *Obras Completas de Gregório de Matos e Guerra – Crônica do viver baiano seiscentista*. Salvador (BA): Janaína, 1969, 7 volumes.

———. *Obra Poética de Gregório de Matos*. Rio de Janeiro: Record, 1990, 2 volumes.

ARAUJO, Ruy Magalhães de. *Gregório de Matos à Luz da Filologia. Glossário das poesias maldizente e fescenina*. Dissertação de Mestrado em Filologia Românica. Banco de Teses da Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFRJ, 1988.

———. *Glossário Crítico-Etimológico das poesias atribuídas a Gregório de Matos e Guerra*. Tese de Doutorado em Filologia Românica. Banco de Teses da Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFRJ, 1993.

———. *Facetas do domínio orgânico, psíquico e poético de Gregório de Matos e Guerra*. Rio de Janeiro, Cadernos do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2000.

———. Metalinguagem fescenina de Gregório de Mattos e Guerra. Revista *Philologus*, Ano 5, nº 14, maio-ago.1999. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1999.

———. *Pérolas Lexicais de Gregório de Mattos*. Rio de Janeiro, CiFeFiL, 2000.

———. *Alguns Aspectos Lexicográficos das Poesias Atribuídas a Gregório de Mattos e Guerra*. Pelotas. Publicação Eletrônica da Revista Linguagem & Ensino – TELA, Universidade Católica de Pelotas, 2.000.

———. *Heróis e Deus em Gregório de Mattos e Guerra*. Decodificação de entidades da Mitologia greco-romana das poesias atribuídas a Gregório de Mattos e Guerra. Conferência realizada por ocasião do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro, 2000.

———. *Os tupinismos como forma de sátira em Gregório de Mattos e Guerra*. Rio de Janeiro, Anais do II Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 1999.

LIMA, Luiz Soares de. Frases, expressões e palavras populares ou regionais na obra de Gregório de Matos. In: — *IDIOMA – 18*, p. 10. Rio de Janeiro, Uerj. IL, Centro Filológico Clóvis Monteiro.

PEIXOTO, Afrânio. *Gregório de Matos. Obras*. Rio de Janeiro, ABL, 1923. 6 volumes: I – Sacra, II – Lírica, III – Graciosa, IV e V – Satíricas e VI – Última.



## GRAMÁTICA: PUREZA DA LÍNGUA

*Cristina Alves de Brito (FGS)*

Primariamente entende-se por sociedade o conjunto de indivíduos que vivem num certo período de tempo e espaço, seguindo normas comuns e ligados por um sentimento de grupo. Desenvolvem uma cultura, no sentido que a este termo dão antropólogos. Pode-se admitir, sem maiores problemas, que todos os membros da sociedade nascem com a faculdade da linguagem. Já a língua é produto de uma série de convenções e de valores sociais, de regras que tornam possíveis as codificações e decodificações, ou seja, uma comunicação interpessoal e até mesmo intrapessoal só aberta aos que dominam o código, assegurando a sobrevivência e união das sociedades.

Deixo desde logo claro que não reduzo a língua a apenas instrumento para a comunicação, pois sabemos quão forte é a adesão da língua ao pensamento. Mas, neste momento o meu foco está na comunicação, finalidade última da língua.

No instante em que o falante utiliza a língua, há de planejá-la para que sua mensagem alcance os objetivos pretendidos... Daí resultando a necessidade de se valer da regra que é determinada pela razão, pelo costume, envolvendo o modo correto ora de falar, pensar, raciocinar, agir, numa situação específica.

Dessa forma, no aspecto social, as regras linguísticas referem-se ao comportamento dos indivíduos, compondo o conjunto de valores que são transmitidos de uma geração para outra.

Os procedimentos linguísticos que levam o usuário a obter um determinado resultado podem, em sentido amplo, ter paralelo com as fórmulas (modo de proceder para alcançar determinado fim) de Física, Química, Matemática que sem perceber acompanham-nos em nosso cotidiano, como, por exemplo, quando é necessário atape-tar o escritório e aplica-se a fórmula  $A = l \times l = l^2$  a fim de obter a área da sala a ser atape-tada ou, ainda, quando resolvemos prever a velocidade média a ser desenvolvida para ir do Rio de Janeiro a São Paulo com tranqüilidade e segurança:

$$V\Delta = \underline{\Delta s} \text{ (deslocamento)}$$

$$\Delta t \text{ (intervalo de tempo)}$$

Na verdade, praticamente tudo a nossa volta gira em torno de indicações a serem seguidas como *bula* do remédio que traz as informações acerca da composição e posologia; ou a *norma* que é a medida para a realização ou avaliação de alguma coisa, por exemplo, a *norma técnica* que fixa padrões reguladores visando garantir a qualidade do produto industrial, a racionalização da produção, transporte; ou o *código* que é a compilação de várias leis, regras ou preceitos sobre forma de conduta – o código de civilidade; ou a *fórmula* em uma receita médica onde são indicadas as substâncias que devem compor um determinado remédio e as quantidades de cada elemento; ou a *receita* que contém a indicação das quantidades dos ingredientes e a sua maneira de preparar aquele assado ou o doce.

Enfim, há indivíduos que querem saber ora a *fórmula* do sucesso para enriquecer rapidamente; ora conhecera *leis* para então burlá-las convenientemente; ora as *regras* do jogo “para se dar bem”; ora o *código* da “galera” para fazer parte do grupo; ora as *normas* da empresa para garantir o emprego; ora, em outros tempos, a *receita* da vovó para conquistar o amado pela boca.

Assim constatamos que o mundo hoje ou ontem sempre esteve pautado em leis, normas, regras, fórmulas, códigos, receitas, esta última muitas vezes apresentando-se de forma requintada, complicada e nem por isso se deixa de fazê-la, só pelo prazer dos elogios ao final. O mesmo se dá com a *gramática* que nada mais é do que a norma, regra, lei, fórmula, principalmente a receita do bem falar e escrever, sendo uma forma única e requintada para todos de uma sociedade.

É fundamental que se tenha claro que o falante para utilizar a linguagem precisa conhecer o assunto sobre o qual pretenda falar, a língua para que possa apresentar seu conhecimento de forma linguisticamente adequada, além de deter o conhecimento da estrutura de texto para enfim compô-lo.

É importante que o falante compreenda, conheça as formas de representar o mundo exterior, as relações entre os seres humanos, os outros povos e os outros indivíduos; da mesma forma as religiões com seus tabus também entram na cultura de um povo; além da maneira convencional como um povo julga outros e, portanto, todos os preconceitos que a ela se ligam igualmente. Tais elementos com-

põem um conjunto complexo das representações, dos juízos ideológicos e dos sentimentos que se transmitem no interior de uma sociedade. Dessa forma o estudo linguístico implica a descrição de uma cultura e a *língua* é o instrumento de comunicação, específico aos membros de uma mesma comunidade; e, por fim, no interior de uma mesma língua, distinguem-se dois meios diferentes de comunicação, cada um apresentando um sistema próprio: a língua escrita e a língua falada.

A *língua* é fruto de um contrato coletivo, ao qual todos os falantes da comunidade devem submeter-se em bloco, caso queiram se comunicar. Então, ela é resultado de um conjunto de palavras e expressões usadas por um povo, por uma nação, e o conjunto de regras forma a sua gramática.

Segundo Celso Cunha em *Uma política do idioma*:

A língua é um conjunto de sinais que exprimem idéias, sistema de ações e meio pelo qual uma dada sociedade concebe e expressa o mundo que a cerca, é a utilização social da faculdade da linguagem. (1984: 25)

Acompanhando a Celso Cunha (1981: 12), quando afirma haver duas formas como conceber a aprendizagem da língua, isto é, o esforço para apropriar-se do seu mecanismo, primeiro, a aprendizagem da língua materna, que é uma forma de linguagem transmitida, iniciando-se na infância e só terminando com a morte do indivíduo; e a segunda que se denomina adquirida, que se realiza por aprendizagem.

John Lyons (1982: 24-25) lembra-nos de que todas as grandes línguas literárias derivam da língua falada, além de em sua visão ser uma questão de acidente histórico o fato de o uso de uma região ou de uma classe social servir de base para o desenvolvimento de uma determinada língua padrão. Mas se sabe concretamente que a língua é um instrumento de comunicação interpessoal, logo sujeita a falhas e complicações, isto é, construções complexas em sua montagem – entenda-se a elaboração de texto – aí, necessitando, como qualquer outro aparelho, de um *manual* que ajude ao falante utilizá-la corretamente. E é exatamente aqui que se encontra o papel da *gramática*, que é a apresentação metódica dos fatos pertinentes à linguagem falada e escrita, como também das leis naturais que a regulam, enfim, as *regras* para o uso da linguagem.

Vendo-a de tal forma, a *gramática* é, em verdade, o livro de *receitas* que pode ir até ao terreno das boas maneiras, como se pode entender no conselho dado por Celso Cunha no capítulo *extensão de emprego dos pronomes retos*: quando no sujeito composto vier um pronome de primeira pessoa do singular “*é boa norma de civilidade colocá-lo em último lugar*” como, por exemplo, em *Paulo, Joana e eu fomos a Ouro Preto*. Porém, se o declarado contiver algo de desagradável ou importar responsabilidade, devemos iniciar a série pela primeira pessoa, como em *Eu, Paulo e Joana cometemos a fraude*. Alerta que o uso de tal pronome requer parcimônia, pois o seu emprego imoderado provoca sempre a impressão de imodéstia por parte do emissor.

Exemplifico essa maleabilidade da língua, a serviço da psicologia de seus usuários, com o caso do imperativo, que em sua forma padrão, apresenta-se excessivamente duro para a realidade de usuários brasileiros.

A língua portuguesa possui diversos mecanismos estilísticos que podem ser usados ora para reforçar, ora para atenuar a idéia expressa pelo imperativo. Além de tais mecanismos, há de considerar o tom de voz, que nas formas afetivas da linguagem é ponto fundamental.

Sendo assim os casos a seguir confirmam a idéia apresentada:

1. o emprego do verbo no presente em vez do imperativo ou futuro – denotando intimidade ou um pedido

Ex.: Você decide isto amanhã. (= Decida isto amanhã).

(Você decidirá isto amanhã.)

2. o uso do verbo querer mais infinitivo do principal

ex.: *Quer me dar* minha carteira? (C.D. A)

3. o uso do imperfeito pelo presente – caracterizado como imperfeito de cortesia

ex.:Eu queria pedir um grande favor.

4. muitas vezes por motivos social e moral, evita-se ferir a suscetibilidade do interlocutor com a aspereza de uma ordem. Assim, para atenuar a noção de comando, deve-se ressaltar o emprego de

*fórmulas* de gentileza ou de civilidade: por favor, por gentileza, tenha a bondade, etc.

ex.: Por favor, sentem e aguardem mais um instante

(= Sentem-se e aguardem...)

É claro que também aqui o tom de voz é de suma importância. Qualquer uma dessas frases pode, não obstante as *fórmulas* de cortesia empregadas, tornar-se rude e seca, ou mesmo insolente, com a simples mudança de entonação. Além de o falante brasileiro sentir ao usar o imperativo um grande desconforto, por entrar em choque com o modo de ser do povo, aquele jeito sempre cheio de camaradagem, negaceador.

Em português, como nas demais línguas românicas, há o domínio da ordem direta, isto é, os termos da oração dispõem-se preferentemente na seqüência (sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto ou sujeito + verbo + predicativo)

Porém, se se pretende destacar a forma do sujeito, a sugestão é que se posponha o sujeito ao verbo.

ex.: Não vês o que te dou eu? (V.Morais)

Deve-se agir de modo inverso, quando o objetivo for realçar o predicativo, o objeto, ou o adjunto adverbial, quer dizer, a regra aqui é a antecipação do termo ao verbo.

ex.: *Indecisa* era (estava) a platéia

A *ele* restava somente o meu carinho e constância.

*Ali, bem no meio da floresta*, nascia o grande espetáculo.

Embora na língua diária seja freqüente a construção com pronome pessoal reto, a *gramática* aconselha o emprego das formas oblíquas tônicas depois da preposição *entre*.

ex.: A briga entre mim e o magistrado foi acirrada.

Assim, a norma culta de uma língua é, do ponto de vista histórico-geográfico, apenas o falar próprio de uma região, e, do ponto de vista social, é apenas o falar de um grupo (escritores, políticos, etc), que “tendo adquirido certo prestígio” tornou-se “o instrumento da administração, da educação e da literatura” (Lyons 1971:26-27).

Claro que nem sempre se torna fácil a distinção entre o que é admissível, aceitável, gramatical em uma língua, e o que é matéria de escolha por parte do falante. Por outro lado, a linguagem popular, freqüentemente criticada por seus “barbarismos”, não é simplesmente arbitrária, ela possui a suas regras (Lyons 1971:28).

Se observarmos as palavras de Saussure quando compara a língua ao jogo de xadrez dizendo que “de um lado e de outro lado estamos em presença de um sistema de valores e assistimos às suas modificações”, por exemplo, em *Ela é uma Amélia* ou em *Coisíssima nenhuma me obrigará a tal sujeição*, constata-se então que o que se procura mostrar é que o que é modificado é a rede de forças e não o sistema, quer dizer, os substantivos entendidos como sistema permanecem em seu papel, enquanto rede de força – função – aqui funcionam como adjetivo, onde em *Amélia* como adjetivo passa a ser um atributo daquela que suporta tudo sem esboçar desagrado em qualquer situação; em *coisíssima* além de assumir aqui o papel de adjetivo ainda vem intensificado no superlativo absoluto, passando a idéia de nada, absolutamente nada. O mesmo não ocorrendo no jogo de xadrez, onde o deslocamento de uma peça interfere no equilíbrio do sistema.

È sabido que o advérbio tradicionalmente não se flexiona, entretanto na linguagem coloquial há muito ocorre o inverso.

ex.: Moras *pertinho* do meu coração.

Amanhã chegarei *cedinho*.

È claro que na língua há um uso coloquial culto, um uso familiar, um uso popular regional, um uso grupal, um uso afetivo, um uso infantil, um uso intelectual, enfim um uso estilístico. Todos os usos convivem na língua em situações bem definidas; assim, em cada um desses setores estabelece-se uma certa tradição, um costume linguístico que solidariza os interlocutores. Embora haja tal multiplicidade de usos, a língua culta é o ponto de referência, o ponto de encontro das variantes regionais, sociais, grupais. E em conseqüência a *gramática* apóia-se no uso literário, no uso coloquial culto, no uso estético, porque a linguagem nesse campo é adquirida e não transmitida.

Ao partir-se da idéia de que a *gramática* é o registro das formas, modelos encontrados em grupos de prestígio dentro da socieda-

de lingüística, paralelamente nasce a idéia de correto e incorreto, e, na visão de Celso Cunha, tais conceitos aumentam a distância entre as classes, exatamente quando há necessidade de aumentar a unidade.

No entanto, o conceito de correto existe exatamente para que se tenha um ponto comum entre o emissor e o receptor, um fator fundamental que agilize, tornando compreensível a comunicação; o fator que possibilita semelhante intercâmbio é a norma lingüística, que é em última instância cobrada pela própria comunidade lingüística.

Quer se veja a *gramática* sob o ponto de vista de um *guia* de caminhos, de um *manual* de instruções, de um *código* de regras ou leis, de uma *bula* com instruções, de *normas* a serem seguidas, de uma *fórmula* mágica para o sucesso, de uma *receita* dos procedimentos a serem seguidos, a *gramática* em verdade registra as formas e as possibilidades que a língua oferece a todo falante da comunidade lingüística de uma língua, um *roteiro* para que o falante domine razoavelmente as possibilidades que a língua proporciona a qualquer falante que assim o deseje.

A *gramática* não representa o registro da pureza da língua; o seu papel é de estruturação da língua – os mecanismos e as diversas opções – para aqueles que pretendem comunicar-se com eficiência, ou seja, obtendo compreensão perfeita por seus interlocutores.

#### BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo C. *O poliglota de uma língua só*. Entrevista dada ao Jornal do Brasil em 16 / 7 /2002 Caderno B.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática – referente à Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro. J.Ozon, 1970.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

———. *A questão da norma culta brasileira*. Rio Janeiro: Tempo

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Brasileiro, 1985.

———. *Língua, nação e alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

———. *Língua Portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

HOLANDA, A. Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. 23ª impressão revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antônio. *A crise de nossa língua*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

LYONS, John. *Língua(gem) e Linguística uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Brasil. Departamento de Imprensa Nacional, 1967.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. (org. Charles Bally e Albert Sechehaye). 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1970.



**INTERAÇÃO FACE A FACE  
EM UMA COMUNIDADE RELIGIOSA  
ENQUADRES RELIGIOSO E SOCIAL**

*Cleide Emília Faye Pedrosa(UFS/UFPE)*

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Tendo em vista a natureza de nossa palestra, ou seja, demonstrar como as pessoas interagem socialmente através da linguagem verbal e não verbal em uma comunidade religiosa, gostaríamos de iniciar a trajetória teórica, afirmando que a vida em sociedade pressupõe uma necessidade de intercâmbio e comunicação que se realiza essencialmente por meio da língua, vista aqui como

um fenômeno cultural, histórico, social e cognitivo que varia ao longo do tempo e de acordo com os falantes: ela se manifesta no uso e é sensível ao uso. A língua não é um sistema monolítico e transparente, mas variável, heterogênea e sempre situada em contextos de uso, (Marcuschi, 1996: 07).

Diariamente, comprovamos que a língua é utilizada para múltiplos propósitos, funcionando basicamente como elemento de coesão social. Ela se constitui num elo comum entre os indivíduos, dando-lhes consciência de que pertencem a uma comunidade (também lingüística).

As teorias de linguagem, do passado ou do presente, refletem concepções peculiares de fenômenos lingüísticos e compreensões distintas do papel desta na vida social.

Como seria exaustivo listar todos os estudiosos europeus que contribuíram para relacionar língua e sociedade, destacaremos os nomes de: Mikhail Bakhtin, Marcel Cohen, Émile Benveniste e Roman Jakobson.

Bakhtin traz para os estudos lingüísticos a noção de Comunicação social. O visionário dizia que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal e atualizada através da enunciação ou das enunciações.

Cohen apresenta um claro interesse pelo estudo sociológico da linguagem. Sua concepção é de que os fenômenos lingüísticos ocorrem no contexto variável dos acontecimentos sociais, desse mo-

do, percebe as relações entre linguagem e sociedade a partir da consideração de fatores externos.

De acordo com Benveniste (1991), indivíduo e sociedade só se determinam mutuamente através da língua. “De fato, a linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua*, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular.” (Benveniste, 1991:31). E ainda, “...a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua.”(Benveniste, 1989: 98)

Também Jakobson afirma que existe relação entre linguagem e contexto social, tendo a comunicação um papel nuclear nessa relação.

Esses caminhos nos conduzem às pesquisas desenvolvidas pela Sociolingüística Interacional (SI) que considera a linguagem, cultura e sociedade como um processo situado, que se determina no uso.

### SOCIOLINGÜÍSTICA INTERACIONAL

A Sociolingüística Interacional (SI) está, tanto teórica como metodologicamente, fundamentada na Lingüística, na Sociologia e na Antropologia. Essa base deixa explícita a relação entre linguagem, sociedade e cultura.

A História da SI está ligada ao trabalho de John Gumperz e seus colaboradores. Seu artigo “The linguistic Bases of Communicative Competence” indica a necessidade de se estudar os processos segundo os quais produzem e interpretam significados em nossas interações verbais e as marcas lingüísticas, paralingüísticas e não verbais que servem de orientação (pistas/”cues”) para a identificação do contexto em atualização a cada momento.

Outro trabalho que é considerado um marco na pesquisa SI é “O significado social na estrutura lingüística: Alternância de códigos na Noruega” de Blom e Gumperz. Nele, os autores trabalham com a etnografia da comunicação com o objetivo de analisar os traços específicos da fala e as relações sociais subjacentes entre falantes de Hemnesberget.

A partir da metade dos anos 80, ganha importância, no Brasil, a Análise do Discurso (AD) em cujo âmbito está situada a SI que apresenta como objeto não mais os fenômenos associados à competência linguística, porém ao desempenho.

Uma das contribuições da SI para a realidade brasileira é descrever nossa diversidade cultural,

mostrar para a sociedade, as demandas e dificuldades que a comunicação transcultural traz para as instituições, como escola ou os sistemas de saúde, e para os indivíduos, que precisam adquirir um nível maior de competência comunicativa para funcionar bem em sociedades abertas e multiculturais como a nossa. (Quental, 1996: 235)

Várias pesquisas já foram e estão sendo realizadas sob essa nova perspectiva: Na UnB- Stella Maris Bortoni lidera estudos da interação em sala de aula; na UFRJ – Lúcia Quental faz parte de um grupo que estuda o discurso de psicóticos em instituição psiquiátrica e os eventos de fala, às vezes determinantes para o sucesso ou fracasso de um tratamento; na PUC-Rio – Maria do Carmo Leite de Oliveira, Liliane Cabral Bastos e Maria da Graça Dias Pereira trabalham com o discurso em empresas; na UFPE – José Carlos Gonçalves trabalha com alguns discursos institucionalizados.

As análises em S I objetivam dar conta tanto do comportamento verbal quanto não-verbal de indivíduos em encontros face a face, tanto em situações informais quanto em situações institucionais. Os pesquisadores nesta área fazem uso do conhecimento linguístico para explicar o processo e os resultados de uma interação face a face em diversas situações: o discurso em sala de aula, encontros de negócio, etc A análise de uma interação exige como pré-requisito um processo de imersão nos detalhes dessa interação.

Sua metodologia é proveniente de micro-análise de dados naturais, recolhidos em estudos de natureza etnográfica. O registro inclui notas de campos e entrevistas, gravações, filmagem, dados êmicos conseguidos em sessões de playback ou visionamento em que os integrantes ouvem ou vêem (em vt) e reagem ao evento analisado.

A SI se afasta do conceito tradicional de comunicação e a vê como canalizada e restringida por um sistema multinível de sinais verbais e não-verbais que são adquiridos, e, ao longo da vida, são automaticamente produzidos e intimamente coordenados.

Quando a relação entre a iniciativa do falante e a resposta do ouvinte é analisada, descobre-se que elas tendem a ser *sincronizadas* de tal maneira que uma segue a outra em intervalos rítmicos regulares. Isso sugere que a *sincronia* conversacional exige certo grau de previsibilidade e rotina que os falantes adquirem através das experiências interativas e da cultura.

Analisando os aspectos descritos acima, Gumperz (1998) aponta as *Pistas de contextualização* como sendo todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais podendo aparecer sob várias manifestações linguísticas: processos relacionados às mudanças de código, dialeto e estilo, alguns dos fenômenos prosódicos, opções lexicais e sintáticas, expressões formulaicas, aberturas e fechamentos conversacionais, entre outras. Além de expressões formulaicas, fenômenos de alternância de código e sinais prosódicos, os sinais *não-verbais* também entram no processo de contextualização.

Blom e Gumperz (1998) trabalham com conceitos bem relevantes para essa nova visão de comunicação, eis alguns

*Comunicação eficaz* – necessita que o falante e o público ouvinte estejam de comum acordo quanto ao significado das palavras e quanto aos valores e à importância social de sua escolha. A *comunicação verbal* pode ser vista como um processo que envolve duas etapas: *1ª etapa*: os falantes captam pistas externas e as traduzem em estratégias de comportamento adequadas; *2ª etapa*: as estratégias de comportamento são traduzidas em símbolos verbais adequados. Os *determinantes* deste processo comunicativo são: os conhecimentos que o falante possui do repertório linguístico, da cultura e da estrutura social; e a capacidade do falante de relacionar estes conhecimentos às restrições ou balizas contextuais.

Para os autores, As *balizas contextuais* envolvem: *cenário* - a maneira como os habitantes (locais) classificam seu ambiente ecológico em espaços distintos; *situação social* - descreve uma maior delimitação de balizas sociais, quando atividades realizadas por grupos específicos de participantes acontecem em cenários específicos durante um certo período de tempo; *eventos sociais* - são diferentes definições sociais da situação que podem ocorrer dentro do mesmo cenário, dependendo das oportunidades e das restrições à interação

proporcionadas pela mudança dos participantes e/ou do objeto da interação.

Outros conceitos trabalhados pelos autores: *alternância situacional de códigos* - a troca de códigos redefine a situação social em curso, o que tem implicação para a mudança de papéis por parte dos participantes e *alternância metafórica de códigos* - a troca de códigos enriquece a situação em curso, permitindo alusões a mais de uma relação social dentro da mesma situação.

Em seu conhecido trabalho "Footing", Goffman (1998) desconstrói as noções tradicionais de falante e ouvinte, e passa a discutir a complexidade das relações discursivas presentes na estrutura de produção e na de participação. Sua preocupação fundamental é de evidenciar que os participantes constantemente mudam seu *footing* (enquadre) ao longo de suas falas, sendo essas mudanças características inerentes à fala natural. Em outras palavras, *Footing* é uma mudança no alinhamento que os participantes assumem para eles mesmos e para os outros presentes em uma situação comunicativa.

A fim de fundamentar sua visão de enquadre, Goffman (1998) indica algumas limitações na clássica teoria da comunicação tradicional: a pessoa que fala está inteiramente envolvida com a fala e sua recepção; e a pessoa que ouve, com o que está sendo dito; o modelo didático comum falante-ouvinte às vezes especifica participantes demais, às vezes de menos, e às vezes, os participantes errados (Hymes apud Goffman 1998). Relega-se outros fatores, como: gerenciamento da tomada de e retomada de turno; avaliação da recepção através das pistas visuais dadas pelo ouvinte; função paralingüística da gesticulação; sincronia da mudança de olhar; mostra das evidências de atenção; etc.

Assim, ele passa a atualizar alguns conceitos na teoria da comunicação: *participante ratificado* - participante oficial no encontro; *participante não ratificado (circunstante)* - participante não oficial, resultante de uma 'intromissão ou de um ouvinte 'por acaso'; *comunicação subordinada* - uma conversa cujos protagonistas, o tempo e o tom são organizados para se constituir numa interferência visivelmente limitada ao que chamamos de *conversa dominante* que ocorre na sua proximidade. Continuando: *jogo paralelo* - comunicação subordinada de um subgrupo de participantes ratificados; *jogo*

*cruzado* - comunicação entre participantes ratificados e circunstantes; *jogo colateral* - palavras respeitosamente murmuradas, trocadas exclusivamente entre os circunstantes; *conluio* - tentativa de dissimular a comunicação subordinada; *insinuação (aliada ao conluio)* - o falante dirige-se a um interlocutor endereçado, encobre suas observações com um significado patente, porém passível de ser negado, que tem um alvo mais além.

O autor ainda expõe a concepção de: *situação social* - arena física absoluta onde as pessoas presentes estão ao alcance visual e auditivo uma das outras; *status de participação* - a relação de qualquer um dos membros com uma determinada elocução; *estrutura de participação* - relação de todas as pessoas no agrupamento com uma dada elocução; *nichos institucionais* - trata-se da habilidade de um falante competente de ir e vir, mantendo em ação diferentes círculos.

Segundo Goffman (1998), a conversação não é o único contexto de uma fala, ela pode assumir a forma de um monólogo expositivo, ou outros. Desta forma, podemos apresentar as seguintes combinações sociais (simétrica e assimétricas) de fala: *simétrica* - falante e ouvinte, gerando um evento de fala; *assimétricas* - oradores/atores e platéia, gerando um evento de palco; pregadores/professores/juízes e congregação/ platéia, gerando um evento de tribuna.

Nesta apresentação, o evento de tribuna será ressaltado, já que a interação em uma comunidade religiosa se dá, especialmente, através deste evento.

O conceito clássico de falante/ *animador* é atualizado por outros: *autor* - alguém que selecionou os sentimentos que estão sendo expressos e as palavras nas quais eles estão codificados; *outorgante/responsável* - alguém cuja posição é estabelecida pelas palavras faladas, cujas opiniões são verbalizadas, aquele que está comprometido com o que as palavras expressam; *falante* - na utilização do termo está implícito que o indivíduo que anima está produzindo seu próprio texto e delimitando sua própria posição através dele; sendo ao mesmo tempo: animador, autor e responsável.

Numa estrutura de participação, no papel de falantes, representamos a nós mesmos através do emprego de um pronome pessoal,

normalmente “eu”, sendo assim *figura* – a apresentação do “eu”, do agente, do protagonista. Uma figura é alguém que pertence ao universo sobre o qual se está falando. Alguma parte de nós permanece por trás de nossa elocução condicional. Para Mead (Apud Goffman, 1998): um “me/mim” que tenta incorporar o seu “eu” precisa de um outro “eu” para conseguí-lo.

A fim de explicar o papel da figura na elocução, Hockett (Apud Goffman, 1998) faz referência ao deslocamento irrestrito no tempo e espaço – um “eu” do passado pode se ligar a “nós”, a pessoa presente, através da continuidade biográfica. Em tal caso, pode-se dizer que dois animadores estão envolvidos; o que está fisicamente animando os sons que são ouvidos e um animador encaixado, uma figura inserida em uma afirmação e cuja presença se dá somente no universo sobre o qual se está falando, não no universo no qual a narração em curso acontece.

Segundo Pêcheux (apud Orlandi 1995), ao falar, o sujeito se divide, tendo em vista suas palavras serem também as palavras dos outros. “Discursivamente, não há nem um sujeito-absoluto, auto-suficiente, nem um sujeito-complemento, inteiramente determinado pelo fora.” (Orlandi, 1995: 80).

Na teoria de Goffman (1998), a mudança de *footing* ocorre também quando: ao invés de dizermos algo nós mesmos, optamos pelo relato do que o outro disse; mudamos do relato de nossos sentimentos atuais, os sentimentos do “ser emissor”, para sentimentos que já tivemos, porém, que não mais endossamos.

Segundo Tannen e Wallat (1998), os enquadres podem ser: *interativos* - noção interativa de enquadre se refere à definição do que está ocorrendo em uma interação, sem a qual nenhuma elocução (movimento ou gesto) poderia ser interpretada; *simultâneos* - às vezes, os enquadres exigem atenção simultânea; *conflitantes* - cada enquadre pressupõe maneiras de comportamento que podem entrar em choque com as exigências dos outros enquadres.

A noção de contexto, em SI, pode ser descrita como uma ecologia de elementos que formam a subparte do evento de fala que recebeu o nome de ‘atividade’ na nomenclatura de Gumperz. Nessa concepção, um discurso passa a ser uma seqüência de atividades (li-

neares ou encaixadas), que vêm delimitadas por metagensagens e que sinalizam o aqui e o agora da interação face a face.

Essenciais para a compreensão de como emitimos sinais, e como inferimos contextos e significados associados a contextos, são os conceitos de *esquemas de conhecimento*, um conceito que faz referência a estruturas de memórias, nas quais está codificada nossa experiência, e de *enquadres* (Bateson), ou/e de *footing* (Goffman), de natureza interacional, que vêm a ser metagensagens que definem as atividades ou micro contextos de interpretação. Esses construtos foram reunidos no conceito mais geral de *estruturas de expectativas*, termo proposto por Tannen, para evidenciar que lidamos não com essas estruturas, em nossa interpretação, porém com as expectativas geradas por elas.

Segundo Goffman (1976), o contexto pode ser descrito como um “frame” que envolve o que está sendo examinado e provê fontes para sua interpretação apropriada. Uma dificuldade que pode ser apontada para analisar contexto é descrever o conhecimento sócio histórico que um participante emprega para agir na interação.

Os participantes estão situados dentro de múltiplos contextos e são capazes de mudanças rápidas e dinâmicas, assim como os eventos que estão engajados em desenvolver. Eles têm habilidade de projetar e negociar o que está acontecendo. Desse modo, a noção de contexto pode ser entendida como um tipo de orientação formal da prática dos atores, participantes em cena de sua vida a cada dia. Contexto é analisado como um modo de práxis constituído interativamente.

A interação face a face é um exemplo de contexto já que provê um modelo elementar de organização social humana, e de compreensão dos eventos que estão ocorrendo.

Iremos trabalhar em um contexto religioso, por isso gostaríamos de acrescentar a concepção de Malinowski (apud Ravenhill, 1976), cada discurso ritual está relacionado ao: contexto sociológico, como as palavras alcançam o efeito na comunidade; contexto ritual, procedimento gestual que acompanha o discurso; contexto dogmático, as crenças que cercam o ato de fala; e contexto linguístico.



INTERAÇÃO FACE A FACE EM UMA COMUNIDADE RELIGIOSA: ENQUADRES RELIGIOSO E SOCIAL

As análises em SI objetivam verificar como o comportamento verbal e não-verbal de indivíduos em encontros face a face, em situações informais, ou em institucionais acontecem, por isso tomamos por base algumas das orientações da microanálise etnográfica, (notas de campo, gravações, filmagem etc.). Os dados foram coletados, seguindo-se os seguintes passos: a escolha do cenário ecológico – uma comunidade religiosa; observação geral do cenário como participante observador; notas de campo de duas reuniões: culto evangelístico, quarta-feira: 02/05/2001 e domingo: 06/05/2001; amostragem restrita, através de um registro em VT, com duração de 2 horas e 8 minutos, sábado, 12 de maio de 2001; transcrição do teipe.

Através desses passos, buscamos dados para confirmar as seguintes hipóteses: alguns enquadres sociais podem apresentar alinhamentos excludentes com as exigências de reverência (silêncio) nos serviços religiosos; há enquadres sociais que são harmoniosos com os religiosos.

E atingir os objetivos: identificar o alinhamento, ou a falta deste nos diversos eventos comunicativos religiosos; diferenciar enquadres religiosos dos sociais; verificar quando os enquadres sociais apresentam alinhamentos excludentes com as exigências de reverência nos serviços religiosos, principalmente no que diz respeito ao silêncio; identificar enquadres sociais que são complementares aos religiosos.

A pesquisa foi realizada no Ponto Novo, um bairro de Aracaju, Sergipe. Os moradores deste bairro apresentam uma diversidade de classes sociais, dos menos favorecidos aos economicamente estáveis. A comunidade religiosa vem a apresentar esse mesmo perfil; no entanto, a predominância é de classe média baixa a classe baixa, apresentando famílias com uma renda ente dez a vinte salários mínimos e outras com apenas um salário mínimo, pessoas com empregos federais, outros autônomos (empregada doméstica, pedreiro, marceneiros outros) e também desempregados.

O grau de escolaridade também é bastante variado, alguns fazem o terceiro grau, e uns poucos já são formados, alguns que eram

semi-analfabetos concluíram ALFALIT (Alfabetização através da Literatura) recentemente.

O líder religioso é um pastor, formado em teologia. Geralmente, o pastor passa quatro anos de trabalho experimental a fim de ser ordenado para o ministério. Ele cuida de oito a quinze igrejas e grupos que formam um Distrito.

A reunião geográfica de distritos (num Estado ou Estados) forma a Associação, se é independente financeiramente, ou uma Missão se financeiramente depende de uma organização superior. O conjunto de Associações ou Missões forma as Uniões; e as Uniões formam as Divisões e estas a Conferência Geral.

A comissão de nomeação da Igreja local escolhe todos os cargos e líderes dos departamentos. Os “anciãos” são a segunda autoridade na igreja. Há os diáconos e diaconisas, coordenadores de departamentos (Escola Sabatina, Assistência Social, Jovens Adventistas (J.A.), Ministério Pessoal) e professores.

Os encontros semanais se dividem em dois grupos: os oficiais, comuns a todas as igrejas: Sábado (manhã e tarde)- Classe de professores, Escola Sabatina, Culto Divino e J. A.; Domingo (noite) - Culto evangelístico e/ou classe bíblica; Quarta-feira (noite) – Culto de oração. E os não –oficiais, determinados de acordo com liderança local de cada igreja: Terça-feira (tarde) – culto de oração das senhoras; Quinta-feira (noite) – culto da família, a pedido de cada família e realizado nas casas; Sexta-feira (noite) – Pequenos Grupos, realizado, geralmente, na casa do líder do grupo. Há também, trimestralmente, as Semanas de Oração, ou de Reavivamento Espiritual, culminando com Santa Ceia e/ou noite de vigília.

Suas crenças principais são: Deus é triúno (Pai, Filho e Espírito Santo), onipotente, onisciente e onipresente; Deus é criador; a salvação é pelos méritos de Cristo; os seres humanos são mortais; na segunda vinda de Cristo, os salvos tornar-se-ão imortais; a observância do sábado como dia santificado desde a criação.

Esta comunidade religiosa pesquisada pertence à Missão Serpige-Alagoas da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Embora o registro na secretaria local apresente um número maior de membros, os que freqüentam regularmente podem ser assim distribuídos, de acordo

com o cartão de matrícula da Escola Sabatina: adultos - homens: 16; mulheres: 36; jovens e adolescentes: 24; juvenis, jardim e rol do berço; 26. Observa-se, pelos números, que a Igreja é constituída de 50% de jovens (0 – 25 anos de idade) e que o sexo feminino é predominante.

A comunidade estudada faz parte de uma irmandade maior que são os adventistas em quase todo o mundo (dados de 1999): número de igrejas- 46.740; membros – 10.939.182; países penetrados – 204 (dos 229 reconhecidos); línguas – 803 (oral e/ou escrito); instituições educacionais – 5.846; hospitais e sanatórios – 166, clínicas – 371; casas publicadoras – 56 (310 línguas usadas em publicações); Escolas Sábatinas – 110.229 com 12.802,672 membros. A Assistência Social (ADRA – Agência Adventista de Recursos Assistenciais) está presente em 124 países e ofereceu ajudas que totalizaram: US \$ 154.488,614.

### *Reverência na presença de Deus*

“O Senhor está no seu santo templo; nos céus tem o Senhor seu trono; os seus olhos estão atentos, as suas pálpebras sondam os filhos dos homens.” (Salmos 11:04)

“O Senhor, porém, está no seu santo templo; cale-se diante dele toda a terra.”(Habacuque 2:20)

A justificativa para os fiéis buscarem determinados alinhamentos e enquadres nos serviços religiosos é dada através do que todos consideram como sendo um livro de inspiração divina – a Bíblia Sagrada. Segundo alguns textos, o primeiro aspecto a considerar no alinhamento seria o *silêncio/ a reverência* - “*cale-se diante dele toda a terra.*” Confirme-se através de outros textos: “*Guardareis os meus sábados, e reverenciareis o meu santuário: Eu sou o Senhor.*”(Levítico 19:30). Logo, o que determina o enquadre, sem dúvida, é o senso da presença de Deus.

Os Adventistas acreditam em outras fontes de orientações sobre como devem se portar no santuário. Para eles, a escritora Ellen Golden White (séc XIX) recebeu inspiração divina para orientar em vários aspectos da vida religiosa: educação, saúde, regime alimentar,

instruções proféticas, adoração e reverência, etc. Então através de seus livros, eles recebem orientações complementares sobre atitudes esperadas na Casa de Culto.

A fim de analisar o silêncio como importante modo de comportamento e comunicação na prática religiosa, podemos pensar o silêncio como não sendo ausência ou vazio, mas como tendo significado.

Philips (apud Orlandi, 1995) apresenta uma distinção teórica mais geral para o estudo da fala e do silêncio. Ela distingue entre a 'interação estruturada através da fala' e a 'interação estruturada através do silêncio'. Dessa maneira, podemos perceber o silêncio como uma categoria comunicativa interacional, capaz de expressar uma variedade de significados.

Conforme J. de Bourbon Buset (Apud Orlandi, 1995) "o silêncio não é ausência de palavras, ele é o que há entre as palavras, entre as notas de música, entre as linhas, entre os astros, entre os seres."(p.70). Para Orlandi, "o silêncio não está apenas 'entre' as palavras. Ele as atravessa. (Orlandi, 1995: 71). "o silêncio não são as palavras silenciadas que se guardam no segredo, sem dizer. O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge."(M.LêBot apud Orlandi, 1995: 72)

### ***Orientações quanto ao alinhamento e enquadre nos serviços religiosos***

#### **O antes**

Se faltam alguns minutos para o começo do culto, os crentes devem entregar-se à devoção e meditação silenciosa, elevando a alma em oração a Deus para que o culto se torne para eles uma bênção especial...(White, 1995: 194)

Como *participante observador*, verificamos que só a minoria dos congregados se entregam a devoção e meditação. O comum é que os membros, que chegam cedo, aproveitem os minutos que antecedem ao serviço religioso para alguma conversa amigável ou mesmo combinar algo referente ao culto. Porém o característico é que a irmandade chega na hora de iniciar o serviço religioso, sem contar o razoável número de membro que chega atrasado.

## O durante

“Quando a Palavra é exposta, deveis lembrar-vos, irmãos, de que é a voz de Deus que vos está falando por meio de Seu servo.”(White, 1995: 195)

Para White (1995) em sua Obra Testemunhos Seletos, a irreverência dos cristãos na igreja é um dos motivos mais sérios que justificam por que o ministério não apresenta grandes resultados. Ela aconselha também que na hora de apresentação do sermão não se deve dormir, porque assim fazendo, os fiéis poderiam perder as palavras de que mais necessitavam ouvir.

Às vezes é uma criança que desvia de tal modo a tenção dos ouvintes que a semente preciosa não caia em terreno fértil para produzir fruto. Outros, são os moços e moças que revelam tão pouco respeito pela causa de Deus, que se entretêm a conversar durante a pregação. (White, 1995: 196).

Consideremos o que aconteceu no sábado, 12/05/2001, pela manhã.

Antes do Culto divino, D.3 (dirigente 3) ensina para a Igreja a forma correta de cantar duas músicas que fazem parte da doxologia. É um momento também para lembrar a presença do divino (0.35.35/0.38.37) e de alinhamento para o *enquadre* (0.36.35/ 0.37.40) do culto. Verificamos que no início alguns demoram a se alinhar para esse serviço religioso. Há choques entre enquadres sociais (0.35.35/0.36.35) que não são esperados dos adoradores, até que eles se alinhem (0.37.40).

## *Fase preparatória para culto*

Exemplos:

0.35.35 - D.3 – *Continuando na presença do nosso Deus, nós teremos a seguir os cânticos, os cânticos que nós cantamos nos cultos para, fazendo parte da doxologia.(...)*

Um jovem ouve a conversa de alguém e meneia a cabeça negativamente

S. virada para trás conversa com A.(A3)

*Percebemos que sábado passado, os irmãos lá no Espaço Emes cantaram o ...o compasso certo(0.2)*

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Jo continua organizando suas folhas e o juvenil S ri com ele. (A3)

D.3 canta e orienta a igreja

0.36.35 - S. continua conversando com A. (A3)

D.3 – *vamos dar uma passada nos dois.*

Ba e Jr se distraem.(A3).

Igreja participa cantando

0.37.15 - D.3 – *Tudo bem?*

S., A., Ap. E Mi estão participando de uma conversa.

0.37:40 - D.3 – *Agora o segundo, nós vamos (?) tem uma parada nos versos.*

A profa. Toca.

A Igreja canta. Praticamente, todos estão acomodados

0.38.37 - *Está certo? Obrigado, eu também estou aprendendo mais (0.2) Qual o objetivo de estarmos aqui, de adorar ao nosso Deus em espírito e em verdade.(...)*

**(Este artigo continua no número 25)**

## JOGOS CLÁSSICOS UM ARQUÉTIPO NO MUNDO OCIDENTAL

Amós Coelho da Silva (UERJ, UGF)

Em latim, *Ludus*, no singular, designa, *jogo, divertimento, passatempo*, no plural, *Ludi*, *jogos de caráter religioso ou oficial*. O Latim Corrente preferia *iocus* e fez chegar ao Português *jogo*, como sempre pelo caso lexicogênico, o acusativo: *iocu(m) > jogo*.

Jogo em grego se diz ἀγών, agón, tendo como plural ἀγῶνες, agónes e significa originariamente assembléia, reunião (para jogos, festas, atos religiosos...). O termo ἀγών, agón, é um substantivo masculino que designa o resultado de um ἀγῶν, agón (pilhar, saquear; a expressão ἀγῶν, agón & ἀγῶν, agón, na *Ilíada* 5, 484, etc.<sup>13</sup> significando “saquear” com o primeiro verbo se aplicando a homens e o segundo a animais) e denota com mais frequência em Homero “assembléia, reunião para jogos e por extensão combate, litígio e demanda”. Somente a partir de Aristóteles e Demóstenes (ambos de 384 a 322 a.C.) que ἀγῶν, agón, passa a significar “angústia” e foi tomada emprestada pelo latim eclesiástico *agonia*, donde o português *agonia*.

Johan Huizinga aquilata os jogos como os fundamentos da civilização, tudo aquilo que reputamos como forma de belo e de nobre jogo iniciou a partir de um jogo sagrado. Assim, *torneios e justas, as ordens, os votos, os títulos, são todos vestígios dos ritos de iniciação primitivos* (HUIZINGA, 1980: 117). O jogo é, enfim, um artifício mais arcaico que a cultura e a articulação dele se processa como a mimese do conceito aristotélico, quando este afirma ser a imitação uma tendência *instintiva no homem, desde a infância. Neste ponto distingue-se de todos os outros seres, por sua aptidão muito desenvolvida para a imitação* (ARISTÓTELES, 1964: IV, 2ª p., 266).

Para o filósofo estagirita, há prazer na imitação e através dela é que se dá aquisição do conhecimento.

As principais aquisições da sociedade seriam atividades ar-

<sup>13</sup> CHANTRAINE, Pierre. Verbete ἀγῶν, agón, ἀγῶν, agón, ἀγῶν, agón et rare ἀγῶν, agón (Tim.Antiphon), pf. ἀγῶν, agón

quetípicas e são inteiramente marcadas pelo jogo (HUIZINGA, 1980: 7), embora eclipsadas por metáforas históricas.

Uma das atividades arquetípicas da nossa sociedade é o teatro. O tirano Pisístrato (605-627 a.C.) apoiou a celebração de festas ao deus do vinho, Dioniso. A cerimônia central era um *kômos*, que se compunha, num dos grandes festivais, com um cortejo que dançava e cantava alegre e barulhento, escoltando um enorme *falo*. Os integrantes dessa *falofôria*, isto é, *portadores do órgão genital masculino*, se escondiam atrás de uma máscara ou de um disfarce de animal, ou seja, uma fantasia, significando muito provavelmente um antigo rito mágico que instauraria a fertilidade dos campos e dos lares.

Num outro cortejo, na primavera, a estação das flores, por isso, denominado *Antestérias* (conforme o verbete grego ἀντεστέρια [flor], pelo latim, antho-> anto-, ante-, antu-) antologia, antúrio (< ἀντιόριον, flor; antúrio < ἀντιόριον + ἔρως, cauda), antomania, antologista), festa animada pelo vinho armazenado em tonéis de terracota, desde a colheita do outono, incluía libações e concurso de bebida: vencia quem esvaziasse mais rápido um cântaro com três litros e um quarto. Os fiéis acreditavam que Dioniso vinha do mar, por isso um sacerdote se fantasiava de Dioniso, liderava o cortejo numa embarcação sobre quatro rodas puxada pelos sátiros: o que nos sugere um carro alegórico do nosso carnaval. A esposa do Arconte, governante local, simbolizando tempos antigos, atuaria como esposa de Dioniso. Integra o rito um touro a ser sacrificado; a hierogamia, quer dizer, o casamento sagrado de Dioniso com a rainha, ocorreria num estábulo de boi. Portanto, toda a *pólis* estaria agraciada pelo benefício de Dioniso. Justamente na Comédia Antiga de Aristófanes é que encontramos presentes muitos elementos do *Kômos*, ao formar um coro alegórico com aves, vespas, rãs etc. No próprio termo comédia há o elemento *Kômos*, cortejo ao som de címbalos, com dança + oídé, canto, + sufixo -ia.

Ora, Dioniso, o deus da metamorfose, promovia nessas festas uma saída, êxtase: *éks*=para fora, *-stasis*, dos órgãos do sentido, ou seja, de certas condições humanas, manipuladas por mecanismo de controle, o superego, disciplinador dos nossos desejos, também presidia a libertação dessa estéril vida rotineira, que se resume em nascimentos e mortes, para conduzir o devoto a um mergulho no deus:



entusiasmo, cujo elemento –tu- é uma forma sincopada de *theós* e o prefixo *en-*, movimento para dentro. Em conseqüência, o homem dionisíaco entrava em choque com os controladores do *status quo*, ou seja, o exegeta nacional, no dizer Platão: Apolo. Todo esforço apolíneo, para conduzir os seus fiéis pela estreita vereda do “Conhece-te a ti mesmo”, “Nada em excesso” etc., se tornava banal diante do apelo dionisíaco. Tudo isso era representado na tragédia pelo *hypocrités*, *aquele que responde em êxtase e entusiasmo, a saber, o ator* (BRANDÃO, 1987: II, 132).

A tragédia é herdeira da mensagem do lirismo coral de Píndaro, o cantor de glórias nos jogos, inclusive as da cidade de Olímpia, daí as olimpíadas. A vitória humana depende da vontade divina, como nas odes do próprio Poeta.

Pítica III, traduzida por Junito Brandão:

A vitória não depende dos homens.  
Somente a divindade outorga sucessos:  
Ora eleva este ao céu, ora sua mão rebaixa aquele.  
Saibas encontrar o teu caminho, observando a moderação.

O homem, como no latim *homo* de *humus*, *barro*, *argila*, deve ser *humilde*, adjetivo português que provém de *humilis*.

Pítica VIII, tradução do Prof. Junito Brandão:

*Seres efêmeros! Que é cada um de nós?  
O que não é cada um de nós?  
O homem é o sonho de uma  
sombra!* ☎️♣️&️)⊗⊗< ☐◉■⊗☐ ⊗◉■☐◉☐☐×Ⓢ  
*Mas, quando os deuses pousam  
Sobre ele um raio de sua luz,  
Então vivo fulgor o envolve  
E adoça-lhe a existência!*

Há, na época helênica, também o lirismo monódico, o qual contém as páginas apaixonadas da poetisa Safo, além de outros ilustres representantes.

A metáfora, portanto, é um jogo poético, do qual José de Alencar se inspirou, explorando aspectos etimológicos clássicos tanto em Iracema quanto em Ubirajara. Ambas admitem uma longa leitura etimológica. *Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba* (ALENCAR, 1964: 11). Essa introdução é porque colheu na tradição que Ceará significa o

*canto da jandaia*. É um tupinismo formado de *cemo*, *cantar forte*, e *ara*, *pequena arara* ou *periquito*. Nossa abordagem se deterá em alguns antropônimos.

O aposto de Iracema, *a virgem dos lábios de mel*, está contido em *ira*, (mel) e *cema*, (lábios); Martim, quer dizer *filho de guerreiro* (*Ibidem*. p. 20) e provém de *Marte*, deus romano da guerra e o sufixo *-im* (filho de), como se atesta no romance de Alencar. Araquém, o Pajé dos tabajaras e pai de Iracema, é um nome criado pelo romancista cearense, mas sem lhe acrescentar qualquer observação de rodapé. Eles pertencem à nação tabajara (de *taba*, *aldeia* e *jara*, *senhor*, ou seja, os senhores das aldeias).

Numa assembléia, Andira, que denota uma espécie de morcego, interveio e recomendou prudência: -Andira, o velho Andira, beberam mais sangue na guerra do que já beberam cauim nas festas de Tupã todos quantos guerreiros alumia agora a luz de seus olhos (*Ibidem*. p. 25). Ao que Irapuã, o chefe da tribo, retrucou: -Fica tu escondido entre as igaçabas de vinho, fica, velho morcego (*Ibidem* p. 26). O que persistiu no Brasil foi a forma andirá, mas como topônimo e derivado de outro significado, ou seja, do s.m. Andirá, significando nome de planta (MACHADO, 1952, s.v. Andirá).

O filho de Iracema com Martim é Moacir: de *moacy* (dor) e sufixo *-ir* (saído de); *Moacir* é o brasileiro. Iracema diz quando o dá à luz: -*Tu és Moacir, o nascido do meu sofrimento* (ALENCAR, 1964: 115). E mais adiante, com o auxílio da gula de uns cachorriños do mato, os quais sugam-lhe as tetas untadas com mel de abelha, propiciando a formação de leite no peito, Iracema realiza a suprema proeza de alimentar o seu filhinho e o Autor, como narrador, se exprime: *Ele é agora duas vezes filho de sua dor, nascido dela e também nutrido* (ALENCAR, 1964: 120).

Note o trecho de Batuireté (de batuir e etê, figuradamente é valente nadador), e passou ao topônimo Batuirité, nome de serra do Ceará, transmitirá o tacape a Jatobá (de jetaí, resina dura, -oba, folha - e a, aumentativo: árvore de grande porte). Como Batuireté “dizia com tristeza ‘Ah! meus tempos passados!’ [ou seja, Qui - ah!, xere - meus, amôbinhê - outros tempos]”, José de Alencar vai indicar a origem de Quixeramobim no capítulo XXII, de *Iracema: A gente que o ouvia chorava a ruína do grande chefe, e desde então, passando por aqueles lugares, repetia suas palavras, donde veio chamar-se o*

rio e os campos, *Quixeramobim* (*Ibidem*, p. 87). (Na nossa edição veio está no singular).

O aposto *senhor do caminho* (*Ibidem*. p. 38) para Caubi é explicado por Alencar em nota de rodapé como proveniente de *guara*, *senhor* mais *-py*, *guia*: *O irmão de Iracema tem o ouvido sutil que pressente a boicininga [de bóia, cobra, cininga, chocalho: cobra cascável] entre os rumores da mata; e o olhar do oitibó que vê melhor nas trevas. Ele te guiará às margens do rio das garças* (*Ibidem*. p. 22).

Numa outra passagem, o nome Irapuã provém de *Ira* (mel) e *puã* (redondo, cf. o formato da colmeia), o que, filologicamente, é um princípio estóico, trazido para os estudos etimológicos latinos de Élio Estilão (fim do séc. II a.C.) e denominado em grego *katà antíphrasin*, i.e., *a designação de algo por nome oposto*, como fez Élio nos seus fragmentos...*bellum quod res bella non sit...*(guerra, em lat. *bellum* > porque não é uma coisa bela < em lat. *bella* >, quer dizer, homônimo de *bellum*, *guerra*, é um nome de sentido contrário ao nome *bella*, *bonita*). Mas Irapuã não é um pote de mel! Ao contrário, é um amargo rival de Martin.

Além da expressividade lírica, passaram a integrar a nossa antroponímia, como é caso de protagonistas como *Ubirajara*, *Peri...* *Ubirajara* provém de *übürai'yara*, *senhor da vara, gente do tacape* (MACHADO, 1952a, s.v. *Ubirajara*).

O índio *Ubirajara*, que pertence à nação Araguaia, tem três nomes. Como *Jaguarê*, indicativo de sua força, coragem e ferocidade, assim mesmo é jaguar, iniciará o ciclo heróico quando encontrar um combate à altura do seu valor. Travado o combate singular com o rival *Pojucã*, que pertence à tribo dos Tocantins e cujo nome provém da contração *I-po-jucá*, ou seja, eu mato gente, *Jaguaré*, vencedor, se torna *Ubirajara*. Sob o disfarce de *Jurandir*, uma concentração da frase *Ajur-Andy-pyra*, ou seja, *o que veio trazido pela luz*, torna-se hóspede e consegue se inscrever no combate nupcial, como competidor que almeja a mão de *Araci*, que se compõe de *ára*, *dia*, e *cei* ou *ceji - grande estrela*. O herói desposará tanto *Araci* quanto *Jandira*, do nome de uma abelha *Jandaira*, *a que fabrica mel*.

Apesar da banalização que o Capitalismo impõe às Olimpíadas, à Copa do Mundo e aos esportes em geral, se escondendo atrás de interes-

ses apenas políticos, ainda há a sobrevivência do sonho da confraternização e do estoicismo helênico de Alexandre Magno, ou seja, a humanidade unida por único ideal, inculcidos nos jogos. Nem mesmo um Adolfo Hitler destruirá o brilho de uma herança como essa nossa. Ao contrário, será sempre lamentado o equivocado incidente que ele promoveu, não reconhecendo a vitória do atleta americano, só porque este não um ariano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José M. de. *Iracema*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- . *Senhora*. São Paulo: Ática, 1977.
- . *O Guarani*. São Paulo: Ática, 1992.
- . *Ubirajara*. São Paulo: Saraiva, s/d.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia e da Religião Romana*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- . *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura Brasileira: Romantismo*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1968.
- ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine - histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1985.
- HOMÈRE. *Iliade*. Texte établi et traduit par A. Perron. Paris: Hachette, s/d.
- HOMERO. *A Ilíada*. Trad. E adaptação de Fernando C. de <sup>a</sup> Gomes. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: O jogo como Elemento da Cultura*. Trad. de João P. Monteiro. S. Paulo: Perspectiva, 1980.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1952.
- . *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1952a.

**O “EU” E O “OUTRO” EM DIÁLOGOS SIMÉTRICOS  
(PROJETOS NURC/SP E NURC/RJ – PARTE II)**

*Paulo de Tarso Galembeck (UEL)  
Camila Bambozzi Veasey (UNESP)*

**3.2. Quem produz a marca de subjetividade**

Tabela 2. Quem produz a marca de subjetividade.

Inquéritos NURC/SP	062		333		343		360	
	N	%	N	%	N	%	N	%
F	82	93,19	90	81,08	94	81,74	72	75,79
O	4	4,54	15	13,52	10	8,69	23	24,21
R	2	2,27	6	5,40	11	9,57	0	0

Inquéritos NURC/RJ	147		158		355		374	
	N	%	N	%	N	%	N	%
F	232	92,8	195	95,58	73	85,88	69	83,13
O	13	5,2	9,	4,42	6	7,06	14	16,87
R	5	2,0	0	0	6	7,06	0	0

F. falante; O. ouvinte (falante ocasional: turnos inseridos); R. diálogo reportado.

De acordo com BRAIT (1993, p.206) a interação acontece, necessariamente, entre pelo menos dois falantes que se caracterizam como interlocutores e que vão se relacionar enquanto parceiros. Esses interlocutores revezam-se na condição e ouvinte: sendo a interlocução aberta (há o revezamento de posições), cada um dos participantes interage no projeto de construção de sentido do outro, como uma atividade cooperativa.

A maior parte das marcas de subjetividade e intersubjetividade é produzida pelo próprio falante. Esse fato pode parecer óbvio, uma vez que o detentor do turno é responsável pela formulação dos enunciados e pelo desenvolvimento do tópico. No entanto, dos dados acima pode ser extraída a seguinte conclusão: as marcas de pessoalidade participam da construção do texto conversacional, ao lado do desenvolvimento do tópico, dos procedimentos de contextualização e dos elementos coesivos. Cabe recordar, a esse respeito, que no texto conversacional manifestam-se três componentes ou níveis de significação, o ideacional, a interpessoal, a textual. As marcas de subjetivi-

dade e intersubjetividade associam-se na produção do texto, ao desenvolvimento e partilhamento das idéias e conceitos e aos procedimentos de coesão e estruturação textual.

As marcas produzidas pelo ouvinte correspondem a turnos inseridos, representados por marcadores conversacionais que denotam concordância ou assentimento. É o que se verifica no exemplo a seguir, no qual também estão assinaladas as marcas produzidas pelo falante:

(8)

L1 quando não é éh não é dia do meu marido ir para a faculdade... eu fico por Pinheiros e volto para casa agora em dois dias da semana... eu levo faculdade também não é?

[

L2 ahn ahn

L1 e::depois volto para mas chego já apronto o outro para ir à escola... o menorzinho... e fico na::quela lides domésticas

L2 [ ahn ahn

L1 e::uma coisa e outra... e::... agora à tarde dois vão para a escola... mas tem ativi/ os que ficam em casa têm atividades extras...

L2 [ uhn uhn

L1 então é um corre-corre realmente... não é? (...)

(NURC/SP, 360, L. 152-165)

As marcas que figuram em fragmentos de discurso direto ou reportado são pouco numerosas e apresentam a particularidade de não se referirem aos interlocutores reais, mas a outras pessoas, cujas falas são incorporadas ao discurso do interlocutor.

(9) (A informante relata um episódio ocorrido em sua passagem por Florianópolis).

L2 (...) mas todas as mulheres estão trabalhando em renda... e::então u/duas delas vieram falar conosco... então ela disse assim “ahn da/dona::ahn::fãçavor de me dizer uma coisa... a a senhora a senhora vê novela?”... eu digo “vejo” “que que a senhora está vendo?”... eu estava vendo aquela coisa... naquela ocasião eu estava vendo uma novela de Tupi... ela disse... “escuta uma coisa por favor me diga... a Maria morreu?...”

(NURC/SP, 333, L. 422-430)

### 3.3. A quem se dirigem as marcas produzidas pelo falante

As marcas produzidas pelo falante podem ser autocentradas (primeira pessoa) ou heterocentradas (segunda pessoa e marcadores de valor fático). Veja-se o exemplo a seguir, no qual figuram marcadores de ambos os tipos:

(10)

L2 não sei por exemplo... eh... normalmente não... mas já fiz muitas vezes... ir ao Alto da Boa Vista e subir... ir lá pra cima:... Pico do Papagaio... Pico da Tijuca...

L1 é... mas esse lá pra cima é... trezentos metros acima...

L2 bom... mas já chega pra mim... lá de cima eu vejo tudo cá de baixo... subir a Pedra da Gávea:... lá eu tenho um panorama... que eu vejo todo...

L1 eu fui lá (...)

L2 então... você vê toda aquela orla marítima... e do lado de cá você vê toda a constituição dos morros... cadeias de morros e tudo...

L1 sim... mas você vê isso... uma vez por mês ou uma vez por semana no máximo... diço o seguinte... você na tua rotina... diária você não percebe esse relevo...

(NURC/RJ, 158, L. 550-563)

No fragmento citado, ocorrem marcas voltadas para o próprio falante ou autocentradas (assinaladas com um traço) e marcas voltadas para o ouvinte ou heterocentradas (assinaladas com dois traços). Ora, o informante L2 fala de si, ou, mais precisamente, de sua experiência como alpinista, mas – mesmo assim – não deixa de reconhecer a presença do outro. Aliás, a presença do outro é muito nítida: ao falar de si, o locutor não deixa de reconhecer a presença explícita do outro, ou, em outros termos, ao instituir-se como sujeito e delimitar sua individualidade, o falante não deixa de reconhecer a presença do outro. O sujeito é, pois, dúplice e bifacial, e seu discurso deve equilibrar a presença de si mesmo e do outro. Nota-se, ainda, que as ocorrências com o pronome você – no exemplo citado – têm valor de indeterminação, mas foram incluídas entre os marcadores voltados para o ouvinte, por terem nítido valor fático.

Em fragmentos centrados não no sujeito, mas no desenvolvimento de um assunto, predominam as marcas voltadas para o ouvinte:

(11)

- L2 (...) porque a histia/a histeria está praticamente desaparecendo né? Sabe antigamente era::você pega... há trinta anos atrás... Europa você encontrava os casos de histeria aqueles histeria de conversão né? que o cara... tem um ATA::que ali na sua frente... isso não acontece mais... sabe... eu não sei te explicar como é que se deu a mudança... mas... caso assim... é muito difícil de você encontrar... (...) você encontra muito mais o que? esquizo... e depressão que no fundo estão muito ligado né? (NURC/SP, 343, L. 1345-1356)

O quadro a seguir mostra a distribuição das marcas auto e heterocentradas:

**Tabela 3. A quem estão voltadas as marcas de subjetividade e intersubjetividade produzidas pelo falante.**

Inquéritos NURC/SP	062		333		343		360	
	N	%	N	%	N	%	N	%
A	21	25,30	35	36,46	50	45,04	48	64,00
H	62	74,70	61	63,54	61	54,96	27	36,00

Inquéritos NURC/RJ	147		158		355		374	
	N	%	N	%	N	%	N	%
A	165	68,18	100	49,02	42	50,00	38	46,34
H	77	31,82	104	50,98	42	50,00	44	53,66

A. autocentrados (centrados no falante); H. heterocentrados (voltados para o ouvinte)

Em seis inquéritos, predominam as marcas heterocentradas, já equilíbrio entre as marcas de ambos os grupos. Esse fato constitui um índice seguro de que, na conversação, o falante reconhece que o “eu” não existe sem o “você”, aliás, ele sabe que a condição de falante é transitória e que seu discurso deve incorporar o outro. O “eu”, com efeito, só pode instituir-se como tal numa relação transitiva e binária, e disso decorre a frequência com que o informante assinala, de modo explícito, a presença do interlocutor.

Nos inquéritos n.º 360 e 147 predominam as marcas autocentradas, pois ambos têm um caráter nitidamente intimista, caracterizado pelo fato de as quatro informantes discorrerem acerca de sua vida e de suas experiências pessoais:

- (12) (...) eu... pelo menos... me sinto realizada quando eu saio e compro um perfume caro... é... eu compro uma bolsa que o meu marido vai me matar depois pelo preço... mas eu acho que aquilo me... me realiza... pode ser maluca hippie... de pena... de... pode ser o que for... fico maluca... talvez eu nem vá usar... mas só saber que eu TEnho... pronto... está aí (...)



### 3.4. Grau de envolvimento

Consideram-se, nesta variável, dois graus de envolvimento: o maior, caracterizado pela presença de marcas de primeira e segunda pessoas, e o menor, no qual essas marcas não se manifestam. Veja-se a tabela a seguir:

**Tabela 4. Grau de envolvimento.**

Inquéritos NURC/SP	062		333		343		360	
	N	%	N	%	N	%	N	%
M	51	57,95	67	60,36	85	73,92	57	60,00
E	37	42,05	44	39,64	30	26,08	38	40,00

Inquéritos NURC/RJ	147		158		355		374	
	N	%	N	%	N	%	N	%
M	197	78,8	183	89,70	68	80,00	44	53,01
E	53	21,2	21	10,30	17	20,00	39	46,99

M. maior envolvimento; E. menor envolvimento.

Verifica-se o predomínio das marcas que trazem a indicação direta da presença dos interlocutores (pronomes e desinências verbais de primeira e segunda pessoas). Esse fato ocorre em todos os inquéritos, mas é particularmente nítido nos inquéritos nos quais os assuntos tratados são polêmicos e, assim, há maior envolvimento entre os interlocutores. É o caso dos inquéritos 343, 147, 158 e 355, nos quais as controvérsias e divergências conduzem a um maior envolvimento entre os participantes:

(13)

L1 bom você pode montar um negócio seu?

L2 não tenho essa idéia... não sei o que quero...

L1 pois eu tenho... desde que eu me formei... ainda não tive chance... pra mim falta o capital...

[

L2 a gente tem essa idéia... mas já vi que não dá... principalmente que existe

agora aqui... cada vez mais

[

diminuindo as indústrias pequenas...

L1 não acho que não... mas você considera a Standard pequena?

[

L2 não dá mesmo... não... a Standard e grande nesse ponto... você fala em criar uma... você vai criar uma...

[

L1 você... daqui a vinte anos... só vai ter indústria grandes... então então você não terá condições de criar a sua... vai ser muito mais difícil ainda...

(NURC/RJ, 158, L. 1243-1261)

O envolvimento dos interlocutores com o assunto da conversa é imprescindível. Porém, o que é extremamente importante aqui, é o envolvimento que se estabelece entre os próprios participantes, mantendo um elevado grau de envolvimento entre eles que auxilie na interação.

Nos inquéritos estudados, notamos que o grau de envolvimento mantido entre os informantes é sempre maior, pois o falante procura empregar marcas que efetivamente funcionem como sinais de subjetividade e intersubjetividade. As marcas que denotam maior envolvimento são as que mais se prestam a indicar os papéis dos interlocutores na construção do texto conversacional, nas relações que entre eles se estabelecem e se desenvolvem e no espaço comum que cria a partir dessa relação.

(14)

L1 porque eu tenho(M) valores que fulano x não tem... então eu posso(M) viver a vida que eu quero(M)...

L2 é claro(E)

L1 então... eu em São Paulo sou(M) uma catástrofe né(E)... porque lá o pessoal de um modo geral é... é muito conservador... então a família...

(NURC/RJ, 147, p.66, 433-438)

O predomínio das marcas que denotam maior envolvimento entre os interlocutores é devido ao fato de serem elas as que indicam, de modo direto, a participação dos interlocutores no processo de in-

teração verbal. Desse modo, são elas as que mais se prestam a indicar os papéis dos interlocutores na construção do texto conversacional, nas relações que entre eles se estabelecem e se desenvolvem e no espaço comum que cria a partir dessa relação.

#### 4. COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Enfatizou-se, neste trabalho, que o sujeito da enunciação é sempre um intersujeito, já que o indivíduo que se institui como falante acaba elegendo, do mesmo modo, um determinado paralelo conversacional. Esse fato decorre do caráter dialógico da linguagem: qualquer ato de linguagem (escrita ou falada) pressupõe um interlocutor. Aliás, é pelo diálogo, pela relação com o interlocutor, que o ser humano se institui como ser histórico, situado em dado contexto social. Por isso mesmo, as teorias que analisam a conversação (em particular as abordagens sistêmico-funcionais) ressaltam o componente significativo de natureza interpessoal.

O caráter dialógico da linguagem e o componente interpessoal tornam-se patentes ao examinar-se o papel exercido pelas marcas de subjetividade. Com efeito, a análise das variáveis revela que as marcas indicativas da presença e da participação dos interlocutores possuem certas características evidenciadoras do papel das mesmas no estabelecimento da significação interpessoal: a maioria dos indicadores de subjetividade apresenta marcas de segunda pessoa; as marcas podem ser auto ou heterocentradas, ou seja, estão voltadas para o falante ou o ouvinte, embora as últimas predominem, o que evidencia o caráter dialógico da linguagem. Verifica-se, ademais, que as marcas de subjetividade indicam um alto grau de envolvimento entre os interlocutores (já que possuem marcas de pessoa).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Coletânea de textos*

BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. 3ª. ed. Trad. de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: —. FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia e enunciação: em torno de Bakhtin*. São Paulo, 1999.

BRAIT, Beth. O processo interacional. In PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993.

CALLOU, Dinah Maria I. e LOPES, C. R. *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro. Materiais para o seu estudo*. v. III – Diálogos entre dois informantes. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1994.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 16-51.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de e PRETI, Dino. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Materiais para o seu estudo*. v. II – Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T. A. Queiroz, FAPESP, 1987.

EGGINS, Suzanne e SLADE, Diana. *Analysing casual conversation*. London, Washington: Cassel, 1997.

FÁVERO, Leonor L., ANDRADE, Maria Lúcia e AQUINO, Zilda G. O. *Oralidade e Escrita – perspectivas para o ensino da língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 31-113.

GALEMBECK, Paulo de Tardo. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In PRETI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1997.

HALLIDAY, Michael A. K. *Explorations in the functions of language*. London: Longman, 1973.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. In CASTILHO, Ataliba

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Teixeira de (Org.). *Português falado culto no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 281-322.

MORIN, Edgar. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Trad. de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

RODRIGUES, Ângela C. Souza. Língua falada e língua escrita. In PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993.

## PROPOSTAS DE EDIÇÃO CRÍTICA DE CELSO CUNHA<sup>14</sup>

*José Pereira da Silva* (UERJ e ABF)

### RESUMO

Tomando por base apenas as propostas apresentadas pelo próprio editor crítico Celso Cunha, pela primeira vez apresentadas a público em conjunto, sob o título de *Cancioneiros dos Trovadores do Mar*, por Elza Gonçalves, com a edição das tão citadas edições de O CANCIONEIRO DE PAAY GÓMEZ CHARINHO, O CANCIONEIRO DE JOAN ZORRO e O CANCIONEIRO DE MARTIN CODAX, o que se pretende é sintetizar suas propostas de edição crítica de textos medievais portugueses.

Trata-se de trabalhos realizados por Celso Cunha entre 1945 e 1956 e nunca mais reeditados, dois dos quais só se conhecem os exemplares que serviram de fonte para a edição de 1999.

Reapresenta-se, aqui, o Professor de Crítica Textual, Celso Cunha, ensinando e demonstrando a ciência, a técnica e a arte da edição crítica, buscando as suas palavras no lugar em que foram colocadas para esclarecer a sua metodologia nas principais edições que elaborou do português medieval.

**Palavras-chaves:** 1. Edição; 2. Ecdótica; 3. Crítica Textual; 4. Textos; 5. Idade Média

### INTRODUÇÃO

Tratar-se-á, no tempo exíguo destinado a esta exposição, de reapresentar de forma sintética as propostas de edição feitas pelo Caro e Inesquecível Mestre, Celso Ferreira da Cunha, que faleceu durante o período que me orientava numa pesquisa de edição crítica destinada à tese de doutoramento em Filologia Românica, que foi concluída sob a orientação de seu colega e parceiro de departamento na UFRJ, Edwaldo Machado Cafezeiro.

Nos tópicos seguintes, será mostrado o quadro sintético de cada uma das edições dadas como exemplo e, por fim, as normas gerais que orientaram o estabelecimento do texto.

*O Cancioneiro de Paay Gómez Charinho:* Trovador do século XIII, de LIX + 46 p. é o texto da tese apresentada em concurso para provimento da cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1945, constituído

---

<sup>14</sup> Trabalho apresentado no VI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, em homenagem a Celso Cunha, no mês de agosto de 2002.

de três capítulos: Capítulo I: Esboço Biográfico do Almirante e Poeta PAAY GOMEZ CHARINHO (8 páginas); Capítulo II: Elementos de Poética Trovadoresca aplicados à obra de Paay Gómez Charinho (46 páginas) e Capítulo III: As Cantigas do Paay Gómez Charinho (Texto crítico, acompanhado de indicação das edições diplomáticas e críticas existentes e das suas principais variantes.) (47 páginas).

*O Cancioneiro de Joan Zorro*: Aspectos lingüísticos, texto crítico, glossário. Rio de Janeiro, 1949, XXIII + 103 p., é constituído de quatro capítulos: Bibliografia (13 páginas), Aspectos lingüísticos (34 páginas), Texto crítico das Cantigas (30 páginas) e Glossário (33 páginas).

*O Cancioneiro de Martin Codax*. Rio de Janeiro, 1956, 198 p. tem a seguinte estrutura: Martin Codax (9 páginas), Texto crítico das cantigas (61 páginas) subdividido em História dos textos: I. Os códices, II. As edições e II. Princípios críticos desta edição (19 páginas) e Elenco das cantigas (50 páginas), Glossário etimológico (90 páginas) e Bibliografia (20 páginas).

Essas três edições foram feitas em apenas uma década, período em que o autor reformulou seus critérios de edição e estabelecimento de textos em diversos pontos, sempre progressivamente, dos quais destacaremos alguns, aguardando a oportunidade de ouvirmos outras reflexões sobre o assunto, deste ou de outro ponto de vista.

Para demonstrar isto, daremos uma particular formatação ao tópico “Introdução aos textos”, do Cancioneiro de Paay Gómez Charinho, onde a sua descrição do estabelecimento dos textos vai anotadas com as indicações de progresso inseridos nas duas outras edições.

#### INTRODUÇÃO AOS TEXTOS

Em nossa edição das cantigas de Paay Gómez Charinho procuramos nos ater o mais possível às lições dos códices, salvo, é óbvio, quando, evidentemente viciadas, não satisfazem de forma alguma à métrica ou ao sentido. Desde, porém, que se prestem a interpretações razoáveis, preferimos sempre ficar com os apógrafos a aventar leituras ideais, mas não autorizadas pelas variantes que desses poemas chegaram até nós.

Não é esta uma edição definitiva e não o podia ser. Faltou-nos à colação o texto do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, infelizmen-

te só publicado por Nolteni na parte em que completa o da Vaticana. Ainda assim fomos mais felizes do que alguns que nos antecederam: Além dos trabalhos antigos e do progresso da ciência, podemos dispor do texto diplomático da Ajuda, benemeritamente dado à estampa por Henry Hare Carter, e das variantes do CBN, concernentes às cantigas de amigo, e às de amor não comuns ao CA., publicadas pelo falecido professor José Joaquim Nunes em suas coletâneas d'esses cantares.

Esperamos que, em tempo não remoto, se possam, à luz de facsímiles dos três cancioneiros, organizar perfeitas edições críticas das obras dos trovadores e jograis e dissipar assim, em parte pelo menos, as trevas que cobrem a gênese do lirismo galego-português.

A falta de conhecimento exato da ortografia vigente no século XIII e em vista da diversidade que apresenta a do copista do códice da Ajuda em relação a dos italianos do CV, e CBN., adotamos um sistema, conciliatório e uniforme, muito semelhante ao de que fez uso Nobiling em sua edição das cantigas de D. Joam Garcia de Guilhade. (CUNHA, 1999: 99-101)

Assim:

1º) Eliminamos todas as letras mudas, como, v. g., o h inicial e o medial.

2º) Simplificamos, pela razão acima, as geminadas, que, excetuando-se o caso do ff, eram aliás raras,— escrevendo apenas rr e ss, por representarem, quando intervocálicos, fonemas distintos das formas singelas.<sup>15</sup>

3º) Usamos, de acôrdo com a praxe portugüesa, o nh e o lh do CV, e CBN, ao invés do nn e ll do CA.<sup>16</sup>

4º) Resolvemos as grafias m̄h, lh, uh, substituindo, como Nobiling, o h por y, pois nada mais representa nesses grupos do que o i semiconsoante.

5º) Demos ao i sòmente o valor de vogal.<sup>17</sup>

6º) Empregamos as letras ramistas j e y onde se encontram i e u representando aquelas consoantes.

---

<sup>15</sup> Na edição do *Cancioneiro de Joan Zorro* (CJZ), não se fez a referida exceção ao ff, uniformizando-se a regra da simplificação.

<sup>16</sup> No *Cancioneiro de Martin Codax* (CMC), Celso Cunha mantém a decisão, acrescentando: “... pela evidente vantagem daquelas grafias (de origem occitânica), introduzidas em fins do século XII no ocidente peninsular, sôbre as últimas, não raro causadoras de ambigüidades” [segundo lições de Dona Carolina de Michaëlis em CA, I, p. XXVII e RFE, 11, p. 266].

<sup>17</sup> No CMC acrescenta: “... deixando ao y o de semivogal. Assim, escrevemos *mia*, *irmana*, etc., mas *baylava*, *irey*, etc.



7º Grafamos extensamente as abreviaturas e siglas dos códices.<sup>18</sup>

8º) Separamos as palavras grafadas juntas.<sup>19</sup>

9º) Ligamos por hífen certas formas proclíticas, como mi (my), que formam sílaba com a vogal da palavra seguinte. Ex. my-avém.<sup>20</sup>

10º) Indicamos com apóstrofo a elisão, ainda mesmo em casos em que as palavras hoje se escreveriam ligadas.<sup>21</sup>

11º) Empregamos acentos apenas onde poderia ocorrer alguma dúvida.<sup>22</sup>

12º) Regularizamos a confusão de emprêgo de j e g e de ç e z.<sup>23</sup>

13º) Resolvemos sempre em vos e nos o pronome átomo que, às vezes, aparece grafado uus e nus.

14º) Não havendo distinção quanto à nasalidade final, que ora é expressa por m, ora por n, ora por til, adotamos, como Lang em sua edição do Cancioneiro de D. Dinis, o m por ser grafia mais condizente com a atualidade.<sup>24</sup>

15º) A nasalidade medial, indicamo-la por til, quando à vogal nasal

---

<sup>18</sup> No *Cancioneiro de Joan Zorro* reduziu para “Desenvolvemos tôdas as abreviaturas dos códices”, forma que manteve no CMC.

<sup>19</sup> Acrescentou no CJZ: “e juntamos os elementos da mesma palavra quando separados”. No CMC, ampliou a redação na forma “De acôrdo com a gramática e o sentido, isolamos os vocábulos conglomerados e juntamos os elementos da mesma palavra quando desunidos”.

<sup>20</sup> No CJZ, amplia o critério de hifenização dos clíticos: “Ligamos por hífen não só os elementos de palavras compostas e os pronomes enclíticos ou mesoclíticos às formas verbais de que dependem, mas também as combinações pronominais do tipo *vo-lo* e *my-o*” e ainda acrescentou no CMC: “... e também o artigo *el* à palavra *rey*”.

<sup>21</sup> No CJZ, acrescenta: “Conservamos apenas aglutinadas as combinações *do, da, no, na, pelo, pela* e *polo*, que já no século XIII não se separavam”. No CMC acrescenta: “... bem como a perda do *-s* de formas verbais, assimilado ao *l-* do artigo *lo*”.

<sup>22</sup> No CJZ reconsidera: “Usamos um sistema de acentuação semelhante ao atual”, critério mantido na edição do CMC.

<sup>23</sup> Ao que nos parece, a referida “confusão entre j e g” não existia na edição do CJZ, visto Celso Cunha não se referir à solução dada para o caso.

<sup>24</sup> No CJZ, Celso Cunha uniformizou a grafia em *n*, “para evitar a grafia *am* que, hoje, simboliza o ditongo *ão* átomo”, que sofreu mais uma alteração na edição de CMC, em que este acréscimo tomou a seguinte redação: “... para evitar as grafias *-am* e *-em* que, hoje, simbolizam respectivamente o ditongo *-ãw* átomo e o ditongo *-êy*, em certas regiões de Portugal”.

se segue uma outra vogal, e por m ou n, quando uma consoante.<sup>25</sup>

16º) Pesando as ponderações de lang e de Nobiling, aceitas por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, posteriormente à sua edição do CA., e por Rodrigues Lapa, resolvemos as grafias nono, queno, etc., respectivamente, em nõ-no, quẽ-no, etc.

17º) Finalmente, eliminamos tôdas as particularidades gráficas dos códices que não afetam a pronúncia.<sup>26</sup>

Ao editar o Cancioneiro de Joan Zorro, em 1949, Celso cunha acrescentou algumas providências não tomadas na edição do Cancioneiro de Paay Gómez Charinho, além das pequenas alterações que vimos nas observações que acrescentamos nas notas anteriores. Entre essas providências, destacamos (Cf. CUNHA, 1999: 228-9):

9º) Pontuamos à moderna, mas sòbriamente.<sup>27</sup>

12º) Resolvemos em *o* a vogal velar reduzida em sílaba final, que também se representava por *u*.<sup>28</sup> Mencionamos porém nas *Variantes* a grafia dos manuscritos.

15º) Por constarem do aparato crítico das cantigas as variantes dos apógrafos e a justificação de nossa leitura, julgamos desnecessário indicar por colchêtes os elementos introduzidos no texto e por parênteses os que dêle foram eliminados.<sup>29</sup>

Ao editar *O Cancioneiro de Martin Codax*, em 1956, Celso

---

<sup>25</sup> No CJZ, “indicamo-la de acordo com os hábitos modernos: por *til*, quando a vogal antecede outra vogal; por *m*, quando ela anteceda as consoantes *p* e *b*, e por *n*, quando precede outras consoantes”. Parece que não houve a situação de vogal nasal anteceder outra vogal ou semivogal no CMC, pois o autor não se refere à solução dada para tal caso.

<sup>26</sup> No CJZ, foram eliminadas todas as particularidades gráficas que não se “relacionam com a pronúncia das palavras”. No CMC ainda acrescenta: “pois, como diz muito bem ALBERTO CHIARI, [‘somente os pouco experientes podem acreditar em fazer uma edição crítica, deixando escrupulosamente as grafias antigas... não sabendo distinguir o que é fato puramente gráfico, que não é necessário respeitar, do que é fato propriamente fonético, que precisa ser respeitado] *solo gli inesperti possono credere di fare una edizione critica, lasciando scrupolosamente grafie anticate... non sapendo distinguere ciò che è fatto puramente grafico, da non rispettarsi, da ciò che è fatto propriamente fonetico e che va rispettato*”’. (Cf. p. 147).

<sup>27</sup> Na CMC acrescentou: “mas sem prejuízo das características tonais do enunciado”.

<sup>28</sup> Providência mantida no CMC.

<sup>29</sup> Esta mesma providência foi adotada na edição do CMC.

Cunha ainda inovou em algumas observações técnicas tomadas, como, por exemplo, as que se seguem:

9º) Usamos maiúsculas não só nos casos em que a pontuação anterior exige, mas também no topônimo *Vigo* e no nome *Deus*.

## CONCLUSÃO

À garupa de Dona Elza Gonçalves, faremos nossa conclusão com algumas considerações, que são dela:

A edição de Celso Cunha poderá, a partir de agora, fazer parte das referências a ter em conta numa nova edição crítica das cantigas de Pay Gomez Charinho. Em primeiro lugar, para discutir a ordem pela qual os textos devem ser editados. (p. 28)

Além de escolher um dos trovadores portugueses mais originais e estabelecer o seu texto crítico “acompanhado de indicação das edições diplomáticas e críticas existentes e das suas principais variantes”, fez um brilhante estudo de sua versificação e dos principais artifícios formais que distinguem a sua poesia da dos demais trovadores. (Cf. p. 32)

A reedição da poesia de Joan Zorro, acompanhada de estudo linguístico, estava sendo preparada e foi aproveitada na edição conjunta que agora nos serve de motivo para o estudo do medievalista e brilhante editor crítico, Celso Cunha, com o aproveitamento de sugestões de diversos admiradores que resenharam o seu trabalho. (Cf. p. 151-9)

Concluindo suas observações sobre a edição do cancioneiro de Martin Codax, afirma Elza Gonçalves ainda:

Creemos que os presentes e futuros editores da poesia trovadoresca galego-portuguesa, não só os brasileiros, mas também os portugueses e de outras nacionalidades, poderão encontrar nesta *velha* edição um modelo a seguir nos seus fundamentos metodológicos. (p. 310)

A respeito do brilhante trabalho filológico de Celso Cunha, destacamos ainda a citação do que disse Henrique Monteagudo (1998: 18):

Finalmente, tratando-se do cancioneiro de Codax, é impossível esquecer, na hora das homenagens, o finado Celso Ferreira da Cunha: um dos mais argutos e brilhantes estudiosos da lírica galego-portuguesa, foi

cabal personificação de uma longa, paciente e esforçada tradição de labor filológico sobre os Cancioneiros. [Tradução nossa].

Como seu orientando numa tese de crítica textual nos seus últimos dias de vida, teríamos muito mais a falar pessoalmente de suas qualidades de mestre. Mas, neste momento, não nos parece oportuno ir além das normas para o estabelecimento do texto, dada a exigüidade do tempo de que se dispõe.

#### BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Celso [Ferreira da]. *Cancioneiros dos trovadores do mar*. Edição preparada por Elsa Gonçalves. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

CUNHA, Celso Ferreira da. *O cancionero de Paay Gómez Charinho*: Trovador do século XIII. Tese apresentada em concurso para provimento da cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1945.

———. *O cancionero de Joan Zorro*. Aspectos lingüísticos, texto crítico, glossário. Rio de Janeiro, 1949.

———. *O cancionero de Martin Codax*. Rio de Janeiro, 1956.

MONTEAGUDO, Henrique. *Martín Codax. Cantigas*. Introducción, texto crítico, notas e aclaracións. Vigo: Galaxia, 1998.

**VOGAIS SEMIABERTAS ÁTONAS  
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

*Afrânio Garcia (UERJ)*

**INTRODUÇÃO**

De maneira geral, os estudiosos da fonética e da fonologia do português são unânimes em identificar três sistemas vocálicos distintos no português do Brasil: um sistema de vogais tônicas, composto por sete vogais; um sistema de vogais átonas não-finais, composto por cinco vogais; e um sistema de vogais átonas finais, composto unicamente por três vogais. O objetivo deste trabalho é demonstrar que, embora em linhas gerais essa divisão seja de grande valia, existem casos que escapam a ela, casos em que efetivamente ocorrem vogais semi-abertas átonas no português do Brasil.

No que tange à representação fonética, embora tenhamos mantido, ao transcrever citações, a representação fonética original do autor, optamos pela utilização do alfabeto fonético internacional (IPA). Assim sendo, teríamos:

- /ɘ/ – vogal central baixa;
- /ɚ/ – vogal central média semi-aberta;
- /ɛ/ – vogal central média semifechada;
- /e̞/ – vogal anterior média semi-aberta;
- /ɛ̃/ – vogal anterior média semifechada;
- /ɛ̄/ – vogal anterior alta;
- /ē̞/ – semivogal palato-alveolar;
- /ɚ̄/ – vogal posterior média semi-aberta;
- /ɛ̄/ – vogal posterior média semifechada;
- /ɛ̄̄/ – vogal posterior alta;
- /ɚ̄̄/ – semivogal velar bilabial arredondada.

**AS DIVISÕES DOS ESPECIALISTAS**

Mattoso Câmara Jr. afirma, em seu capítulo sobre *neutraliza-*

ções (1977, p. 58), que:

a) Assim, *basta a ausência de tonicidade para anular as oposições entre /è/ e /e/, de um lado, e, de outro lado, entre /ò/ e /o/, com a fixação do segundo elemento de cada par na pronúncia do Rio de Janeiro. O fechamento de um /è/ ou um /ò/ é a consequência mecânica da perda de sua tonicidade por motivo de derivação vocabular ou próclise sintática; haja vista a partícula vocativa *ó* em locuções com nomes de pessoas, com que se aglutina perdendo o acento próprio. Ouvimos então *ó Pedro!*, *ó Maria!* Soar /ope'dru/, /oma'ria/, com /o/ fechado. E o timbre aberto /ò/ indica logo uma subtonicidade da partícula para efeitos de ênfase.*

Em condições átonas particulares, a neutralização é em toda a série (seja a anterior, seja a posterior), e temos, então, série anterior representada pelo arquifonema /i/ e a série posterior pelo arquifonema /u/. É o que acontece, por exemplo, sistematicamente em posição átona final absoluta ou antes de /z/.

Podemos dizer, portanto, que há em português três quadros de vogais, com 7, 5 e 3 fonemas respectivamente, além das semivogais nos ditongos decrescentes:

1) Quadro de vogais tônicas:

/a/ - /è/ - /e/ - /i/ - /ò/ - /o/ - /u/

2) Quadro geral de vogais átonas:

/a/ - /e/ - /i/ - /o/ - /u/

3) Quadro de vogais átonas em certas posições:

/a/ - /i/ - /u/

Diante de consoante nasal, o /a/ tônico é substituído pelo seu alofone /ã/ (posterior ou fechado) e *neutralizam-se, como em posição átona, os contrastes /è/ - /e/ e /ò/ - /o/, aparecendo um quadro fonemicamente análogo ao do nº 2.*

Paul Teyssier confirma integralmente a posição de Mattoso Câmara Jr. no que diz respeito à pronúncia das vogais pré-tônicas, como podemos verificar na seção dedicada *aos aspectos inovadores da fonética brasileira* (1997, p. 102):

b) em *sílabas pretônica*, o Brasil ignora, para as vogais escritas *a*, *e* e *o*, a oposição do timbre aberto e fechado. Enquanto Portugal opõe o /ã/ de *cadeira* ao /a/ de *padeira*, o /è/ de *pregar* ao /e/ de *prêgar*, o /u/ de *morar* ao /u/ de *còrar*, o Brasil conhece apenas /A/, /E/ e /O/, realizados, respectivamente, como /a/, /e/ e /o/ no Centro-Sul. Esta simplificação do sistema fonológico tem consequências importantes: o artigo feminino *a* não mais se distingue do mesmo artigo precedido da preposi-

ção *a* (*a mesa* é foneticamente idêntico a *à mesa*). As palavras de origem erudita, nas quais, diante de uma consoante não pronunciada, existe em Portugal uma vogal aberta por alongamento compensatório (ex.: *director* pronunciado [dirɛtor]), são escritas no Brasil sem essa “consoante muda” (ex.: *diretor*), pois o *e*, no caso, só pode representar uma realização. Pela mesma razão, escrever-se-á *adoção* e *batizar* no Brasil e *adopção* e *baptizar* em Portugal.

Dinah Callou & Yonne Leite reiteram essa classificação de cinco vogais pré-tônicas, acrescentando o fato de elas, às vezes, poderem ser reduzidas a três, no capítulo sobre o *sistema vocálico* (1990, p. 78):

Em posição átona não-final, mais especificamente, em posição pré-tônica, desaparece a oposição entre [e] e [e̞], [o] e [o̞] e o *sistema reduz-se a cinco vogais*, com a fixação do [e] e do [o] na pronúncia do Rio de Janeiro: espacial: especial, lavar: levar, arar: orar, pesar: pisar, rimar: rumar, moral: mural.

A precariedade do funcionamento desse sistema de cinco vogais pré-tônicas fica patente em exemplos do tipo “menino”, “gordura”, “feliz”, “costura” etc., quando passa a funcionar o sistema de três vogais, semelhante ao de posição átona final. No registro informal do dialeto carioca, as oposições entre [e] (parece-nos que o certo seria [u]) e [o] de um lado e de outro entre [e] e [i] ficam prejudicadas pela tendência a harmonizar a altura das vogais pré-tônicas médias com a das tônicas quando esta é alta.

A realização das vogais pré-tônicas é um dos aspectos de que se têm servido vários autores para tentar delimitar áreas regionais. Segundo NASCENTES (1953), os subfalares que neutralizam em [o̞] e [e̞] os contrastes [o]:[o̞] e [e]:[e̞] constituiriam o grupo dos subfalares do Norte e os que neutralizam em [o] e [e], constituiriam o grupo dos subfalares do Sul. Convém esclarecer que para o autor os subfalares do Norte são dois: o amazônico e o nordestino; os do Sul são quatro: o baiano (intermediário entre dois grupos), o fluminense, o mineiro e o sulista. O linguajar carioca é, para ele, uma variedade do subfalar fluminense.

HOUAISS (1958) diz que na área carioca, salvo em alienígenas, não se manifesta o timbre aberto tão característico do extenso território do Brasil — desde o Nordeste até certo ponto de Minas Gerais, pelo menos.

Como pudemos observar, os especialistas são unânimes em afirmar que o *sistema de vogais pré-tônicas* do português do Brasil constitui-se somente por *cinco vogais*, sendo que estas cinco vogais poderiam se reduzir a *três vogais* apenas em determinadas situações e que as *vogais médias* variariam seu timbre como marca dialetal: *timbre aberto* para a região dialetal Norte, *timbre fechado* para a região dialetal Sul. Eles também são unânimes em distinguir um *sistema de vogais átonas finais* composto unicamente por *três vogais*. Nosso trabalho pretende provar que, em determinados casos,

poderíamos ter até *seis vogais pré-tônicas* e até *quatro vogais átonas finais*.

### UMA SEXTA VOGAL PRÉ-TÔNICA

Recentemente, numa das classes do curso de especialização em língua portuguesa da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, despertou-nos a atenção o fato de uma das alunas pronunciar a palavra “paroxítônica” com vogal posterior média semi-aberta pré-tônica /**ɔ**/. Submetendo-se às quatro alunas presentes: Ademilde, Nelza, Talita e Ester, a seguinte lista de palavras: *oxigênio*, *oxítona*, *paroxítona*, *hotel*, *octogonal* e *proctologista*, constatou-se que:

A) Todas elas pronunciavam com vogal posterior média semi-aberta pré-tônica/**ɔ**/ as palavras *oxigênio*, *oxítona* e *paroxítona*;

B) Três delas pronunciavam com vogal posterior média semi-aberta pré-tônica /**ɔ**/ as palavras *proparoxítona* e *octogonal*;

C) Duas delas pronunciavam com vogal posterior média semi-aberta pré-tônica /**ɔ**/ a palavra *proctologista*;

D) Uma delas pronunciava com vogal posterior média semi-aberta pré-tônica /**ɔ**/ a palavra *hotel*.

Como todas as alunas eram moradoras de São Gonçalo, procuramos verificar se tal pronúncia não era uma característica regional e submetemos a mesma lista de palavras a outras pessoas, moradoras do Rio de Janeiro e de outras cidades fluminenses (Niterói, Petrópolis, Itaguaí, etc.). O resultado foi sempre o mesmo: determinadas palavras, principalmente algumas em que a vogal *o* pré-tônica era seguida pelos encontros consonantais /ks/ ou /kt/, eram freqüentemente pronunciadas com vogal posterior média semi-aberta pré-tônica /**ɔ**/, sendo que podia-se afirmar, sem medo de errar, que uma palavra específica, *oxigênio*, era pronunciada com vogal posterior média semi-aberta pré-tônica /**ɔ**/ por, no mínimo, 30% (trinta por cento) da população do Estado do Rio de Janeiro. Ao menos uma publicação, o *Dicionário de Pronúncia Correta NOSSA*, atesta a existência dessa pronúncia aberta do *o* pré-tônico, recomendando a pronúncia da vogal pré-tônica como *aberta* nas seguintes palavras (cf. p. 88): *oxidar*, *oxidase*, *oxigênio*, *oximoro* e *oxítono*.

A conclusão de nossa pesquisa leva, necessariamente, a uma reformulação do sistema de vogais pré-tônicas do falar fluminense, que seria constituído por *cinco vogais pré-tônicas* que ocorreriam em *qualquer situação* e por uma *vogal pré-tônica posterior semi-aberta* /**ɔ**/, que só ocorreria em alguns *casos específicos*.



## UMA VOGAL SEMI-ABERTA PÓS-TÔNICA

Mais uma vez, experiências oriundas da sala de aula serviram de base para nossas pesquisas fonéticas. Jôsi, uma aluna muito interessada e perspicaz da UniverCidade, chamou-nos a atenção, durante uma aula de lingüística, para o fato de pronunciarmos a palavra *amável* com vogal anterior média semi-aberta /ɛ̃/ no ditongo final: /ɛ̃ɔ̃/ ou /ɛ̃ɔ̃ɔ̃/, o que foi confirmado por grande parte dos alunos de sua turma.

Uma pesquisa posterior revelou que existe uma tendência muito grande para a pronúncia do sufixo *-vel* com vogal anterior média semi-aberta /ɛ̃/ (ou com uma vogal de timbre intermediário entre /ɛ̃/ e /ɛ̃ɔ̃/) depois de sílaba tônica contendo a vogal /ɛ̃/, como em *agradável*, *louvável*, *adorável*, *afável*, etc., tendência esta que chegaria a mais de 20% (vinte por cento) dos falantes do Rio de Janeiro. Conforme constatamos em nossas observações, esta tendência ocorre exclusivamente com o sufixo *-vel* depois de sílaba tônica contendo a vogal /ɛ̃/; depois de sílaba tônica contendo outras vogais, como em *indelével*, *sofrível*, *móvel* e *volúvel*, não se verificou a pronúncia do sufixo *-vel* com vogal anterior média semi-aberta /ɛ̃/, e sim com vogal anterior média semifechada /ɛ̃ɔ̃/: /ɛ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃/ ou /ɛ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃/, /ɛ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃/ ou /ɛ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃/; /ɛ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃/ e /ɛ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃ɔ̃/.

A possibilidade de ocorrência de vogal anterior média semi-aberta em sílaba pós-tônica, ainda que em condições bem específicas: somente no sufixo *vel* e somente depois de *sílaba tônica contendo a vogal /ɛ̃/* contrapõe-se a toda a tradição de descrição fonética do português do Brasil e mereceria um estudo mais amplo.

**UMA LEITURA LEXICOGRÁFICA  
DE DUAS CANTIGAS DE AIRAS NUNES  
SUBSÍDIOS PARA UMA REVISÃO  
DO QUADRO LÍRICO DO COTIDIANO MEDIEVAL**

*Clarice Zamonaro Cortez (UEM)*

*Maria Regina Pante (UEM)*

**RESUMO**

O presente ensaio tem como objetivo apresentar uma dupla leitura (revisão lexicográfica e histórico-literária) tomando como corpus duas cantigas do clérigo compostelano Airas Nunes. Desde a Antigüidade Clássica, a Primavera era comemorada com procissões, festas, danças e alegorias populares e na Idade Média, essa variante remete a esses cortejos, retratando encantadores quadros líricos do cotidiano medieval.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filologia, literatura portuguesa medieval, quadro lírico do cotidiano, morfologia histórica.

Proceder à leitura de textos medievais não é tarefa fácil, seja pela própria apresentação do manuscrito, quando há possibilidade de pesquisa, seja pela carência de obras disponíveis em bibliotecas ou até mesmo no mercado livreiro. Ainda assim, quando encontrados em bibliotecas, não são permitidas reproduções xerográficas, com a justificativa de que tal procedimento, com o tempo, pode arruinar tais documentos. Quando encontradas em livrarias, em especial nos sebos, muitas vezes essas obras encontram-se incompletas, arruinadas ou com preços supervalorizados, impossibilitando sua aquisição. Ainda assim, em um caso ou outro, não são os manuscritos que estarão disponíveis, e sim edições fac-similadas e/ou diplomáticas, muitas vezes acompanhadas de edições críticas, com extensos e exaustivos aparatos críticos, além das notas de roda-pé.

Logo, o leitor estudioso não raro se depara com obras que já apresentam “traços” de seu pesquisador, fato que deve ser considerado, em se tratando, principalmente, de edições críticas. Tais traços podem referir-se à má compreensão de letras, a desconhecimentos de fatos lingüísticos, à ignorância de siglas e abreviaturas, a saltos-borrões, à má separação ou junção indevida de sílabas, dentre outros. Acrescente-se a estes traços, o fato, não menos importante, que não remete a ‘erros’, e sim à interpretação daquele que procedeu à leitura

ou ‘análise’ da obra. Assim, o estudioso deixa transparecer aquilo que construiu, seus procedimentos e técnicas de análise, suas marcas, o que torna uma obra sempre passível de nova leitura, por meio de outros olhos... .

Nosso propósito, no entanto, não é o de proceder à análise exaustiva de aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, pois certamente alguém já o fez. Embora sejam estudos de suma importância para o conhecimento da língua portuguesa arcaica, trata-se de uma investigação limitada, de cunho filológico, no sentido mais restrito do termo, e que não nos permite conhecer a matéria tópica da primitiva lírica peninsular. A esse respeito, Spina é da opinião que

ainda quando fatores morais e sociais não fossem idênticos, havia um denominador comum sobre que repousavam estas florações poéticas: o ideal que as animava, um estilo de vida social mais ou menos semelhante, mas sobretudo um conjunto de temas e fórmulas expressivas. A migração destas fórmulas poéticas, da poesia occitânica para as suas sucursais românica e alemã, só foi possível porque havia entre estas vegetações líricas um conjunto de afinidades espirituais. O lirismo galego-português possui valores próprios, mas a dívida para com a poesia occitânica é ponderável. (...) Na literatura portuguesa, se excetuarmos os estudos de Maria Rosa Lida sobre o “veado ferido ao pé da fonte”, o de Harri Meier sobre “os olhos verdes”, e os artigos esparsos (de interesse filológico, não literário) a respeito da expressão “senhor branca e vermelha”, podemos dizer que pouco ou quase nada se tem feito. (1966: 35).

E para finalizar, o mesmo autor afirma:

existe uma última etapa da filologia que ninguém estuda, que é a transposição do texto, não é a fixação. É aquilo que não está no texto. A ela pertencem, por exemplo, a autoria, a adaptação, a época. É a valorização da obra perante as obras do mesmo gênero. Eu faço do texto um instrumento para o estudo da alma, do espírito de uma época, de uma comunidade. Não é preciso mostrar o Curtius, é só ler, por exemplo, Johan Hui- zinga em “O Declínio da Idade Média”. É um monumento de filologia porque ele partiu das crônicas, da memória, da poesia da época e, com isso, reconstruiu a mentalidade borgonhesa no fim da Idade Média. É uma parte ensaística [da filologia], mas partindo do texto. Isso é o aspecto transcendental da filologia. É transcender o texto, é superar o texto mesmo aproveitando o texto. Ninguém estuda filologia assim. (...) E o Curtius, depois desse estudo, chegou à conclusão de que existe uma absoluta unidade da civilização ocidental. (*Folha de São Paulo*, 9/12/01, Folha Mais: 12-14)

Baseado nesse ponto de vista de Spina, nosso propósito aqui é

o de proceder à leitura de duas cantigas da autoria do clérigo com-postelano Airas Nunes, as de números 454 e 462, pertencentes ao Cancioneiro da Vaticana, buscando aproximar o papel desempenhado pela Natureza na poesia lírica trovadoresca e na Antigüidade Clássica: a *descriptio naturae*.

Segundo Nunes, o clérigo galiciano,

é um dos trovadores mais notáveis do seu tempo, quer pelo número de composições que dele nos restam, quer pela maleabilidade de talento que elas nos revelam em seu autor. Airas Nunes seguiu nas suas cantigas ora a maneira provençal, ora a popular. Contemporâneo do rei sábio e de seu filho, Sancho IV, deve ser colocado no número dos trovadores afon-sinos. (1959: 531)

No Cancioneiro da Vaticana (CV) estão presentes dezessete de suas composições (454 a 469; e 1133), todas repetidas no Cancio-neiro da Biblioteca Nacional (CBN) (868 a 876; 879 a 885; e uma não numerada). Colaborou, com Afonso X, o Sábio, na elaboração das Cantigas de Santa Maria, pois seu nome aparece no *Códice Prín-ceps*, à margem da cantiga 223. Expoente dos três gêneros da poesia medieval, compôs cantigas de amor, de amigo (cf. o tipo '*Bailada*' - CV 462, CBN 818), de escárnio e mal-dizer (cf. o tipo '*Sirventês Moral*' - CV 455, CBN 871). Além de aproveitar em suas poesias a tradição popular e o simples, seguiu também as tendências da escola provençal, utilizando-se de certos vocábulos dessa língua em duas cantigas de amor. São características de suas poesias a perfeita mes- tria rítmica e a singular beleza de seus versos.

Para que possamos proceder a uma leitura das cantigas do clé- rigo Airas Nunes, procedemos a algumas alterações no texto, a fim de esclarecer passagens pouco legíveis, devido a *lapsus calami* dos copistas, bem como a falhas de impressão e outras que porventura surgirem. Em decorrência desses problemas, Bell é da opinião que

... em poesias de tal valor tem muita importância um bom texto; a regra para semelhantes textos deve seguir à letra os códices originais, tentar reproduzir o que escreveram os poetas, conseguir a uniformidade de or- tografia tanto quanto possível, deixando as variantes para as notas no fundo das páginas e sobrecarregar o menos possível tão delicadas líricas com acentos e outras coisas pesadas. Deveríamos rejeitar toda a espécie de acentos que não se tornem indispensáveis para distinguir uma palavra de sua homônima: os portugueses podem encher de acentos o português moderno, mas não devem impô-lo aos primitivos *Cancioneiros*. (1947: 20)

Por isso, as cantigas por nós apresentadas já apresentam algumas alterações, a saber: desdobramento de abreviaturas; substituição da nota tironiana pela conjunção **e**, separação de aglomerados com duas ou mais palavras; união de palavras que estão separadas; simplificação de geminadas iniciais; substituição do **s** floral; eliminação do **h**, sem justificação etimológica; desdobramento de nasais; substituições das vogais **u** e **i** em função consonântica; substituição do **y**, vogal ou semivogal, pelo **i**, correção de grafias, além da manutenção de alguns termos, característicos deste período: *pola*, *trobar*, *ascuitar*, etc. Tais procedimentos não resultaram em grandes alterações no texto original, respeitando, assim, a vontade do autor. Quanto às notas de cunho morfológico, procuramos apenas pôr em destaque o vocabulário pertinente ao nosso propósito: a exaltação à primavera, traçando um fio condutor entre características da Antigüidade Clássica e a Idade Média.

5                   Que muito m'eu pago deste verão,  
                      por estes ramos e por estas flores  
                      e polas aves que cantan d' amores,  
                      por que ando i ledó sen cuidado  
                      e assi faz tod'omen namorado,  
                      sempr'i anda led' e mui loução.  
10 log'eu       Cand'eu passo per algumas ribeiras,  
                      so boas arvores per bons prados,  
                      se cantan i passaros namorados,  
                      e log'ali d'amores vou trobando,  
                      e fazo cantares e mil maneiras.  
                      Ei eu gran viç'e grand'alegria,  
                      quando mias aves cantan no estio.

(Airas Nunes, clérigo, 452 CV)

A cantiga de nº 454 (CV), objeto de nossa análise, foi classificada por Nunes (1928:221-222) como um verdadeiro **Hino à Primavera**, pois o autor celebra a alegria dessa estação, entrelaçando o tema da natureza às suas vivências amorosas. A temática empregada é a relação íntima da natureza com o sentimento do poeta, e não o trovador cantando seus próprios sentimentos: a dor do amor impossível - *coyta d'amor* -, a loucura por amor - *sandeece* -, a frustração e a súplica apaixonada que denota ao amor um cunho de obsessão. Também não mostra, como é comum nas cantigas de amor, o ambiente palaciano ideal à poesia, atribuindo-lhe, conseqüentemente, um certo ar de convencionalidade, intelectualidade e aristocracia. Ao

contrário, nessa cantiga, a paisagem suscita no eu-lírico, estados de alma, sem, no entanto, ultrapassar os limites estreitos do convencionalismo da paisagem: trata-se de uma reprodução da Natureza da poesia provençal.

Segundo Tavani,

um lugar à parte ocupa no cancionero de Ayra Nunes a singular cantiga de primavera *Que muyto m'eu pago d'este verão*, em que o trovador abandona decididamente os modelos tradicionais da cantiga galego-portuguesa para se referir à tradição lírica occitânica e francesa, a que o seu texto parece ligado por múltiplos elementos temáticos e lexicais. (1998: 220-1)

Muitos são os elementos lexicais, de origem provençal ou não, de que faz uso Airas Nunes, com o intuito de descrever a natureza, em seu Hino á Primavera (462-CV), e em sua pastorela, embora nesta última a temática seja outra: nela os trovadores evitam o diálogo, contentando-se, apenas, com o solilóquio da pastora, com o seu suspirar pelo amado, sem participar diretamente da cena:

Oi' oj'eu ãa pastor cantar,  
du cavalgava per ãa ribeira,  
e a pastor estava [i] senlheira,  
e ascondi-me pola ascuitar,  
5 e dizia mui ben este cantar:  
"So lo ramo verde frolido  
vodas fazem a meu amigo  
[e] choram olhos d'amor."<sup>30</sup>  
E a pastor parecia mui ben  
10 e chorava e estava cantando;  
e eu mui passo fui m'achegando  
pola oir e sol non falei ren;  
e dizia este cantar mui ben:  
"Ai estorninho do avelanedo,  
15 cantades vós e moir[o] eu e pen[o]:  
e d'amores ei mal!"

E eu oi'-a sospirar enton,  
e queixava-s'estando con amores,  
e fazi' [ũ]ja guirlanda de flores,  
20 des i chorava mui de coraçõn

<sup>30</sup> Carolina M. de Vasconcelos tem estes versos por genuinamente populares, tendo sido pelo poeta intercalados na sua composição, e, segundo ela, serão o que de mais antigo de poesia popular subsiste. Diz que a 2ª estrofe seria: Solo florido e verde ramo / vodas fazem a meu amado / choram olhos d'amor. (apud Nunes, 1959: 294).

e dizia este cantar enton:  
“Que coita ei tan grande de sofrer!  
amar amigu’e non [o]jousar veer,  
e pousarei so l’avelanal.”

- 25 Pois que a guirlanda fez a pastor,  
foi-se cantand’, indo-s’en manselinho,  
e tornei-m’eu logo a meu caminho,  
ca de a nojar non ouve sabor,  
e dizia este cantar ben a pastor:
- 30 "Pela ribeira do rio cantando  
ia la virgo d’amor: quen amores  
à como dormirá, ai bela frol!"

(Airas Nunes, clérigo, 454 CV)

Dentre os elementos lexicais que se prestam à descrição da natureza das duas cantigas estão os verbos *pagar*, *trobar* e *cantar*; os nomes referentes à natureza: *verão*, *estio*; *ramos*, *flor*, *guirlanda de flores*; *ribeira*, *rio*; *árvores*, *avelanedo*, *avelanal*; *pássaros*, *aves*, *estorninho*; os nomes abstratos: *vodas*, *alegria*, *ledo*, *loução*, *viço*, *namorado*, *mil*.

**1. pagar (462, 1)** = v. tr. do lat. *pacare*, e este de *pax*, *pacis*, contentar, satisfazer; v. pron. pagar-se, ou seja, ter prazer em, gostar de, agradecer-se de, contentar-se com; **trobando (462, 11)** v. tr. (do prov. *trovar*, fr. *trouver*, e *turbare*, p. ex. a água para achar peixe); fazer cantigas, inventar versos, poetar). O termo remete aos pescadores que turvavam as águas com trovisco e outros preparos, para apanhar com mais facilidade os peixes. O termo *trovar* com v, só vai surgir do século XVI em diante; **cantares (462, 12)** e **cantar (454, 5, 13, 21, 29)**, formas substantivadas do verbo cantar, e os verbos **cantando (454, 10, 26, 30)**, **cantades (454, 15)** e **cantar (454, 1)**, do lat. *cantare*, exprimem o estado de alma do poeta em 462 e da pastora, em 454.

**2. os nomes uerão (462,1)** do lat. *tempus ueranum* (de *ver*, primavera) > verão. Em princípio, no latim clássico, o termo era empregado com valor adjetivo junto ao substantivo *tempus*. Posteriormente, devido à elipse do substantivo, passou-se a empregar o adjetivo com valor substantivo. Dessa forma, já no latim popular, usava-se *hibernus*, *oestivus*, *ueranus*, entendidos como *tempus*, através de derivação sematológica; **ramos (462, 2; 454, 6)**, do lat. *ramus*; o vocábulo **flor (462, 2)**, **frolido (454, 6)**, **flores (454, 19)** e **frol (454, 32)** é im-

portado do provençal, mas advindo do latim *flōs, flōris*. O termo *flor* e sua variante, *frol*, referem-se à primavera: (cf. *Proençaes soem mui bem trobar, / e dizem eles que é com amor; / mais os que trobam no tempo da frol...* Vasconcelos, Textos Arcaicos); **ribeyras** (462, 7; 454, 2, 30) e o termo **rio** (454, 30) ‘margem do rio, litoral do mar, ribeira’, tem origem no subst. fem. lat. *ripa*; (cf. it. *riva*; fr. *rive*), do qual também procedem o fr. *rivière*, a que corresponde o port. *ribeiro*, it. *riviera*, esp. *ribera* e do port. *ribeira* são formas reduzidas o esp. *vera*, margem, e o port. *beira*; **aruores** (462, 8), do latim *arbore*, mantém o **r** antes de consoante; o **b** depois de vibrante ou lateral passa a **v**: *albam* > *alva*; *arbore* > *árvore*; **passaros** (462, 9), do latim *passer, passeris*, ‘pardal’, atesta a influência do **r** sobre o **e** vizinho, passando-o para **a**. Esse fato deve ter ocorrido já no latim vulgar, pois a forma *passaru-* é encontrada em várias línguas românicas; **aves** (462, 3) do lat. *avis*; **guirlanda** (454, 19, 25), do fr. prov. *guerlande*, coroa de flores; **estorninho** (v. 14) s.m. (do lat. *\*sturninus*, diminutivo de *sturnus*), pássaro conirostro, de plumagem negra, lustrosa, malhada de branco com reflexos verdes e purpúreos; **avelanedo** (v. 14) e **avelanal** (v. 24) s.m. (de *avelana*, do lat. *abellana*), lugar onde crescem as aveléiras. (cf. *avelã*, do lat. *abellana*, esp. it. *avellana*, fr. mod. *aveline*, médio *avelaine* (de or. provençal, segundo M. Lübke). Há também as variantes *avelal*, *avelaneira*, *avelar*, *aveleira*, *aveleiral*.

3. os nomes abstratos **namorado** (462, 5, 9): *in + amor + atu* (terminação participial passiva) e aférese da vogal inicial **i**, da mesma forma que com *in + odio* > *enojo* > *nojo*; cf. (454, 28); **loução** (462,6) (\**lautianu*?) adj. ‘de belo aspecto, formoso’ também apresenta várias hipóteses, dentre elas a de Nascentes (1955), segundo o qual significa ‘vistoso, bem arreado, janota’; o numeral **mil** (462, 12), do latim *mille*, é empregado para exprimir uma quantidade indeterminável, porém grande. O poeta emprega *e mil maneiras*, descrevendo seu estado de alma, pela alegria da primavera; **viço** (462, 13) s.m. da forma latina *vitiu* ‘com, prazer, deleite’, empregado procliticamente, perdeu seu acento por estar ligado de forma muito estreita com a palavra que o segue ‘viç’e’. Nesse caso também faltou o emprego do substantivo latino *vitiu*, donde *vezo*, *vitiare*, *vezar*, *avezar*, *viciar*, *vicioso*, *viço*. Convém ressaltar que nessa época já havia confusão na pronúncia entre **-ci-** e **-ti-**, pois este último, seguido de vo-



gal, pronunciava-se **-ci-**. Daí a pronúncia *vitiu* > vício; *laetitia* > lediça; **alegria (462, 13)** s.f. júbilo, exultação da alma, contentamento. Sin. alegria como contentamento, o arc. *ledice* ou *lediça*, do f. latino *laetitia* – cf. o adj. *ledo*; **estio (462, 14)** deriva-se do termo *tempus oestivum*, de *oestus*, 'calor': **oestium** > estio; **vodas (v. 7)** conjunto de práticas, rituais umas, profanas outras, que acompanham o casamento, deram os romanos o nome de *nuptiae*. Os portugueses, porém, e os espanhóis preferiram o nome *boda*, tendo de certo em vista um dos números vários que o programa da festa comporta, o banquete, que na sua origem deveria representar o cumprimento de uma promessa ou voto feito pelos nubentes. Pidal e Coelho tiram o esp. *boda* do plur. lat. *vota*, votos matrimoniais. (*vota*, com sonorização, *boda*).

As cantigas de amigo, segundo a crítica especializada, existem de longa data. Alguns séculos antes de Cristo, registram, na China, cantigas de mulher, cuja popularidade era notada. Parece que a iniciativa do amor já estava reservada à mulher, desde aquela época.

Na remota Idade Média, a mulher executava e compunha canções eróticas e o rude cavaleiro já consentia em ser amado. A cultura do amor-cortês, produto de uma cultura renascente, acabou invertendo os papéis e transformando radicalmente o homem, lançando-o aos pés da mulher. Cabia a ela exercer o papel ativo, deixando-se adorar e estimulando uma vida espiritualmente superior. Desse lirismo pré-trovadoresco restam escassos vestígios na poesia européia, tendo-se conservado em Portugal com muito vigor, precedido das cantigas de mulher do lirismo mozarábico. O homem, tornado artista, respeita o uso antigo e finge-se de mulher enamorada, transformando-se nela através de um esforço de imaginação admirável. Surgiram, assim, as cantigas de amigo.

Lapa explica-nos que "o homem só se pode transformar no que é semelhante a si próprio; logo, a dona cai do seu pedestal de adoração e torna-se igual ao homem, perde em sublimidade, mas ganha em humaníssimo encanto". (1973, 151). Assim, o trovador fica desobrigado do código de regras formais e sente-se livre para fazer as mais variadas combinações do seu amor, estendendo-se para uma variedade "formosa". Centra-se na característica fundamental da cantiga de amigo: "o estado sentimental, criado à namorada pela ausência do amigo; e a situação doméstica da filha sob o poder vigilante

da mãe". O aprofundamento destas duas características conduziu o trovador a um meio rural e burguês, em que a mulher desempenhava, realmente, um importante papel, uma vez que os deveres com a guerra obrigavam o homem a ausências repetidas, deixando o lar e os filhos confiados à companheira. Por força da lei, a mãe detentora de largos poderes, protegia a moça solteira ou a mulher casada.

Dentro desse gênero, há uma distinção metodológica, que são os tipos de cantiga de amigo. No presente ensaio, as denominadas *bailias* ou *bailadas* compostas por Airas Nunes exemplificam o cotidiano da vida das moças, em que a dança estava incluída, além das tarefas domésticas e da obrigatoriedade de freqüentar as rezas e as romarias.

Esse costume de danças sob as árvores floridas já era praticado nas festas mitológicas, em que as procissões do mês de maio, festas pagãs, marcavam um ritmo paralelo da vida humana e dos ciclos da natureza, pontuando a vida popular das cidades. Eram grupos de jovens que andavam pelas ruas das cidades agitando ramos floridos, no início da primavera. Fantasiados e floridos, esses jovens rodeavam um carro que conduzia o deus da festa – o Amor. Registram-no Anacreonte e Ausônio e, mais tarde, no Renascimento, os versos de Poliziano e telas de pintores italianos.

Esses espetáculos não teatrais, como afirma Francastel (1982), por um curioso paradoxo, a Igreja os conservou, contribuindo por todos os meios para fazer condenar uma evolução demasiado marcada pelo paganismo, assegurou, em grande parte, a sobrevivência das formas de festejos populares, mais próximas que os novos mitos da sensibilidade popular. Por volta de 1480-1485, uma mudança do pensamento moderno foi traduzida com maestria por Botticelli, em sua famosa tela *Primavera*.

As cantigas medievais retrataram a graciosidade das moças, inseridas num *topos* primaveril. Lang denominou-as de *baladas* e Bell, *cossante*, que viria de *corsu*, ou terreno onde se dança ou o próprio baile de roda. Há discussões de origem histórico-terminológica a respeito do uso da palavra *cossante*, chegando-se à *bailada*, versos que retratam moças chamando as amigas para o ritual primaveril, motivo maior para atrair a atenção do amigo sobre a sua beleza, num apelo ao amor.

Já as pastorelas, vindas da França, nos apresentam uma disputa amorosa entre o cavaleiro e a pastora, quase sempre com resultados negativos para ele. Na literatura portuguesa conhece-se um tipo mais simples e talvez mais primitivo da pastorela, como no exemplo por nós escolhido, que nos figura uma moça (ou moças, às vezes) num quadro bucólico, suspirando de amores pelo amigo. Se o cavaleiro entra em cena, exerce um mudo papel de limitar-se a ouvir os cantares da moça (vv. 20 e vv. 30-32) e o seu sofrimento pela ausência do amigo.

A cantiga de amigo, na sua expressão literária, não é uma coisa ingênua e sim um produto refletido de arte, um feixe de observações do mais alto valor sobre o feitio psicológico da mulher. Toda a escala sentimental da vida amorosa da menina, tanto nas *bailadas* como nas *pastorelas*, nos é comunicada com o mais vivo realismo: a timidez, o pudor e a inexperiência do amor, a garridice, a alegria e a beleza de cenário primaveril. Toda essa gama de emoções está representada em exemplos graciosos ou vibrantes de paixão e ternura femininas, confirma-se no seu valor estético-literário e, principalmente, no aspecto histórico-filológico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FIGUEIREDO, C. de. *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sociedade, [s.d.].
- CIDADE, H. *Lições de Cultura Luso-Brasileira: Épocas e Estilos*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.
- FRANCASTEL, P. *A Realidade Figurativa*. Trad. de Mary A. L. Barros. São Paulo: Perspectiva, 1882.
- CURTIUS, E. R. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1996.
- LAPA, M.R. *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*. 8ª. Coimbra: Coimbra, 1973.
- LIDA, M. R. *Perduración de la literatura antigua en Occidente. Romance Philologie*, 5 (2 3): 99-131, nov. 1951 – feb. 1952.
- . *Transmisión Y recreación de temas greco-latinos en la poe-*

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

sía española. *Revista de Filología Hispánica*, 1, 1939; 4: 1942; 8: 1942.

MAGNE, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Especialmente os períodos medieval e clássico. Rio de Janeiro: INL, 1964. v. I e II.

MEIER, H. *Ensaio de filologia românica*. Lisboa: Revista de Portugal, 1945.

NUNES, J. J. *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, 1926, 1928. 3 v.

———. *Crestomatia Arcaica*. 5ª ed., Lisboa: Clássica, 1959.

SPINA, S. *Do formalismo estético trovadoresco*. São Paulo: FFCLUSP, 1966. Boletim nº 300.

TAVANI, G. *Ensaio Portugueses*. Filologia e Linguística. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998.

**FILÓLOGOS BRASILEIROS**

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos brasileiros*. Franca: Ribeirão, 2002, 175 p.**

O Prof. João Penha, Sócio Correspondente da Academia Brasileira de Filologia, tem se dedicado ao ensino da Ecdótica e da Língua Portuguesa, com aplicação especial ao português arcaico e à Dialetoologia Portuguesa.

Lançado no primeiro dia do VI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, no dia do aniversário da Academia Brasileira de Filologia, seu livro se destaca pela síntese com que trata a matéria, dedicando uma média de sete páginas para cada um dos seguintes autores: [Manuel] Pacheco [da Silva] Júnior (1842-1899), p. 17 a 22; [José Júlio da] Silva Ramos (1853-1930), p. 23 a 28; João [Batista] Ribeiro [de Andrade Fernandes] (1860-1934), p. 29 a 34; [Manuel] Said Ali [Ida] (1861-1953), p. 35 a 42; Otoniel [de Campos] Mota (1878-1951), p. 43 a 48; Mário [Castelo Branco] Barreto (1879-1931), p. 49 a 54; José [Rodrigues Leite e] Oiticica (1882-1957), p. 55 a 59; [Álvaro Ferdinando de] Sousa da Silveira (1883-1967), p. 61 a 66; Antenor [de Veras] Nascentes (1886-1972), p. 67 a 72; [Padre] Augusto Magne (1887-1966), p. 73-78; [Francisco da] Silveira Bueno (1898-1989), p. 79 a 84; Clóvis [do Rego] Monteiro (1898-1961), p. 85 a 90; Ismael [de Lima] Coutinho (1900-1965), p. 91 a 100; Cândido Jucá (filho) (1900-1982), p. 101 a 108; [Rosário Farâni] Mansur Guérios (1907-1987), p. 109 a 114; Aires da Mata Machado Filho (1909-1985), p. 115 a 120; Sílvio [Edmundo] Elia (1913-1998), p. 121 a 127; Antônio Houaiss (1915-1999), p. 129 a 134; [Carlos Henrique da] Rocha Lima (1915-1991), p. 135 a 140; Celso [Ferreira da] Cunha (1917-1989), p. 141 a 148; Serafim [Pereira] da Silva Neto (1917-1960), p. 149 a 155; Gladstone Chaves de Melo (1917-2001), p. 157 a 164; e Antônio Geraldo da Cunha (1924-1999), p. 165 a 170..

Os artigos biográficos têm mais ou menos a mesma estrutura, começando com a apresentação de uma fotografia do biografado em “preto e branco”, seguida do seu “nome de guerra” e anos de nasci-

mento e morte. O nome completo aparece no primeiro parágrafo, em negrito, e são dedicadas pouquíssimas linhas a informações não acadêmicas.

Como grande parte desses filólogos produziu uma obra muito extensa, a seleção destacada para comentários levou em conta o espaço que o autor devia utilizar para biografar cada filólogo, com uma pequena margem de tolerância.

Destaca João Penha (p. 11 e 12) que

Já se tentou estabelecer um paralelo entre o estudo da Filologia no Brasil e os estudos filológicos em Portugal. E sempre que se fala desse assunto, aparece a galeria dos grandes autores de Portugal.

Não faltam, entretanto, vultos de primeira grandeza nos estudos da Filologia em nosso país.

.....

Convidado pelo Governo Português para reger uma cátedra na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto (1917-1960) acabou escrevendo seu *Manual de Filologia Portuguesa* (1952), onde analisou a produção desses estudiosos portugueses.

Para evitar a hipótese de valoração dos biografados pela ordem de sua apresentação, o autor optou por apresentá-los pela ordem de nascimento, excluindo-se da lista qualquer autor vivo, por maior que seja a sua contribuição aos estudos filológicos.

Apesar de não ser esse o objetivo do livro, o autor define o objeto da Filologia, citando José Leite de Vasconcelos (p. 13):

Filologia Portuguesa é o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua.<sup>31</sup>

E, comentando a definição do ilustre filólogo português, acrescenta (p. 14):

Esse sentido amplo de Filologia Portuguesa permanece com alguns seguidores em nossos dias. Entretanto, essa amplitude pode ter contribuído para o desprestígio do termo *filologia* na segunda metade do século findo. Mas é preciso reconhecer que, antes mesmo de raiar o novo século, o termo em declínio já havia entrado em reabilitação.

---

<sup>31</sup> VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926, p. 9.

.....

O certo é que o campo da Filologia está hoje bem definido. Filologia restringiu-se à Crítica Textual. Isso talvez justifique a recuperação do seu prestígio. O filólogo atual concentra-se no seu texto, explica-o e o restitui à sua forma genuína, preparando o texto tecnicamente para publicação. É a operação da Ecdótica, disciplina que veio modernizar o trabalho do crítico de textos, deixando mais claros os contornos da tarefa filológica.

Para explicar a inclusão dos autores selecionados na categoria de filólogos, justifica (p. 15 -16):

Não é difícil perceber que certos autores mais antigos, incluídos neste livro, viveram num período em que a exploração dos textos se fazia nos moldes da época. Tais autores eram também *filólogos*, sem o rigor que o termo *filologia* depois adquiriu. Mais tarde surgiram os autores de obras mais consistentes. As edições modelares só viriam com a moderna Crítica Textual.

.....

É evidente que os trabalhos mais perfeitos só virão com o progresso desses estudos.

.....

Como se poderia prever, evoluíram os estudos filológicos. E o conjunto de nossas edições realizadas à luz da Crítica Textual atesta o avanço da Filologia no Brasil.

Na bibliografia utilizada, mais de cinquenta obras foram consultadas e relacionadas nas últimas seis páginas do seu utilíssimo livro.

Muitos estudiosos da área poderão sentir aí a falta de outros que se projetaram em nossos meios filológicos. É provável até que venham a sugerir permuta de alguns nomes. Entretanto, não é difícil descobrir a razão que levou o autor a excluir os vivos. (4ª capa).

**NÚMERO DA CONFLUÊNCIA EM HOMENAGEM A  
GLADSTONE CHAVES DE MELO**

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**CONFLUÊNCIA: Revista do Instituto de  
Língua Portuguesa. Nº 22, 2º semestre de  
2001. Rio de Janeiro [2002], 268 p.**

O Prof. Evanildo Bechara foi de uma grande felicidade ao dedicar o número 22 da revista *Confluência* a homenagear o grande filólogo Gladstone Chaves de Melo.

O substancioso volume está dividido em duas partes:

**Na primeira (até a página 116)**, foram disponibilizados dezesseis trabalhos sobre o homenageado, assinados por Antônio Gomes da Costa: “Foi um sábio e foi um santo” (9-10); Maximiano de Carvalho e Silva: “Gládstone Chaves de Melo: o homem e a obra” (11-81); Paulo de Tarso Chaves de Melo: “Um depoimento sobre meu pai” (82-3); Evanildo Bechara: “Gládstone Chaves de Melo e o nosso Instituto de Língua Portuguesa” (84-5); Leodegário A. de Azevedo Filho: “O caminho do filólogo Gládstone Chaves de Melo” (86-8); Aníbal Pinto de Castro: “Gládstone Chaves de Melo: um brasileiro de alma” (89-91); Dom Justino de Almeida Bueno OSB: “Homilia da Missa de Corpo Presente a 8-12-2001” (92-3); Dom Irineu Penna OSB: “Na missa de 7º Dia” (94-5); “Palavras de Serafim da Silva Neto” (96-98); Ismael de Lima Coutinho: “*Iniciação à Filologia Portuguesa*” (99-101); Rosalvo do Vale: Gládstone Chaves de Melo e o bom combate pelo ensino da língua portuguesa (102-3) e “Uma nova edição de *A Língua do Brasil*” (p. 104-5); Adriano da Gama Kury: “Ensaio de estilística da língua portuguesa” (p. 106-8); Gustavo Corção: “Esboço de um retrato” (109-10); “Manifesto eleitoral na sua reeleição em 1954” (110-2); Ledo IVO: “Um filólogo desafia o diabo” (113-6).

**Na segunda (p. 119-265)**, foi publicada uma seleção de textos do homenageado preparada por Maximiano de Carvalho e Silva e Rosalvo do Valle: “Um livro sobre a Missa” (119); “Caminho da vida” (120); “Um novo livro sobre o ensino secundário” (121); “Religião – Algo sobre a graça” (123); “Mestre Augusto Magne” (125); “Sousa da Silveira, Professor” (128); “Sousa da Silveira, Patrono do



Congresso Internacional de Filologia Portuguesa” (130); “Declaração de princípios do Centro de Cultura Humanística” (136); “Considerações sobre democracia” (137); “Maritain e a fé na democracia” (144); “A presença de Ozanam” (155); “Ozanam: cultura e erudição” (161); “Sobre ‘O Problema da Riqueza’” (164); “O silêncio de Santo Tomás no ‘Auto da Alma’” (169); “As regras de bem viver em *Os Lusíadas*” (172); “Uma interpretação do episódio do ‘Velho do Restelo’” (182); “Pelo repatriamento de *Os Lusíadas*” (186); “Vieira, os textos e os ladrões” (191); “Machado de Assis, defensor do homem” (196); “A Antigüidade Clássica na obra de Machado de Assis” (204); “Gramática em crise” (215); “A herança de Cândido de Figueiredo” (218); “Que língua se fala no Brasil?” (223); “Etimologia popular” (227); “Linguística, Filologia e conhecimento da língua” (232); “A reintegração galego-portuguesa” (237); “O autor e a integridade dos seus textos” (247); “Quem deve ensinar Literatura Brasileira?” (250); “O problema da tradução” (253).

Para quem deseje conhecer o grande homem, cidadão, linguísta e filólogo que foi Gladstone Chaves de Melo, aí está uma obra que traz uma síntese do seu pensamento e a síntese do que pensam dele todos aqueles que o conheceram bem.

**MISCELÂNEA EM HOMENAGEM AO  
PROF. DR. GLADSTONE CHAVES DE MELO**

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**BARROS, Maria Regina Kopschitz de;  
GOUVÊA, Carolina Maia & BECHARA,  
Evanildo (org.). *Miscelânea em homena-  
gem ao Prof. Dr. Gladstone Chaves de Me-  
lo*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1995, 190 p.**

Cento e trinta e nove amigos e admiradores do admirável Gladstone Chaves de Melo e cinco instituições culturais de grande importância na vida acadêmica do Rio de Janeiro se uniram à Editora Confluência para lançar este volume que foi a última homenagem dessa natureza a ele dedicada, conforme consta da *Tabula gratulatoria* (9-12).

Além do “*Curriculum vitae* de Gladstone Chaves de Melo” (13-36), o volume tem quatorze trabalhos acadêmicos dedicados ao homenageado: “Em torno da estilística de Charles Bally”, de Álamo Barcelos (37-42); “Um estudo de Língua Portuguesa”, de Aloízio Manna (43-60); “Visão de Túndalo”, de Antônio Basílio Rodrigues (61-72); “Influências de Ovídio em duas elegias camonianas”, de Carlos Ascenso André (73-86); “A posição do adjetivo adnominal”, de Evanildo Bechara (87-96); “Influência árabe na língua portuguesa”, de José Pedro Machado (97-104); “Zur sprache von Gladstone Chaves de Melo in *A Língua do Brasil*”, de Karl-Hermann Körner (105-116); “Sobre o cancionero de Luís Franco Corrêa”, de Leodegário A. de Azevedo Filho (117-126); “Contribuição de Gladstone Chaves de Melo à renovação dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil – Um depoimento”, de Maximiano de Carvalho e Silva (127-142); “Mécanique intuitionnelle de la construction de la phrase factive”, de R. A. Lawton (143-156); “Viagem e naufrágio como metáforas em Camões”, de Sílvio Castro (157-166); “Noam Chomsky, metafísico frustrado da linguagem”, de Sílvio Elia (167-182) e “*Ao Fim da Memória* e sete décadas de vida e relações culturais portuguesas”, de Virgínia de Carvalho Nunes (183-190).

Não pelo valor histórico-acadêmico, pois todos os trabalhos aqui publicados são de uma qualidade que, por si só já seriam uma bela homenagem à pessoa a quem fossem dedicados, mas pela opor-

tunidade em que o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos dedica o seu VII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA a esta mesma finalidade, cabe destacar o “*Curriculum vitae...*”, o “*Zur sprache...*” e o “*Contribuição de Gladstone Chaves de Melo...*” pela quantidade de informações biobibliográficas disponibilizadas ao biógrafo que desejar dedicar maior espaço e tempo a um ensaio biográfico definitivo e completo.

Aproveitando as palavras de Maximiano de Carvalho e Silva (4ª capa), torna-se desnecessário justificar a seleção de algum tempo, espaço e papel para homenagear Gladstone Chaves de Melo:

No exercício das funções de professor assistente, tornando-se fidelíssimo discípulo de Sousa da Silveira, Gladstone Chaves de Melo desde logo se dispôs a associar ao magistério das aulas regulares o “magistério da pena (a que certa vez se referiu Serafim da Silva Neto), divulgando pelas páginas de jornais e revistas de que foi colaborador, em artigos seguidos, os resultados de investigações lingüísticas, filológicas e literárias que fazia com o propósito de aprimorar as atividades docentes. Essa divulgação de matéria do maior interesse para os estudos da língua, com revelações tantas vezes pioneiras do que alcançara com aguda percepção de que tudo apurava com o embasamento filosófico obtido à custa de leituras dos melhores autores, mormente os representantes do pensamento tomista, se deu inicialmente através das páginas de três periódicos do Rio de Janeiro: *O Jornal* (onde colaborou seguidamente de 1946 a 1947), *Correio da Noite* (1947) e *Correio da Manhã* (1948 a 1949).

No “*Curriculum vitae* de Gladstone Chaves de Melo” (13-36), foram organizadas as informações colhidas por Maximiano de Carvalho e Silva da seguinte maneira: 1. Dados biográficos resumidos; 2. Graus universitários; 3. Condecorações e títulos honoríficos; 4. Atividades magisteriais: cargos que ocupou; 5. Atividades magisteriais avulsas; 6. Participação em bancas examinadores e júris especiais; 7. Conferências; 8. Congressos internacionais em que teve participação de maior relevo; 9. Outros cargos e funções na Universidade Federal Fluminense; 10. Instituições culturais de que faz parte; 11. Cargos e funções que exerceu temporariamente; 12. Missões diplomáticas; 13. Atividades políticas; 14. Publicações: a) Livros: i) *Lingüística e Filologia Portuguesa*; ii) *Biobibliografia e Crítica Textual*; iii) *Cultura Brasileira*; iv) *Opúsculos e separatas*; v) *Filosofia, Pedagogia, Política*; b) *Colaboração em livros de autoria múltipla*; c) *Conferências e comunicações em congressos internacionais*; d) *Traduções*; e) *Artigos (mais de 1000) em jornais e revistas*.

No outro trabalho do Prof. Maximiano (127-142), a contribuição de Gladstone Chaves de Melo à renovação dos estudos linguísticos e filológicos no Brasil foi comentada na seguinte ordem: 1. O curso de Letras na Faculdade Nacional de Filosofia; 2. A atuação do Professor Gladstone Chaves de Melo; 3. Meus primeiros contatos com Gladstone Chaves de Melo; 4. Publicação de três livros básicos: a) *A Língua no Brasil*; b) *Iracema (Lenda do Ceará) por José de Alencar*; c) *Iniciação à Filologia Portuguesa*; 5. “Curriculum vitae” de Gladstone Chaves de Melo.

Como se tratava de uma homenagem *in vita*, é de se supor que o homenageado o tenha visto antes de publicado e até acrescentado ou corrigido algumas informações, como se deduz da declaração de que

Nesse “curriculum”, é impressionante a quantidade e variedade das publicações, todas elas resultados de profundos estudos, pesquisas e reflexões próprias: mais de 30 livros ou opúsculos; colaboração regular em mais de 10 jornais ou revistas e colaboração ocasional – num total de mais de 1000 artigos (**na estimativa do autor**):... [grifo nosso] (140).

Além da extrema correção e ética de Maximiano de Carvalho e Silva, a sua demorada convivência com Gladstone Chaves de Melo lhe deu a mais conceituada credencial para dele falar com isenção e conhecimento.

Com esta resenha, espero estar completando a análise e apresentação da trilogia dos trabalhos recentes que mais demoradamente se dedicaram à divulgação de uma das mais exemplares personalidades com que tive a honra de conviver e dividir espaços na vida universitária e acadêmica.

## INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
  - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
  - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
  - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
  - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
  - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
  - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 folhas;
  - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
  - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
  - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 300 palavras, com indicação de três palavras-chaves e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

**REVISTA PHILOLOGUS**  
**A/C de José Pereira da Silva**  
**Rua Visconde de Niterói, 512/97**  
**20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ**

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico [pereira@uerj.br](mailto:pereira@uerj.br), pelo telefone (0XX21) 2569-0276, ou através da home page [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br).